

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPEL
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais



Dissertação

O processo de empresarização da pós-graduação: uma análise dos tipos de governança presentes na Universidade Federal de Pelotas.

Andressa Andrade Duquia

Pelotas, 2018

Andressa Andrade Duquia

O processo de empresarização da pós-graduação: uma análise dos tipos de governança presentes na Universidade Federal de Pelotas.

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de mestra em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais da Universidade Federal de Pelotas.

Orientador: Marcio Silva Rodrigues

Coorientador: Márcio Barcelos

Pelotas, 2018

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

D946p Duquia, Andressa Andrade

O processo de empresarização da pós-graduação :
uma análise dos tipos de governança presentes na
Universidade Federal de Pelotas / Andressa Andrade
Duquia ; Marcio Silva Rodrigues, orientador ; Márcio
Barcelos, coorientador. — Pelotas, 2018.

163 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento territorial e sistemas agroindustriais,
Faculdade de Administração e Turismo, Universidade
Federal de Pelotas, 2018.

1. Empresarização. 2. Pós-graduação. 3. Governança. I.
Rodrigues, Marcio Silva, orient. II. Barcelos, Márcio,
coorient. III. Título.

CDD : 658

Resumo

DUQUIA, Andressa Andrade. **O processo de empresarização da pós-graduação:** uma análise dos tipos de governança presentes na Universidade Federal de Pelotas. 2018. 163 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais, Faculdade de Administração e Turismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

A presente dissertação apresenta como objetivo central, analisar as formas de organização da pós-graduação na Universidade Federal de Pelotas. Para isso, a partir de uma pesquisa predominantemente qualitativa, foram triangulados dados documentais, referente à estruturação da pós-graduação no Brasil e na UFPel, com a percepção dos representantes dos programas de pós-graduação desta universidade, selecionados para análise, através de entrevistas semiestruturadas, considerando sempre, as categorias de análise definidas a priori (governança processual, empresarial e de redes). A partir da análise fica evidente que a pós-graduação, tanto no sentido mais amplo, quanto no foco deste trabalho (UFPel), possui as três formas de organização apresentadas. Dessa forma, percebe-se que a governança empresarial se tornou algo central na organização desse campo, na qual os atores inseridos nesse âmbito passam a trabalhar a partir da definição de metas a serem atingidas, buscando um retorno financeiro e maior eficiência. Nessa categoria, a principal meta percebida nos programas de pós-graduação refere-se à produção científica, que vem sendo cobrada cada vez mais pelos órgãos de controle e internalizada pelos agentes inseridos nesse meio. Entretanto, para que essa forma de organização se faça cumprir, é necessário que as metas estejam formalizadas, chegando então a governança processual. Nesse sentido, embora esse tipo de organização esteja em declínio, não sendo mais utilizada como forma central, ainda é importante para fortalecer e disseminar a forma empresarial para o interior dos Programas de Pós-Graduação. Além disso, ainda que de forma inicial, surge a governança em rede como forma de organização. A partir desta, a lógica empresarial é disseminada para além dos PPGs, a partir de parcerias com outros programas, universidades e docentes, buscando driblar as dificuldades, arrecadando um maior aporte financeiro e atingindo um público alvo mais amplo. Nesse cenário, o atual modelo de pós-graduação brasileiro passa a priorizar áreas que realizem pesquisas “úteis” e gerem produtos “pagáveis” e, acabam limitando a atuação de programas em áreas que não apresentam essa lógica, como a área de humanas.

Palavras-chave: empresarização; pós-graduação; governança

Abstract

DUQUIA, Andressa Andrade. **The postgraduate entrepreneurial process:** an analysis of the types of governance present at the Federal University of Pelotas. 2018. 163 f. Dissertation (Master in Territorial Development and Agroindustrial Systems) - Postgraduate Program in Territorial Development and Agroindustrial Systems, Faculty of Administration and Tourism, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2018.

The present dissertation presents as central objective, to analyze the forms of organization of the postgraduate course at the Federal University of Pelotas. For this, a predominantly qualitative research, documentary data was triangulated, regarding the structure of the postgraduate in Brazil and UFPel, with the perception of the representatives of the graduate programs of this university, selected for analysis, through interviews always considering the categories of analysis defined a priori (procedural, business and network governance). From the analysis it is evident that the postgraduate, both in the broadest sense and in the focus of this work (UFPel), has the three forms of organization presented. In this way, it can be seen that corporate governance has become central to the organization of this field, in which the actors included in this scope begin to work from the definition of goals to be reached, seeking a financial return and greater efficiency. In this category, the main goal perceived in postgraduate programs refers to the scientific production, which is being increasingly charged by the control organs and internalized by the agents inserted in this medium. However, for this form of organization to be enforced, it is necessary that the goals be formalized, and then procedural governance. In this sense, although this type of organization is in decline, being no longer used as a central form, it is still important to strengthen and disseminate the entrepreneurial form within the Postgraduate Programs. In addition, although in an initial way, network governance emerges as a form of organization. From this, the business logic is disseminated beyond the PPGs, from partnerships with other programs, universities and teachers, seeking to overcome difficulties, raising a greater financial contribution and reaching a wider target audience. In this scenario, the current Brazilian graduate model starts to prioritize areas that perform "useful" research and generate "payable" products, and end up limiting the performance of programs in areas that do not have this logic, such as the humanities area.

Keywords: enterprisation; postgraduate studies; governance

Lista de figuras

Figura 1 – Desenho de Pesquisa.....	45
Figura 2 - Quadro com a capacidade nominal de atendimento em cursos de mestrado e doutorado – estimativa para 1975.....	53
Figura 3 – Quadro com a Capacidade Nominal de atendimento em cursos de mestrado e doutorado- estimativa para 1975 (Distribuição percentual por região).....	54
Figura 4 – Quadro com a titulação de mestres no Brasil.....	55
Figura 5 – Quadro com a titulação de Doutores no Brasil.....	56
Figura 6 – Quadro com os critérios utilizados pelas áreas na avaliação.....	69

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Tipos de Governança.....	36
Tabela 2 – Documentos selecionados para análise.....	40
Tabela 3 – Programas de Pós-Graduação selecionados para análise.....	42
Tabela 4 – Atores entrevistados no estudo.....	43
Tabela 5 – Características principais dos tipos de governança.....	44
Tabela 6 – Período de avaliação realizado pela CAPES.....	65
Tabela 7 – Colégios, Áreas e Grandes Áreas da CAPES.....	66
Tabela 8 – Pontuação para cada estrato.....	74
Tabela 9 – Número de doutores por mil habitantes em alguns países em 2008...	107

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Comparação das atribuições percentuais de graduação e mestrado por área.....	52
Gráfico 2 – Distribuição % dos programas de pós-graduação.....	
Gráfico 3 – Percentual dos programas de pós-graduação (stricto sensu no RS).....	
Gráfico 4 – Evolução no número de discentes de pós-graduação.....	
Gráfico 5 – Número de mestres e doutores titulados no Rio Grande do Sul 2013 - 2016.....	
Gráfico 6 - Distribuição de bolsas entre os programas de pós-graduação da UFPel no ano de 2017.....	
Gráfico 7 – Distribuição das bolsas de produtividade do ano de 2018.....	
Gráfico 8 – Notas CAPES para os PPGs da UFPel.....	
Gráfico 9 – Número de cursos por nota de avaliação.....	
Gráfico 10 – Número de títulos de mestrado e de doutorado concedidos no Brasil 1996 – 2014.....	

Sumário

1. Introdução.....	09
1.1. Problema de pesquisa.....	10
1.2 Objetivos.....	13
1.2.1. Objetivo Geral.....	13
1.2.2. Objetivos específicos.....	14
1.3. Justificativa.....	14
2. Referencial Teórico.....	18
2.1. A teoria da empresarização.....	18
2.2. A concepção de Estado: definição.....	24
2.3. A relação entre Estado e Empresa.....	28
3 Procedimentos Metodológicos.....	38
3.1 Desenho de Pesquisa.....	44
4 Análise dos Dados.....	46
4.1 O campo da pós-graduação brasileira: uma breve retrospectiva.....	46
4.2 A incorporação da ideia de Empresa pelo Estado.....	89
4.2.1 Uma perspectiva geral sobre a pós-graduação brasileira – a visão dos entrevistados.....	90
5 Considerações finais.....	144
REFERÊNCIAS.....	150
APÊNDICES.....	157
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA (ADMINISTRAÇÃO).....	158
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA (PPGS).....	160
APÊNDICE C – RESULTADOS FINAIS DA AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017 – PROGRAMAS ACADÊMICOS UFPEL.....	162

1. Introdução

No mundo contemporâneo observa-se um fenômeno recorrente, onde o modelo empresarial torna-se um padrão que influencia as mais diversas organizações. De organizações públicas, passando por entidades do terceiro setor, clubes de futebol, associações artísticas, cooperativas de produtores rurais até as mais diversas esferas da vida social, cultural, política e econômica, a organização na forma de empresa parece ser a única capaz de oferecer possibilidades de desenvolvimento eficiente e eficaz.

Nesse sentido, a temática mais geral deste projeto diz respeito a este processo de “empresarização” que atinge de maneira ampla os mais diversos setores da vida contemporânea. Tal processo deriva de um discurso que coloca a ideia de empresa como modelo universalmente generalizável e se manifesta a partir de uma ordem cuja empresa e os elementos que a constituem são tomados como referência, pelas mais diversas instituições (dentre elas o Estado), e concorrem para circunscrever e naturalizar ideias e práticas em nosso mundo (ABRAHAM, 2006; SOLÉ, 2008; RODRIGUES, 2014). Articulada a esta temática da empresarização, com o intuito de complementar essa abordagem, encontrou-se em Considine (2001) a possibilidade de ampliar as possibilidades analíticas da pesquisa, uma vez que este apresenta outras formas de organização e ação do Estado, explorando alguns aspectos com maior profundidade. Cabe ressaltar que, enquanto autores como Dardot e Laval (2016) apontam às relações do Estado no neoliberalismo, isto é, a compreensão do Estado em uma perspectiva macro, Considine enfatiza, além disso, as formas de organização (interna) do Estado nesse contexto.

A temática da empresarização (macro e micro) então, é articulada à questão da educação superior no Brasil, notadamente, na organização da pós-graduação e no papel desempenhado pela pesquisa nesse nível de ensino. A primeira vista, a incorporação de pressupostos empresariais, para além da consolidação de uma

nova lógica naquele espaço, parece ter implicações na formulação de estratégias e na concepção de soluções de política pública que possibilitem alavancar o desenvolvimento regional. Sendo assim, ainda que o foco deste trabalho recaia sobre a organização da pós-graduação em si, latente em todo o trabalho está um conjunto de reflexões sobre o desenvolvimento, e a importância da universidade, especialmente da pesquisa em nível de pós-graduação, nesse contexto.

Dando ênfase à centralidade da Universidade Federal de Pelotas para o desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul, questiona-se o papel dos Programas de Pós-Graduação no desenvolvimento regional, uma vez que eles, ao que parece, estão inseridos em um contexto que aparenta valorizar o produtivismo acadêmico, o alcance de metas e a competição (entre alunos, programas e instituições). Certamente que não se desconsidera a importância desse nível de ensino. O que se busca é uma reflexão sobre os impactos do incentivo à adoção da forma empresa (centrada nos resultados, na competição e no alcance de metas) sobre o tipo de conhecimento que é produzido nesses programas, e se esse conhecimento é voltado para as realidades locais e regionais. Ou seja, trata-se de uma questão central no que diz respeito às relações entre desenvolvimento e pólos geradores de conhecimento. Afinal, o desenvolvimento regional, não apenas do município de Pelotas e seu entorno, mas de toda a Metade Sul do Rio Grande do Sul, tem muito a ganhar com o conhecimento e a pesquisa gerados nos programas de pós-graduação de uma universidade como a UFPel. Nesse sentido, do ponto de vista da análise sobre desenvolvimento local, é imprescindível que se tenha uma visão complexa e aprofundada das realidades locais, suas especificidades históricas, sociais, culturais e políticas. Entretanto, e este é um aspecto central desta pesquisa, é relevante refletir sobre e analisar os impactos de uma lógica que privilegia o produtivismo e a competição e dá menos valor à reflexão e ao pensamento crítico sobre as realidades locais.

1.1 Problema de Pesquisa

Parte significativa da pesquisa de ponta no Brasil, senão quase a totalidade, é realizada em centros de ensino e pesquisa vinculados a programas de pós-

graduação em universidades públicas. Ou seja, é o Estado brasileiro que sustenta boa parte da pesquisa no país. Nesse sentido, pode-se inferir que as dinâmicas de desenvolvimento são afetadas diretamente pelas visões, concepções e ideias predominantes no Estado brasileiro. Inicialmente é necessário que se defina o entendimento do termo “Estado” utilizado nesse trabalho: concebe-se o Estado como um espaço relacional, isto é, formado a partir das interações entre uma multiplicidade de atores individuais e coletivos que buscam influenciar nos rumos das políticas estatais. O Estado, assim, se manifesta através das relações estabelecidas entre essa multiplicidade de agentes (BOURDIEU, 2014). No Brasil, de acordo com Arienti (2003), observa-se evidências de que uma lógica empresarial, baseada em uma ideia de empresarização do mundo, intensificou-se ao longo da década de 1990. A partir dessa época, a transição política foi acompanhada pela presença de um discurso predominantemente econômico da necessidade de modernização daquele espaço. Ressoando as ideias que, desde a década de 1970, pairavam em países como os Estados Unidos e a Inglaterra, os atores que detinham o poder do Estado no Brasil incorporaram o discurso neoliberal, o qual, dentre outros aspectos, tomava a empresa como um modelo de referência, como um símbolo de eficiência, e exaltava os mecanismos de gestão, as formas de controle e inclusive a linguagem empresarial (ARIENTI, 2003).

Em escala global, o ideário neoliberal, isto é, o discurso sobre a necessidade de “enxugar” o Estado, foi ganhando força, passando este então a atuar como um agente da economia, introduzindo e universalizando na sociedade e até dentro de si próprio, a lógica da competição e o modelo da empresa (DARDOT; LAVAL, 2016). No caso do Brasil, na área de educação superior, esse ideário se materializa em 1995, com o lançamento do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. No Plano Diretor, essa lógica empresarial ganhou força dentro das universidades, uma vez que este inseriu a educação, assim como saúde e cultura, entre os serviços não exclusivos do Estado. Com essa reforma, o governo visava uma maior flexibilização da administração pública e uma busca por mais eficiência do serviço público, medida através de preceitos relacionados à administração privada. Dessa forma, o Estado passou a reduzir seu papel de prestador direto de serviços, mantendo-se entretanto no papel de regulador destes.

Nesta perspectiva, a adequação a essa nova ordem vem trazendo alterações profundas para as universidades, uma vez que suas funções são consideradas

centrais para o desenvolvimento e a competitividade dos países. Dentro desse contexto de transformações e de enxugamento do Estado, a essência da universidade que inicialmente era de instituição social, concebida como um espaço de criação, de reflexão crítica, de produção do conhecimento para elevar a compreensão e a qualidade da vida humana, agora tende a se reduzir a uma “organização que se estrutura e age em função da economia” (DIAS SOBRINHO, 2003, p.100).

Nessa onda de realinhamento e de reestruturação das atividades consideradas de “responsabilidade” do Estado, a pós-graduação brasileira também sofreu profundas transformações, dado seu alto custo de funcionamento. A partir de 1995 foram introduzidas várias mudanças no campo da pós-graduação brasileira, tendo como principais: o novo sistema de avaliação, com referência aos padrões internacionais; criação de comitê experimental para apreciação de propostas de mestrado profissional; e o início de discussões sobre ensino a distância (BRASIL, 2011). Desde então, inúmeras transformações culminaram com o modelo de pós-graduação existente hoje no Brasil, o qual prioriza a produção acadêmica; a internacionalização dessas produções; a formação de profissionais para o mercado acadêmico e não acadêmico – de acordo com a demanda existente; a profissionalização do corpo docente; e, a qualidade dos programas, que passou a ser avaliada de acordo com esses critérios tidos como prioritários (BRASIL, 2010). Ainda, ressalta-se que, no campo da pós-graduação brasileira, o Estado (mesmo como regulador) é considerado um elemento central para a estruturação e organização desta, sendo representado por três agentes essenciais, quais sejam: Ministério da Educação – MEC; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ; e, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Percebe-se desta forma, à primeira vista, que as prioridades que orientam o campo da pós-graduação no Brasil, por pautarem-se em metas, resultados, e quantidades; vão ao encontro do fenômeno denominado de empresarização do mundo, abordado anteriormente (SOLÉ, 2008; ABRAHAM, 2006). Sendo assim, o presente trabalho parte do pressuposto que, nesse espaço de relações que configura o que entendemos por “Estado”, há a preponderância de um discurso específico, com determinadas características empresariais e, a incorporação desse discurso contribui para reconfigurar o campo da pós-graduação brasileira e coopera

para imprimir, cada vez mais, uma lógica empresarial na organização daquele espaço. Como questão de fundo, também é importante ressaltar que tais mudanças podem ter implicações sobre o papel da pós-graduação no desenvolvimento territorial. A premissa aqui é a de que, a incorporação da ideia de empresa naquele espaço parece intensificar uma endogenia nos programas de pós-graduação e, conseqüentemente, distanciar os conhecimentos ali produzidos das realidades locais e regionais.

Desse modo, partindo do pressuposto que as organizações cada vez mais passam a adotar características empresariais e lembrando da centralidade da Universidade Federal de Pelotas para a metade sul do Rio Grande do Sul, região essa historicamente pouco desenvolvida, definiu-se o problema de pesquisa da seguinte forma:

Quais as formas de organização da pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas?

1.2 Objetivos:

1.2.1 Objetivo geral

De acordo com o problema de pesquisa levantado, que busca discutir as possíveis implicações nos cursos de pós-graduação da UFPel decorrentes da compreensão da empresa como forma de organização de referência, e tomando como questão de fundo as prováveis conseqüências no debate sobre desenvolvimento regional na Metade Sul do Rio Grande do Sul, delineou-se o seguinte objetivo geral para a presente pesquisa:

Analisar as formas de organização da pós-graduação na Universidade Federal de Pelotas.

1.2.2 Objetivos específicos

A partir do objetivo geral deste trabalho, delineou-se os seguintes objetivos específicos:

- Descrever e analisar as principais determinações legais para o campo da pós-graduação no Brasil, bem como o contexto no qual elas estão inscritas (político, econômico, institucional) a partir dos anos 1990;
- Analisar, à luz da teoria da empresarização, o processo de organização da pós-graduação no Brasil;
- Apresentar, caracterizar e contextualizar a Universidade Federal de Pelotas, em especial, a organização institucional da pós-graduação;
- Descrever e analisar, a partir da teoria da empresarização, o processo de organização dos programas de pós-graduação da UFPel selecionados para o estudo;
- Discutir as implicações, internas (organização das atividades) e externas (relação com a região), de uma possível incorporação de características empresariais por parte dos cursos de pós-graduação selecionados para o estudo.

1.3 Justificativa

Este trabalho parte da ideia de que a pós-graduação brasileira, assim como outros níveis de ensino, vem sofrendo modificações na sua forma de atuação e organização, principalmente devido à forte pressão que as empresas exercem no mundo contemporâneo (RODRIGUES, 2006). Neste horizonte, ao considerar a empresa como elemento central, as decisões articuladas no interior do Estado acabam reconfigurando o campo da pós-graduação. Sendo assim, torna-se necessária a realização de estudos que possibilitem jogar luz sobre um fenômeno tido como natural e muitas vezes, incentivado e fortalecido pelas mais diversas instâncias: o processo de empresarização. Esse processo faz emergir uma lógica que descaracteriza organizações e instituições com naturezas distintas da empresa,

como organizações educacionais e culturais, centrais no processo de constituição do que poderíamos chamar de consciência crítica de uma dada realidade.

Além disso, outro ponto que merece destaque é a ideia de Estado, uma vez que é através desse que, ao disseminar essa lógica, se intensifica o processo de empresarização nos programas de pós-graduação no Brasil. Nesse sentido, mesmo que diversos autores tenham discutido e dado foco ao Estado em seus estudos (CONSIDINE, 2001; NEVES, 2002; LAVAL, 2004; DARDOT; LAVAL, 2016), nenhum deles parece ter utilizado essa análise na área de estudos organizacionais. Sendo assim, este trabalho pretende contribuir com a ideia de empresarização de Andreu Solé e Yve Abraham, perspectiva esta que apresenta-se ainda em construção, ao elucidar o papel do Estado na intensificação desse processo, a partir da incorporação e disseminação dessa ideia. Ao mesmo tempo, outra contribuição teórica diz respeito à análise do papel do campo da educação superior, mais precisamente, da pós-graduação. Neste ponto, embora existam inúmeros trabalhos que analisam esse objeto (SGUISSARD, 2006; 2009; DIAS SOBRINHO, 2003; NEVES, 2002), não foram encontrados estudos que realizem uma análise do campo da educação superior tomando como base a abordagem da Teoria da Empresarização. Cabe destacar que, até pouco tempo, boa parte dos trabalhos que discutiram empresarização assentaram-se na análise de organizações culturais (RODRIGUES; SILVA, 2006; SILVA et al., 2007; HOFFMANN e DELLAGNELO, 2007; GOULART et al. 2002; GONÇALVES et al. 2003). Assim, a análise do campo da educação, notadamente, da pós-graduação, pode apontar facetas, aspectos ou elementos não observados em outros estudos.

Dessa forma, ao supor que exista uma orientação mais empresarial nos programas de pós-graduação, em que os pesquisadores apresentem uma produção mais endógena, buscando benefícios próprios, parece que pouco se pensa no entorno. Assim sendo, com a pós-graduação organizada dessa forma, o presente estudo busca entender qual seria a contribuição com o desenvolvimento regional, uma vez que os programas estão sendo cada vez mais incentivados e até induzidos – pelo processo de empresarização – a produzir para si, buscando resultados “eficientes”.

Dessa forma, a discussão assenta-se em alguns pontos centrais, como: discutir os impactos do processo de empresarização sobre os programas de pós-graduação da UFPel; abordar as implicações desse processo para a produção do

conhecimento – através de uma grande pressão por produção, um provável desprezo pela produção do conhecimento, preocupação com os resultados e não com o processo, etc.; e, relacionar essas implicações/possíveis transformações no campo da pós-graduação com a produção de conhecimento local, com a preocupação com problemas sociais (e não com rankings) e com seus impactos no desenvolvimento do nosso país, da nossa região.

Referente a esse último ponto, ressalta-se que, o desenvolvimento é um conceito em permanente construção (CHAVES, 2014), que tem na educação superior, notadamente, na pós-graduação, um de seus pressupostos principais. Por isso, analisar as implicações do processo de empresarização dos cursos de pós-graduação frente ao desenvolvimento regional parece ser um ponto interessante a ser revelado pela dissertação. Nesse horizonte, salienta-se que a UFPel e seus programas de pós-graduação, possuem um papel estratégico no desenvolvimento desta região, sendo pela formação de profissionais dotados de um conhecimento crítico, seja através de atividades (pesquisa e extensão) desenvolvidas por esses cursos que venham a beneficiar seu entorno, isto é, a sociedade. Ainda, mesmo que o papel de todas as universidades seja de suma importância para o desenvolvimento de uma região, a atuação da UFPel na metade sul do estado torna-se crucial, uma vez que a região encontra-se em profundo processo de estagnação (BATISTA; SILVEIRA; ALVES, 2005).

Em relação a esse processo de estagnação, destaca-se que este se dá principalmente pela forma como o Rio Grande do Sul se desenvolveu economicamente. Isto é, o estado apresenta uma forma peculiar no que diz respeito ao seu desenvolvimento econômico, uma vez que seu crescimento se deu de forma distinta, fazendo com que atualmente, a região norte concentre a maior parte da riqueza do Estado e a região sul, nesses aspectos (IDH, desenvolvimento econômico), seja, historicamente, menos desenvolvida (BATISTA; SILVEIRA; ALVES, 2005).

. Enquanto a região norte é caracterizada por uma grande diversidade de pequenas propriedades e produções, a região sul tem como forte característica, grandes propriedades agrícolas. Nesse contexto, a UFPel se destaca por ser considerada pioneira na área das agrárias, de grande importância para o desenvolvimento de nossa região – de economia predominantemente agropastoril – uma vez que é sede da primeira faculdade de agronomia do Brasil, a Faculdade de

Agronomia Eliseu Maciel. Dessa forma, numa sociedade em que o conhecimento tornou-se o elemento-chave das relações econômicas e sociais entre os indivíduos e as organizações, um estudo dessa natureza pode auxiliar na ampliação do entendimento da universidade como ator social muito relevante (GOULART, 2005).

No entanto, cabe salientar que, embora a análise seja realizada na UFPel, essa não é uma característica apenas desta universidade, uma vez que esse processo parece afetar todas as esferas do mundo social, em maior ou menor intensidade. Ainda, por estarem inseridas em um mesmo sistema, as universidades federais acabam se tornando semelhantes em relação ao complexo de suas especificidades, uma vez que estão sujeitas às mesmas políticas e ao mesmo arcabouço jurídico, além de influenciarem e serem influenciadas no mesmo contexto político do Estado (SGUISSARDI, 2009).

2 Referencial Teórico

Para dar conta da discussão e do problema de pesquisa aqui propostos, este trabalho assentou-se na teoria da empresarização. Nesse sentido, no presente capítulo, primeiramente é feito uma análise geral sobre os dois principais autores que deram início a essa teoria nos estudos organizacionais, Andreu Solé (2008) e Yves Abraham (2006). Cabe ressaltar que esses autores não são os únicos a discutir essa temática, existem outros caminhos possíveis (Neves, Dardot e Laval, Foucault), entretanto, a presente pesquisa será assentada nesses desenvolvimentos. Posteriormente, considerando alguns pontos não abordados ou pouco explorados pelos autores, discute-se o papel do Estado nesse processo. Para tanto, incorpora-se as discussões realizadas por Mark Considine, que apresenta modelos alternativos à tradicional governança processual/burocrática, isto é, analisa novas formas de pensar e organizar o Estado, entre eles um modelo empresarial.

2.1 A teoria da empresarização

A ideia de empresarização é um tema que vem sendo abordado em diversas áreas no Brasil, sob distintas óticas. Como exemplo de áreas que trazem essa temática, é possível mencionar o campo da educação (NEVES, 2002) e do planejamento urbano (VAINER, 2000). Entretanto, quando se trata de estudos organizacionais, essa é uma temática ainda pouco desenvolvida e reduzida a um número relativamente pequeno de pesquisadores. Esses estudos, começaram a surgir no início dos anos 2000 (COSTA, 2005; DURIEUX, 2005; SERRA, 2005; RODRIGUES, 2006; RODRIGUES; SILVA, 2006; COSTA, 2007; HOFFMANN;

DELLAGNELO, 2007) e utilizavam como fundamentação, os desenvolvimentos teóricos apresentados por Andreu Solé (2004).

Todos esses trabalhos partem da premissa central de Solé, o qual considera a empresa como a organização central do mundo moderno. Solé (2004; 2008), ao apresentar sua teoria, parte da premissa de David Hume para quem os pontos de vista mais familiares são, por esta mesma razão, mais suscetíveis de nos escapar. Diante desse pressuposto, Solé realiza a seguinte pergunta: o que é uma empresa? Para o autor, basta essa reflexão para perceber que se trata de uma evidência na sociedade moderna e, por isso não questionada, isto é, trata-se da organização característica, fundamental e onipresente em nosso mundo, um fenômeno considerado natural. Dessa forma, por ser tratada como a forma organizacional mais eficaz, acaba por se expandir e ter suas práticas, linguagens, métodos e técnicas copiados pelas demais organizações. Em outras palavras, a predominância da dimensão econômica e a centralidade da eficiência como padrão a ser “atingido” na sociedade moderna trouxe a “forma empresa” como o modelo mais adequado para garantir a sobrevivência das demais organizações, o sucesso da sociedade e a nossa realização como indivíduos (VIEIRA *et al*, 2012).

Solé (2008), acredita que a história da humanidade é uma sucessão sem fim de criação e desaparecimento de mundos, que definem em um determinado período de tempo e espaço, que determinam as boas maneiras de viver, agir, e a forma como os indivíduos convivem e enfrentam suas dificuldades e suprem suas necessidades, a partir de uma força organizadora. Essa força organizadora, segundo o autor, normalmente trata-se de uma organização e traz o exemplo da Idade Média, onde a organização central, que organizava o convívio e as maneiras de agir, era a Igreja.

E hoje, qual a força organizadora em nosso mundo? Qual a organização central, fundamental, que caracteriza e determina a vida de seus habitantes? A partir desses questionamentos, Solé (2004; 2008) encontra na empresa essa resposta. Complementando, o autor trata a empresa como sendo uma organização singular, ou seja, diferente das demais organizações e não natural à humanidade, sendo uma característica das sociedades modernas.

Em continuidade, o autor justifica a ideia da centralidade da empresa apresentando que na sociedade moderna, a felicidade dos indivíduos é satisfazer

suas necessidades e, a forma para conseguir essa satisfação é trabalhando. Isto é, os indivíduos buscam trabalhar para ganhar dinheiro que os permitam adquirir mercadorias (bens e serviços), com as quais passam a satisfazer tais desejos/necessidades. Para Solé (2008, p.9), basta que seja realizada uma reflexão acerca do que comemos; bebemos; das nossas vestimentas; moradias; da forma como nos deslocamos; para percebermos que o considerado essencial para levarmos o tipo de vida próprio do nosso mundo é produto da empresa, ou seja, “inventado, fabricado, comercializados e imposto” por esta. Dessa forma, visto que nosso mundo é um mundo organizado por e para a empresa, o autor o chama de mundo-empresa.

Em sua teoria, Solé (2008) destaca o pensamento de Joseph Schumpeter, que considerava a existência de uma dinâmica caracterizando esse mundo, o qual o autor denominava de capitalismo e Solé (2008) prefere chamar de mundo-empresa, por se tratar de uma expressão menos ambígua e mais precisa. Entretanto, o autor traz que, de fato, é necessário discutir uma dinâmica bem maior que a identificada por Schumpeter, uma vez que essa dinâmica é certamente econômica, no entanto também se trata de uma dinâmica social, política, cognitiva, cultural, entre outras. Essa dinâmica é considerada por Solé (2008) como um processo único na história da humanidade, denominado por este de “empresarização do mundo”, que vem a complementar a ideia de mundo-empresa (SOLÉ, 2008, p.11), onde as práticas das empresas se inserem pela linguagem, métodos e ferramentas de trabalho em organizações que não estavam “submissas à concorrência e ao imperativo de benefício econômico. Presencia-se então, um grande fato histórico onde, pela primeira vez na história da humanidade, uma organização – a empresa – converte-se no modelo universal de organização de todas as atividades humanas” (SOLÉ, 2004, p.4-5).

Sendo assim, como fruto dos mais diversos fenômenos discursivos, o processo de empresarização se manifesta a partir de uma ordem na qual a empresa e seus os elementos são tomados como referência, representados como ideias e práticas naturais em nosso mundo (RODRIGUES; SILVA, 2014). Nessa perspectiva, a empresa, através de um discurso que está assentado em pressupostos como o da eficácia, da qualidade e de resultados, é transformada em um modelo a ser seguido, pelas mais variadas organizações.

Nesse contexto, a partir da abordagem apresentada por Solé (2004, 2008), as primeiras pesquisas que surgiram com essa temática no campo de estudos organizacionais, na sua grande maioria, limitaram-se à análise da forma com que as organizações esportivas, religiosas e culturais passaram a incorporar um comportamento empresarial. Por exemplo, Costa (2005), Durieux (2005), Rodrigues (2006), Rodrigues e Silva (2006a, 2006b, 2009), Gonçalves e Carvalho (2006), Costa e Gonçalves (2007) inclinaram-se a entender e discutir o processo de empresarização em organizações esportivas, principalmente clubes de vôlei e futebol do estado de Santa Catarina. Além desses, também no estado de Santa Catarina, Serra (2005) e De Santana Gonçalves, Serra e Costa (2007) buscaram analisar esse processo no interior de igrejas protestantes. Ainda, Rodrigues, Silva e Dellagnelo (2014), unem essas três organizações (clubes de vôlei, futebol e igrejas) e as analisam sob essa perspectiva em um único trabalho.

Contudo, os principais pesquisadores dessa temática, mesmo compreendendo o grande valor da perspectiva apresentada por Solé (2004; 2008), percebem que essa não parece ser suficiente para analisar o rumo que esse processo tomou em nosso mundo. Dessa forma, é preciso destacar que a temática da empresarização ainda permanece em construção, uma vez que, ao realizar estudos utilizando o *working paper* de 2004 (SOLÉ, 2004) alguns pontos mostraram possuir inconsistências. Além disso, os primeiros trabalhos realizados com essa temática, limitaram-se a compreender, basicamente, a presença desse fenômeno nas organizações citadas anteriormente.

Como é possível perceber, num primeiro momento, as atenções presentes nos estudos que buscam discutir o processo de empresarização se voltaram para a análise da empresa como uma organização, isto é, como um conjunto de relações entre humanos (SOLÉ, 2004; 2008). E é justamente na forma de compreender a empresa que reside aquilo que pode ser considerado como um segundo momento do processo de reflexão e verificação da teoria da empresarização. Tal processo tem como ponto de partida o trabalho de Abraham (2006), o qual muda o enfoque conceitual abordado por Solé e passa então a compreender a empresa não mais como uma organização, mas sim como uma instituição. No decorrer de seu trabalho, o autor apresenta sua visão inspirada no trabalho de Solé (2000; 2004) e busca avançar na discussão, sugerindo que “a empresa pode então ser definida não mais

em princípio como um conjunto de relações, mas como um conjunto de maneiras de agir e de pensar, de hábitos coletivos, próprios a uma dada sociedade humana” (ABRAHAM, 2006, p.1). Complementando, o autor mobiliza conceitos desenvolvidos por Émile Durkheim (1983) para mostrar que, as maneiras de pensar e de agir particulares de uma dada sociedade, são dotadas de um certo poder coercitivo, com o intuito de estabelecer determinados comportamentos dos indivíduos. Prova disso, é que raramente questionamos a existência desses hábitos, uma vez que para o homem moderno, são tidos como evidências (ABRAHAM, 2006).

Dessa forma, Abraham (2006) busca apresentar e discutir algumas maneiras de agir e de pensar, hábitos coletivos, que fundamentam e fortalecem a ideia de empresa, buscando, ao mesmo tempo, desnaturalizar esses hábitos. Sendo assim, a ideia de empresa como uma instituição é compreendida a partir da associação de cinco modos de agir e pensar (traços, visões de mundo) típicos da modernidade, quais sejam: 1) o individualismo e a invenção da realidade econômica; 2) o mito fundador da escassez; 3) propriedade privada, apropriação e exploração; 4) racionalismo, racionalidade e burocracia; 5) inovação, desenvolvimento e ideologia do progresso.

Por fim, cabe destacar que, uma visão de mundo que tome como norte só esses conceitos (individualismo, escassez, propriedade privada, racionalidade e inovação e desenvolvimento) não seria suficiente se, ao mesmo tempo, não existissem relações sociais que tornassem possível a consolidação da forma empresa. Neste sentido, tais relações, que foram propícias ao surgimento da empresa e que as sustentam até hoje, são funcionais, salariais, mercantis, monetárias e hierárquicas (ABRAHAM, 2006; VIEIRA et al, 2012).

De forma geral, na perspectiva de Abraham (2006) o homem moderno tende a ligar a empresa, isto é, os pressupostos que ela carrega, à natureza do homem. Desta maneira, pressupõe que as maneiras de pensar e agir, apresentadas anteriormente, sempre estiveram presentes no ser humano, mas só ganharam destaque com a emergência da sociedade moderna. Para nós então, a empresa é uma evidência e por isso, tão difícil de ser questionada. Segundo essa lógica, o homem seria naturalmente individualista, racional, defensor da propriedade privada, etc; e a empresa, por realizar-se a partir dessas características, considerada uma instituição natural e central para a humanidade (ABRAHAM, 2006; SOLÉ, 2008).

Sendo assim, Abraham (2006) destaca que considerar a empresa como natural é conferir-lhe um tipo de necessidade, é admitir que ela constitui para o homem algo invencível, isto é, que o homem não tem escolha, a não ser viver com essa instituição, goste ou não. De fato, mesmo que o apresentado até o momento auxilie no entendimento da empresa como um conjunto de maneiras de agir e de pensar característicos da modernidade, quando se analisa o papel desta em nosso mundo, torna-se muito difícil negar sua centralidade, poder e necessidade à vida humana (RODRIGUES, 2013). Em síntese, nosso mundo parece experimentar um processo, sem precedentes históricos, de dominação da empresa sobre todos os outros elementos que compõem a sociedade moderna. Fortemente relacionada ao desejo de modernização e impulsionada pelo processo de empresarização, a empresa, além de servir como um modelo para outras organizações, acabou por reconstruir as relações humanas, produzindo uma nova concepção de necessidade e de felicidade, uma vez que, se pararmos para analisar, veremos que quase totalidade das atividades que realizamos em nossas vidas, são relacionadas a empresas (SOLÉ, 2008).

Neste sentido, cabe ressaltar que, como pode ser visto nas discussões desses dois momentos, o processo de empresarização não é algo que depende exclusivamente do poder da empresa. Esse processo se dá a partir da existência de instituições, organizações e relações que contribuem para manter e disseminar a ideia de empresa como uma instituição central à humanidade, passando a incorporar e difundir seus hábitos, técnicas e linguagem. Assim, alguns pesquisadores passaram a realizar trabalhos em que buscavam ampliar as discussões apresentadas no primeiro momento, reduzidas a organizações culturais e, concomitantemente, evidenciar a forma como a empresa (como instituição) é construída e quais seriam as implicações do processo de empresarização em nosso mundo.

Para atingir esses objetivos, foram elaborados alguns trabalhos que mantinham o foco, por exemplo, na análise do papel da mídia no processo de construção e manutenção da centralidade da empresa no Brasil (RODRIGUES, 2013); e, nas relações modernas que respaldam a ideia de empresa (RODRIGUES, 2013, ARAÚJO e SILVA, 2014; TOMETICH e SILVA, 2016; COSTA, 2017).

Dessa forma, destaca-se o trabalho de Rodrigues (2013), que impulsionou essa mudança de rumo, ao utilizar a ideia de empresa como instituição proposta por Abraham (2006) e associar o papel da mídia nesse processo de construção da empresa como uma instituição central à humanidade, para analisar o campo da educação superior. No ano posterior, o trabalho de Araújo e Silva (2014) buscou analisar o impacto das políticas públicas de agricultura familiar nas relações dos agricultores, a partir da teoria da empresarização. Avançando na discussão, as autoras Tometich e Silva (2016), aprofundam na questão da relação entre o assalariamento e o poder da empresa no Brasil. Ainda, Costa (2017) também contribui para esta teoria, pesquisando sobre a empresarização do espaço, trazendo para essa temática a ideia de desenvolvimento, analisado a partir de uma cidade que teve mudanças significativas após a instalação de uma empresa de Estaleiros. Com isso, mesmo que mencionem, as pesquisas realizadas até o momento não tratam diretamente do papel do Estado nesse processo, objetivo apresentado nessa pesquisa.

Sendo assim, a presente pesquisa reside em um esforço para avançar e contribuir com a discussão sobre empresarização, tendo como foco principal, o papel do Estado neste processo. Ou seja, ao partir da ideia de que existem diversas instituições que possibilitam a centralidade da empresa, busca-se entender como o Estado contribui para esse processo. Assim, torna-se essencial para o trabalho que o conceito de Estado abordado nesta pesquisa, seja discutido e esclarecido, conforme apresentado na seção seguinte.

2.2 A concepção de Estado: definição

Ao buscar nos dicionários o significado da palavra Estado, encontra-se duas definições: como aparelho governamental e político e, por outro lado, como separação geográfica, ou seja, espaço onde a autoridade desse aparelho governamental se exerce. Isto é, de um lado o Estado significa a administração, um conjunto de departamentos ou ainda, uma forma de governo. De outro lado,

percebemos o Estado como território nacional e conjunto dos cidadãos (BOURDIEU, 2014).

O conceito de Estado, como aparelho governamental, pode ser discutido a partir de diversos caminhos, considerando a abordagem de múltiplos autores (Hegel, Marx, Weber, Gramsci, Montesquieu, Tocqueville, Hobbes, Rosseau, Kant, John Locke, Bourdieu, entre outros). Para Hegel, por exemplo, o Estado “é a manifestação da razão universal no seu momento de espírito objetivo, isto é, na sua realização enquanto obra coletiva do espírito humano”. Dessa forma, nesta abordagem, o Estado se constitui como sujeito acima da sociedade, onde, o interesse geral e a unidade dos interesses particulares individuais, que constituem, nas suas relações, a chamada sociedade civil (RÊGO, 2002, p.61). Assim, para esse pensador, o Estado seria o responsável por representar a “coletividade social”, que estaria acima dos interesses particulares e das classes (CARNOY, 1990, p.66). Percebe-se que Hegel acaba seguindo a mesma linha de raciocínio, como destaca Bobbio (2000):

- ✓ **Hobbesiana:** para quem o Estado é a forma racional da existência social do homem, garantidor da ordem e da paz social que é o único interesse que todos os indivíduos viventes em sociedade têm em comum.
- ✓ De **John Locke**, onde o Estado aparece como árbitro imparcial acima das partes, que impede a degeneração da sociedade natural, dirigida pelas leis da natureza e da razão, num Estado de conflitos permanentes e insolúveis;
- ✓ De **Rousseau**, onde o Estado é expressão da vontade geral através da qual cada um, renunciando à liberdade natural em favor de todas as outras, adquire a liberdade civil ou moral e se torna mais livre do que antes;
- ✓ De **Kant**, para quem este é meio através do qual é possível realizar empiricamente o princípio jurídico ideal da coexistência das liberdades externas, pelo que sair do Estado natural para entrar no Estado social não é tanto efeito de um cálculo utilitário quanto de uma obrigação moral por parte dos indivíduos (IRMÃO; SANTOS, 2011, p.7).

Rompendo com essa tendência, Marx apresenta que, “o Estado é um instrumento essencial de dominação de classes na sociedade capitalista”. Sendo assim, ele não encontra-se acima dos conflitos de classes, mas sim intimamente envolvido neles. “Sua intervenção no conflito é vital e se condiciona ao caráter essencial do Estado como meio da dominação de classe” (CARNOY, 1990, p.67). Carnoy (1990) destaca ainda que, posteriormente, Marx passa a defender que o Estado tem suas origens na necessidade de controlar os conflitos sociais que ocorrem entre os diferentes interesses econômicos e que, esse controle, é realizado

pela classe economicamente mais poderosa na sociedade (IRMÃO; SANTOS, 2011). Nessa lógica, Gramsci surge então com uma nova conceituação para este agente, ou seja, para esse autor, o Estado, portanto, é um espaço onde a classe dominante exerce, mantém e conquista seu poder por meio do consentimento (GRAMSCI, 2000; IRMÃO; SANTOS, 2011) e não pela utilização da força, como apresentado na visão de Max Weber. Weber, por sua vez, define Estado como uma relação de dominação de homens sobre homens, que busca apoio no meio da coação considerada legítima. No entanto, para que essa coação subsista, é necessário que as pessoas dominadas se submetam à autoridade imposta pelos que dominam no momento atual (WEBER, 2004).

Diante do exposto, considerando as possibilidades que surgem para conceituar esse agente, optou-se por, nesta pesquisa, adotar a perspectiva apresentada por Pierre Bourdieu, principalmente pelo fato de que esse autor expõe uma ampliação da noção weberiana. Sendo assim, no presente trabalho, o Estado é visto como um espaço de relações onde os mais diversos atores interagem, disputam espaços e buscam influenciar na definição das ações governamentais. Pierre Bourdieu desenvolve essa concepção de Estado em suas aulas ministradas no Collège de France (1989 – 1992). O sociólogo apresenta o Estado como sendo uma “ficção coletiva” a qual infere em efeitos sobre os indivíduos e ao mesmo tempo, se organiza como um produto de uma imbricada guerra de interesses. Corroborando, Marques (2004) destaca se tratar de um conjunto de relações entre atores estatais, além de entre esses e atores externos ao Estado, no entanto, que estão intimamente relacionados. Isto é, o Estado encontra-se ligado, de inúmeras maneiras, a grupos e interesses existentes na sociedade. Isso se dá, uma vez que o Estado é entendido como um espaço formado a partir do enfrentamento de indivíduos e grupos distintos e, manifestado através das relações estabelecidas por estes. Dessa forma, o Estado seria composto por um conjunto de ideias, atores e discursos que hora se combinam, hora se enfrentam com o intuito de ocupar um lugar de destaque nessa disputa e influenciar, assim, a definição das prioridades (BOURDIEU, 2014; MARQUES, 2004).

Sendo assim, Bourdieu (2014) ressalta que, no pensamento dele, o Estado deve ser pensado como sendo um produtor de “estruturas estruturantes” que sejam capazes de ser aplicadas em todos os eventos do mundo, em especial aos eventos

sociais. Nesse sentido, cada situação social conta com um grupo de atores que são dotados de instrumentos de poder, os quais disputam os resultados do processo político no que se refere à distribuição de benefícios escassos e, ainda, de poder político (MARQUES, 2004). Ou seja, segundo Bourdieu (2014), o Estado como conjunto de agentes sociais submetidos a uma mesma soberania, é então o produto dos agentes denominados para exercerem a soberania, e não o inverso.

Buscando esclarecer sua visão, Bourdieu (2014, p. 122), traz alguns apontamentos: “Eis uma ação de Estado, e me pergunto: Em que consiste uma ação de Estado? Como isso se dá, e como isso se determina, como isso se decide?”. Segundo o autor, a partir do momento em que se fazem questões desse tipo, o ponto da dependência ou da autonomia do Estado desmorona, uma vez que o que se observa nesse cenário é um espaço de agentes, isto é, um espaço extremamente complicado.

Descobre-se então, um espaço de agentes em concorrência, os quais detém de forças muito diferentes. Enquanto uns têm o conhecimento dos regulamentos, outros têm uma autoridade científica que desempenha um imenso papel nessa luta, enquanto ainda, outros detém o prestígio. Ou seja, é um espaço com milhares de pessoas, relações complexas, nos campos e subcampos, etc. (BOURDIEU, 2014).

Em síntese, uma vez que o Estado é entendido, não como algo homogêneo, como um ator monolítico, mas sim como um espaço relacional, um espaço fragmentado de forças que se encontram constantemente em disputa, para cada campo de análise será encontrado um espaço com determinados agentes. Sendo assim, partindo da perspectiva de Bourdieu, não se pode considerar o Estado como apenas um aparelho de poder nas mãos dos dominantes, muito menos um espaço neutro de conflitos, mas sim como um “metacampo”, o qual passa pela construção de cada um dos demais campos, pelo qual se constrói a representação coletiva que dá estrutura à vida social.

Em continuidade, Bourdieu (2014) aponta ainda que, é no próprio Estado que se desenvolvem lutas com o objetivo de obter o poder sobre os demais campos, principalmente quando se trata de um campo em que há regulamentação de concepções de legitimidade. Dessa forma, é justamente nesse “metacampo” que é o Estado que o processo de disseminação da ideia de empresa irá se desenrolar: discursos, que tomam a empresa como modelo de eficiência, serão veiculados;

atores presentes nesse âmbito tomarão suas decisões, colocando o discurso em prática; e, com isso, passarão a disputar com outros atores, que, por sua vez, são contrários a essa ideia e tentam combatê-la.

Por fim, definido o conceito de Estado utilizado no trabalho – Estado como conjunto de relações, espaço fragmentado de forças, com agentes lutando intensamente pela definição e distribuição de bens e recursos – a seguir busca-se analisar como o Estado incorpora os elementos empresariais e os dissemina para a sociedade, intensificando o processo de empresarização.

2.3 A relação entre Estado e Empresa

Nesta seção, o principal objetivo é contribuir com a perspectiva abordada, destacando o papel das instituições no processo de intensificação e generalização da ideia de empresa. Assim, neste estudo, será dado foco na análise de uma instituição específica, isto é, busca-se analisar o papel do Estado no fortalecimento do processo de empresarização. Inicialmente pensou-se em abordar os estudos de Dardot e Laval (2016) para entender essa relação. Entretanto, esses autores, apesar de apresentarem importantes reflexões acerca do papel do Estado nesse processo, parecem reduzir a ideia de Estado empresarial à concorrência. Com o intuito de complementar essa abordagem, encontrou-se em Considine (2001) a possibilidade de ampliar as possibilidades analíticas da pesquisa, uma vez que este apresenta outras formas de organização e ação do Estado, explorando alguns aspectos com maior profundidade.

Neste sentido, o autor inicia destacando que, a nova dinâmica empreendedora que se faz presente em nosso mundo, envolve o Estado em um enorme e autoconsciente projeto de reinvenção (CONSIDINE, 2001). Tal dinâmica ocasiona um leque de transformações que ocorrem tanto de fora – com privatizações que põe fim ao Estado produtor – como também de dentro, a partir de um Estado regulador que mobiliza novos instrumentos de poder e, assim, acaba por estruturar novas relações entre o governo e os sujeitos sociais (DARDOT; LAVAL, 2016).

Um Estado regulador tende a delegar funções cotidianas, “racionalizadas segundo as regras de gerenciamento dito ‘participativo’ e conforme esquema contratual entre níveis e tipos de administração[...]” (LAVAL, 2004, p.13). Esse Estado, o qual é guiado pelos novos princípios da ação pública, torna-se conhecido por definir as perspectivas e, posteriormente, avaliar os resultados de uma gestão mais autônoma (LAVAL, 2004). Em síntese, estas intervenções são fornecidas dentro de novas relações que fazem com que os funcionários públicos e aqueles que utilizam esse sistema, pratiquem e sigam, dentro de suas interações, as mesmas estratégias que esperam encontrar em um mundo social emergente (CONSIDINE, 2001). Isto é, que sigam o modelo, a ideia e as estratégias utilizadas pelo elemento central do mundo moderno: a empresa.

Esse processo de centralidade da forma empresa, onde a mesma passa a ser vista como um modelo universal para todo tecido social, parece ter sido intensificado com o surgimento do neoliberalismo (FOUCAULT, 2008). Corroborando, Dardot e Laval (2016) consideram o neoliberalismo como grande aliado a essa nova razão de mundo que presenciamos. Segundo os autores, o neoliberalismo produz certos tipos de relações sociais e maneiras de viver. Em outras palavras, a forma de nossa existência é que está em jogo com o neoliberalismo e, conseqüentemente, com o processo de empresarização:

[...] a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da ‘modernidade’. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 16).

Não é preciso muito esforço para perceber a aura empresarial em espaços tradicionalmente distantes dessa lógica. Especificamente no que confere a atuação do Estado, a incorporação das características presentes no modelo empresarial parece ter se tornado mais intensa então, a partir da falência do modelo keynesiano e da forma de organização burocrática (CONSIDINE, 2001) e, por conseguinte, da emergência de um discurso neoliberal (ARIENTI, 2003), além do enfraquecimento

da forma de organização burocrática (CONSIDINE, 2001). O Estado, nesse novo contexto, passa atuar como um agente da economia, introduzindo e universalizando na sociedade e até dentro de si próprio, a lógica da competição e o modelo da empresa (DARDOT; LAVAL, 2016). Dessa forma, os autores salientam então que o que está em jogo, não é mais a alternativa mercado autorregulador e a intervenção do Estado, mas sim a natureza dessa intervenção governamental, assim como seus objetivos. Ainda, o neoliberalismo não espera a retirada do Estado, mas sim a transformação da ação pública, tornando-o dessa forma, uma esfera que também se sujeita a ideais empresariais, isto é, uma esfera que passa a ser regida por regras de concorrência e submetida a exigências de eficácia (DARDOT; LAVAL, 2016). De acordo com Dardot e Laval (2016), pega-se o discurso disseminado sobre a principal crítica feita ao Estado – falta de eficiência e produtividade – e percebe-se que é a uma análise econômica que se deseja submeter a ação pública, uma vez que não esperam que o governo se desinteresse pela gestão da população, mas sim que essa gestão seja feita de forma eficiente.

Cabe ressaltar que, enquanto Dardot e Laval (2016) apontam às relações do Estado no neoliberalismo, isto é, a compreensão do Estado em uma perspectiva macro, Considine enfatiza, além disso, as formas de organização (interna) do Estado nesse contexto. Assim, visando entender melhor essas transformações na visão de Estado, Considine (2001) realizou um estudo quatro países (Austrália, Grã-Bretanha, Holanda e Nova Zelândia) com o intuito de verificar como se dava a forma de governança adotada por esses. O autor destaca que, o modelo tradicional, isto é, aquele processual, burocrático, característico da esfera pública, vem encarando um sério desafio lançado por críticos e reformadores que favorecem o mercado, redes ou modelos de economia mista. Os políticos reformistas propagam então, o discurso de que, agências públicas são excessivamente grandes, caras, rígidas, padronizadas e insensível às identidades individuais. O que estamos presenciando, deixa de ser simplesmente uma evolução das melhores formas de organização e torna-se então, uma espécie de concurso cultural sobre como “interesse público” e “serviço público” devem ser entendidos atualmente (CONSIDINE, 2001). Quando se trata de uma análise das universidades, Considine (2006) diz que a lógica empresarial vem rompendo barreiras e se inserindo em sistemas (educação, por exemplo) que até então não apresentavam essa lógica. Com isso, as universidades

podem ser consideradas como “arenas ambíguas que se parecem cada vez mais com um mercado competitivo” (CONSIDINE, 2006, p.1).

Nessa lógica de tornar as ações públicas mais eficientes, enquanto os críticos parecem estar unidos em uma rejeição à velha ordem burocrática, o autor ressalta que nenhuma alternativa única e coerente foi proposta. Considine (2001) corrobora a ideia de Ronald Moe (1994), onde este diz que essa reinvenção da forma como o Estado deve governar é na verdade uma mistura de ideias muito diferentes sobre organização pública e privada. E, se analisarmos historicamente, o que pode-se perceber é uma série de modelos lutando pela vitória sobre a velha ordem burocrática (CONSIDINE, 2001). Inicialmente, Considine (2001) propõe avaliar, então, em que medida esses novos modelos têm influenciado as orientações de trabalho, a partir de três tipos de governanças alternativas à burocrática (processual): corporativa, mercado e redes.

No decorrer de sua pesquisa nos quatro países e, após analisar os dados obtidos, Considine (2001; 2003) percebe que as formas alternativas à tradicional, isto é, à burocracia, não são três, mas sim duas formas. Uma forma de governança alternativa à processual é governança em rede, conforme visto anteriormente. A outra alternativa indica que os funcionários incorporam objetivos e metas, juntamente com novos métodos competitivos para alcançá-los. Ou seja, as principais características presentes na governança corporativa são fundidas às encontradas na governança de mercado, sintetizando-as em uma nova forma híbrida, chamada pelo autor de governança empresarial.

Logo, busca-se analisar as 3 (três) formas de governança, isto é, a processual (tradicional) e as duas formas alternativas, mencionadas acima. Enquanto alguns sugerem que o terceiro tipo de governança (Governança em Rede) está começando a introduzir as mentes dos reformadores do Estado, os outros dois tipos têm até agora dominado a legislação e os novos projetos organizacionais. Dessa forma, a seguir pretende-se descrever as principais características presentes em cada categoria.

O tipo Processual (Burocracia)

Governança processual pode ser definida como uma estância típica para qualquer sistema reconhecido por regras e classificações universais (CONSIDINE, 2001). Esse sistema surgiu, principalmente, para separar questões administrativas de religiosas, militares e políticas. Considine (2001) traz como exemplo o ato de Pendleton, de 1883, o qual expressa os principais elementos desse modelo, onde uma agência central estabeleceu um sistema normatizado de emprego público, no qual a contratação passou a ser imparcial, com base no mérito.

Como característica principal, destaca-se que os atributos essenciais do tipo burocrático (governança processual) são definidos a partir do seguimento de regras e protocolos, alta dependência de supervisão e uma expectativa de que tarefas e decisões vão ser bem roteirizadas, incluindo pelos sistemas de tecnologia de informação usado na organização (CONSIDINE; GIGUÈRE, 2008). Dessa forma, dentro de desse tipo de governança processual, a coordenação é conseguida através de um sistema de regras e normas, ou seja, essa formalização e utilização de leis é que norteia as atividades. Como regra, as organizações públicas que utilizam a governança processual como modelo central, exigem esferas de verificação e de auditorias, com o intuito de reduzir a probabilidade de ocorrência de grandes erros. Ainda, Considine (2001) destaca que mesmo possuindo baixos níveis de desenvolvimento tecnológico, a governança processual é um sistema barato e que, por ter como característica central a padronização e formalização, a partir de normas e regras, tende a entregar à sociedade, serviços padrões.

O tipo empresarial

Essa categoria surgiu a partir da fusão de duas alternativas propostas por Considine (2001): governança corporativa e governança de mercado. Os defensores desse tipo de governança pensaram nessa forma como uma síntese planejada dos objetivos do governo e os métodos de alocação de recursos modernos de grandes empresas (CONSIDINE, 2001). A governança empresarial surge então, como uma

tentativa de transformar toda a administração pública, antes movida por regras e normas, em uma administração movida por estratégias e metas políticas. Dessa forma, as metas e objetivos tornaram-se o princípio unificador como base da tomada de decisão da organização pública, ou seja, o Estado acaba incorporando características presentes em organizações econômicas, e disseminando para organizações públicas que, na maioria das vezes, não possui essa lógica.

Entretanto, não surpreendentemente, esse modelo também apresentou limitações. Nessa questão, Considine (2001) traz como modelo o caso da Austrália, que, após três anos da introdução do Programa de Melhoria da Gestão Financeira (FMIP), cada departamento pesquisado apresentava um plano, missão e procedimentos de planejamento formal, mas a grande maioria não possuía vínculo operacional entre as tomadas de decisões, a alocação dos recursos e esses planejamentos. O autor enfatiza que, muitas vezes esses processos de planejamento não levavam em consideração as rápidas mudanças nas prioridades que os ministros desejavam realizar.

Buscando aprimorar esse modelo, nos principais governos Thatcher, foi proposta uma onda de reformas mais sofisticada, que propôs as vantagens de um sistema de gestão mais forte, mas com menos custos de planejamento. Nesse momento, emergiu um novo clima de negociação entre as agências centrais e as agências de entrega, mas ainda pertencentes a um sistema de propriedade política e controle direto (CONSIDINE, 2001). Quando esse modelo de governança beirava a exaustão em países que o adotaram de forma precipitada, surge, paralelamente, um modelo empresarial mais fortalecido, o qual buscava combinar o fortalecimento do poder de gestão com o uso de certas formas limitadas de alocação de recursos competitivos (CONSIDINE, 2001; 2003). Esse novo modelo começou a surgir em diversos países a partir da disseminação da ideia, principalmente por parte das empresas, de que organizações públicas devem se comportar como “corporações” (CONSIDINE; GIGUÈRE, 2008). Logo, foi promovida a ideia de que os funcionários de organizações públicas devem responder às metas estabelecidas pelos gestores e passam a ser guiados por um regime global de medição de desempenho, característica central em empresas privadas (CONSIDINE; GIGUÈRE, 2008).

Apresentando a ideia de Osborne e Gaebler (1992), Considine (2001) diz que o governo passou a ser visto tanto simbólico quanto estratégico, passando a

estabelecer um uso mais forte da prerrogativa da gestão e fluindo para um mundo alternativo de incentivos privados, preços e decisões baseadas em contratos. Além disso, segundo Considine (2001;2003), esse modelo de governança também mobiliza o interesse político dos gestores públicos em usar recursos públicos para criar benefícios privatizados para empresários. Esse tipo ideal, estrutura os elementos internos da organização pública e seu meio ambiente através do mercado e de testes reais ou hipotéticos sobre a demanda do consumidor e preços variáveis (CONSIDINE, 2001).

A concorrência passa a ser vista como uma solução para os tomadores de decisão do governo, salvando-os dos custos da escolha racional, permitindo assim que o mercado determine os meios necessários para um fim definido. Assim, os contratantes existem para representar a gama viável de estratégias disponíveis, levando em consideração o custo e a qualidade (CONSIDINE, 2001), reduzindo a tarefa dos tomadores de decisão à de seleção de prestadores de serviços públicos ou privados.

Essa nova forma de pensar o Estado é uma mistura dos elementos do núcleo de empresas e tipos de mercado que trazem como objetivo principal, a centralidade das metas e a obtenção de resultados financeiros. Assim, são incluídas instruções que reconhecem a necessidade de metas que apresentem ênfase para clientes com prioridade, além de disposições que auxiliam a maximizar os resultados financeiros, priorizando ações que ajudem a criar resultados “pagos” para a organização (CONSIDINE, 2001). Segundo o autor, as características centrais dessa governança empresarial podem ser resumidas em:

- Alvo conduzido;
- Foco nas metas e objetivos organizacionais;
- Foco nos resultados financeiros;
- Centrada em grupos de prioridade.

Ou seja, nesta forma administrativa, os funcionários reconhecem seu trabalho conforme determinado, menos por regras e supervisão e mais por metas e a

necessidade de “ganhar” renda, combinando aspectos importantes de ambos (governança corporativa e governança de mercado) (CONSIDINE, 2001).

O tipo de Rede

Esse modelo de governança da administração pública ainda se apresenta de forma um pouco confusa na literatura, mas é considerado como um quadro emergente promissor (CONSIDINE, 2001). Investimento misto, pesquisa compartilhada, empreendimentos de desenvolvimento comum, além de métodos flexíveis para vincular financiadores, reguladores e um vasto número de prestadores de serviços públicos e privados são algumas das características prometidas pelos atores que defendem o caminho do capital social para a reforma (PUTNAM, 1993 *apud* FERNANDES, 2003; CONSIDINE, 2001). Segundo Putnam (1993, p.1 *apud* Fernandes, 2002), “capital social refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e laços de confiança que facilitam a coordenação e cooperação para benefícios mútuos”.

Nesse modelo emergente, o governo continua a depender de agências externas, entretanto, agora na forma de reforço da parceria estratégica. Assim, esse novo ideal de governança é, portanto, uma forma de organização em que os clientes, fornecedores e produtores estão ligados entre si como coprodutores (CONSIDINE, 2001). As redes então, devem ser menos motivadas por regras e menos definidas por supervisão do que os outros tipos. Em contrapartida, devem estar atentas aos meios disponíveis para ganhar a cooperação de parceiros, mais interessadas na construção da confiança e é provável que idealize o sucesso como resultado de uma ação conjunta (CONSIDINE; GIGUÈRE, 2008).

Nesse âmbito discutido pelo autor, o mesmo destaca que as instituições não mudam a maneira de pensar e de se organizar a partir de uma ação única, mas a partir da presença de pequenas coalisões de interesses entre atores envolvidos (CONSIDINE, 2001). Por fim, com o intuito de destacar o caráter organizacional de cada uma das formas de governança estudadas, Considine (2001) apresenta uma

tabela (Tabela 1) que traz sua fonte de racionalidade, forma de controle, principal virtude e a natureza de seu foco na entrega de serviços.

Tabela 1: Os tipos de governança

	Fonte de racionalidade	Forma de controle	Virtude primária	Foco na entrega de serviço
Governança Processual	Lei	Regras	Confiabilidade	Tratamentos universais
Governança Empresarial	Gestão/Concorrência	Planos/Contratos	Orientado por Metas/custos	Alvos/Preços
Governança em Rede	Relações	Co-produção	Flexibilidade	Intermediação

Fonte: Considine (2001) – traduzido pelo autor

A forma de racionalidade refere-se à lógica administrativa através da qual cada tipo de governança define seus principais meios para se organizar e sua própria definição característica de valor. Posteriormente, cada tipo ideal de governança apresenta um método característico de controle e coordenação, um *modus operandi* característico. A terceira dimensão presente nesse quadro síntese é a virtude primária que cada tipo de governança tem nas mentes de seus proponentes, ou seja, a principal vantagem que cada modelo apresenta. Por fim, o último elemento diz respeito ao objetivo final, ou seja, a definição do método típico utilizado para a entrega de um programa real (CONSIDINE, 2001).

No decorrer de seu estudo, Considine (2001; 2003) percebe a emergência do modelo empresarial em setores públicos, buscando maior eficiência, agilidade e flexibilidade nas atividades. Nesse âmbito, em um estudo posterior, que busca analisar a universidade e seu papel na sociedade, Considine (2006) destaca que essa característica empresarial não emergiu no interior das universidades por esta estar sem recursos ou endividadas. Segundo este autor, a emergência ocorre devido à universidade ter, cada vez mais, dificuldade de explicar e defender que seu objetivo se difere das demais organizações. A universidade seria então, na visão de Considine (2006), um sistema necessário para distinguir certos tipos de conhecimento de outros tipos de *know-how* e, ambos da ignorância. Logo, Considine (2006) argumenta que as universidades, ou melhor, a questão da identidade institucional, deve ser investigada a partir de uma perspectiva sistêmica, na qual ocorra essa distinção cultural entre a universidade e outros sistemas, como o

Estado, a Igreja e a economia. Ou seja, deve-se analisar essa organização a partir de uma perspectiva sistêmica em vez de uma perspectiva da demanda (que o mercado ou o Estado desejam) ou de fornecedor (que os acadêmicos fazem).

Sendo assim, considerando as percepções apresentadas por Considine (2001; 2003; 2006), discutidas nesse capítulo, na presente pesquisa serão utilizadas as três formas de governança, apresentadas pelo autor, com o intuito de entender a forma de organização da pós-graduação brasileira e, mais especificamente, na Universidade Federal de Pelotas.

3 Procedimentos Metodológicos

Com base na abordagem teórica utilizada nesta pesquisa, os métodos foram desenvolvidos com o intuito de analisar a disseminação da ideia de empresa nos programas de pós-graduação da UFPel, uma vez que isso irá possibilitar responder ao objetivo central proposto inicialmente, qual seja: Analisar as formas de organização da pós-graduação na Universidade Federal de Pelotas. Para isso, este estudo de natureza predominantemente qualitativa, foi realizado a partir de dois momentos distintos, mas intimamente relacionados.

Sendo assim, em um primeiro momento, foi realizada uma pesquisa documental referente ao campo da pós-graduação brasileira, com o intuito de verificar como a mesma está estruturada e organizada. Gerhardt e Silveira (2009) frisam que a pesquisa documental recorre a fontes diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais e relatórios de empresas. Complementando, Prodanov e Freitas (2013, p. 56) entendem que documento pode ser considerado “qualquer registro que possa ser usado como fonte de informação, por meio de investigação”. Esse nível macro de análise tornou-se necessário para alcançar alguns dos objetivos propostos para a realização desse trabalho, os quais foram propostos: descrever e analisar as principais determinações legais para o campo da pós-graduação no Brasil, bem como o contexto no qual elas estão inscritas (político, econômico, institucional) a partir dos anos 1990; e, analisar o processo de organização da pós-graduação no Brasil.

Em um segundo momento, após essa análise mais macro do campo, este estudo volta-se à análise pontual de como a configuração do campo afeta os programas de pós-graduação. Para essa etapa, foram coletados dados secundários que possibilitassem realizar uma análise referente à pós-graduação brasileira. Nesse sentido, foram coletados documentos que tornassem possível verificar a forma como

essa está estruturada e organizada atualmente, assim como as ideias que nortearam as possíveis transformações até chegar à presente estruturação. Para realizar esse estudo, foram analisados documentos como: leis, projetos, relatórios, entre outros, que tornassem a análise viável.

Conforme mencionado no decorrer deste trabalho, o mesmo busca analisar as possíveis formas de organização da pós-graduação, que passam a afetar tanto sua estruturação quanto seu funcionamento e, para isso o estudo apresenta uma ênfase no Estado e suas normativas, uma vez que este é central no processo de organização da pós-graduação no Brasil. No entanto, cabe ressaltar que a ideia de Estado é difusa, ou seja, não é uma ideia centralizada em si, mas sim manifestada por meio de relações e disputas que se dão em unidades distintas, porém relacionadas.

Sendo assim, para a realização dessa pesquisa, foram adotados 3 (três) agentes considerados centrais no processo de organização da pós-graduação brasileira, quais sejam: Ministério da Educação – MEC; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ; e, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. A partir desses agentes, buscou-se analisar as principais determinações legais para o campo ao longo dos últimos anos, mais precisamente, a partir dos anos 1990. Destaca-se ainda, que tentaremos, sempre que possível, contextualizar o cenário político e econômico – que possuam ênfase na educação – no qual aquelas determinações foram lançadas.

Desta forma, a fonte dos dados secundários foi, principalmente, os sites desses agentes, assim como sites governamentais, que nos permitiram ter acesso a leis que abordem a temática da pós-graduação. Sendo assim, a tabela apresentada a seguir (Tabela 2) lista os documentos que foram selecionados para a análise referente ao campo da pós-graduação no Brasil.

Tabela 2 – Documentos selecionados para análise

Documento Oficial	Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB	1996
Documento Oficial	Portaria nº 080 – CAPES	1998
Documento Oficial	Resolução CNE/CES nº 1	2001
Documento Oficial	Resolução CNE/CES nº28	2002
Documento Oficial	Porta nº13 – CAPES	2002
Documento Oficial	Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010	2004
Documento Oficial	Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 (vol. I)	2010
Documento Oficial	Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 (vol. II)	2010
Documento Oficial	Portaria nº 1077 – MEC	2012
Documento Oficial	Portaria nº 02 – CAPES	2012
Documento Oficial	Plano Nacional de Educação	2014
Documento Oficial	Portaria nº 59 – CAPES	2017

Fonte: Elaborado pela autora

Em um segundo momento, esta pesquisa tornou-se orientada à análise das implicações que as determinações do campo inferem, de forma localizada. Para isso, alguns cursos de pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel foram analisados. Partindo do pressuposto de que a universidade deve empenhar-se em realizar ações que busquem o desenvolvimento regional, atendendo com eficiência as carências existentes, através da geração de conhecimento ou de práticas voltadas à sociedade, optou-se por estudar essa universidade (UFPel) devido à sua extrema importância para o desenvolvimento da Metade Sul do Rio Grande do Sul, a partir, principalmente, das pesquisas realizadas no interior dessa, fundamentais para esse processo. Além disso, outro fator que contribuiu para a escolha dessa universidade, foi o fato desta englobar o programa responsável por esse estudo.

Para isso, inicialmente foram coletados dados secundários relacionados a organização da pós-graduação na UFPel, com a intenção de verificar como a universidade recebe e incorpora as determinações legais supracitadas. Desta forma, esses dados foram coletados dentro do universo dos 46 programas de pós-

graduação existentes na universidade (40 programas acadêmicos e 6 mestrados profissionais), distribuídos pelos conceitos avaliativos propostos pela CAPES. Com isso, buscou-se dados empíricos nos sites – da UFPel e dos respectivos cursos, além de editais, resoluções, regimentos, publicações e outras fontes consideradas importantes para a pesquisa.

Após a coleta dos dados secundários – em nível geral e específico – passou-se então para a obtenção de dados primários, que foram coletados através de entrevistas semiestruturadas (Apêndice A e B), que serviram para embasar, contextualizar e, efetivamente, responder o objetivo da pesquisa. Além disso, com a realização dessas entrevistas, buscou-se uma análise referente ao impacto das possíveis transformações sofridas pela pós-graduação brasileira no que tange aos cursos de pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas, assim como os valores, ideias e perspectivas de cada curso. A realização dessas entrevistas procurou atingir dois dos objetivos específicos propostos nesse projeto, quais sejam: descrever e analisar, o processo de organização dos programas de pós-graduação da UFPel selecionados para o estudo; e, discutir as implicações, internas (organização das atividades) e externas (relação com a região), de uma possível incorporação de características empresariais por parte dos cursos de pós-graduação selecionados para o estudo. Para isso, foram realizadas entrevistas com representantes dos PPG's, além de representantes da Reitoria e Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - PRPPGI da UFPel (gestão atual e anterior).

Dentro desse universo de 46 programas divididos nas mais diversas áreas, os programas estão classificados, a partir do método de avaliação estipulado pela CAPES, em conceitos que variam de 3 (nota mínima para ser reconhecido) a 7 (padrão de excelência). Cabe ressaltar que a universidade conta com dois programas nota 7, dois que foram avaliados com o conceito 6, seis programas com nota 5, quatorze com nota 4 e, por fim, dezoito programas com o conceito 3. Ainda, destaca-se que cinco programas de pós-graduação dessa universidade possuem duas avaliações distintas para seus níveis de ensino, tendo seus programas de mestrado o conceito 3 e os programas de doutorado conceito 4. É no interior desse universo de programas de pós-graduação, a partir de diversas áreas de conhecimento que, além da disseminação do conhecimento e a formação de uma massa crítica que poderá ser essencial para a sociedade, são realizadas inúmeras

pesquisas importantes para a região. É no interior desse universo também, que buscamos a reflexão sobre a lógica que está presente na organização desses cursos e seus impactos na promoção do desenvolvimento desta região.

Dessa forma, ao verificar os programas de pós-graduação existentes na UFPel (Apêndice C), optamos por realizar as entrevistas com pelo menos um curso de cada conceito da CAPES (3, 4, 5, 6 e 7), distribuídos nas mais diversas áreas, para assim, ter uma ideia geral de como a forma de organização desses cursos acaba refletindo nas mais distintas áreas do conhecimento.

A seleção dos programas se deu por amostragem não-probabilística por conveniência (LEVINE et al, 2008), a partir do critério de acesso, uma vez que isso irá facilitar a coleta dos dados. Sendo assim, os cursos selecionados para análise, foram:

Tabela 3 – Programas de Pós-Graduação selecionados para análise

CÓDIGO	PROGRAMA	CONCEITO	ÁREA DE AVALIAÇÃO
42003016052P1	Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais	3	Administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo
42003016039P5	Letras	3	Linguística e Literatura
42003016048P4	Recursos Hídricos	4	Engenharias I
42003016024p8	Sociologia	4	Sociologia
42003016025p4	Sistemas de Produção Agrícola Familiar	5	Ciências Agrárias
42003016001P8	Odontologia	6	Odontologia
42003016020p2	Biotecnologia	7	Biotecnologia
42003016011p3	Epidemiologia	7	Saúde Coletiva

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em dados extraídos da Plataforma Sucupira (BRASIL, 2017a)

Após selecionados os programas participantes da pesquisa, realizou-se contato com os mesmos afim de verificar o interesse e a disponibilidade para a realização das entrevistas. Além desses, foi realizado contato com representantes da parte administrativa da UFPel. No total, foram realizadas 14 entrevistas Dessa forma, o perfil dos entrevistados é apresentado na tabela a seguir (Tabela 4):

Tabela 4: Atores entrevistados no estudo

Código	Profissão	Atuação na UFPel
Entrevistado 1	Docente	Gestão
Entrevistado 2	Docente	Gestão
Entrevistado 3	Docente	Gestão
Entrevistado 4	Docente	Gestão
Entrevistado 5	Docente	Gestão anterior
Entrevistado 6	Docente	PPG DTSA
Entrevistado 7	Docente	PPG Letras
Entrevistado 8	Docente	PPG Recursos Hídricos
Entrevistado 9	Docente	PPG Sociologia
Entrevistado 10	Docente	PPG SPAF
Entrevistado 11	Docente	PPG Odontologia
Entrevistado 12	Docente	PPG Biotecnologia
Entrevistado 13	Docente	Epidemiologia
Entrevistado 14	Docente	Gestão

Após realizada a coleta de dados, os mesmos foram organizados e analisados. Esse procedimento é feito com o intuito de possibilitar uma interpretação para que com isso, torne-se visível uma resposta para o atual problema de pesquisa. Segundo Gil (2008), a análise apresenta como objetivo organizar e resumir os dados para que esses possibilitem o fornecimento de respostas ao problema para investigação. Já a interpretação, ainda segundo o autor, tem como objetivo a procura de um sentido mais amplo das respostas, obtido através da ligação com outros conhecimentos obtidos anteriormente. O material classificado – a partir das respostas dos sujeitos e dos documentos obtidos – e a teoria que servirá de base para o estudo, permitirá ao pesquisador elaborar um esquema de interpretação dos fenômenos estudados. Em síntese, essa análise interpretativa irá se apoiar em três aspectos fundamentais: nos resultados alcançados no estudo; na fundamentação teórica; e, na experiência pessoal do pesquisador (TRIVIÑOS,1987).

Com o intuito de atingir os objetivos propostos inicialmente, o referencial de análise foi construído com base na teoria da empresarização e nas categorias desenvolvidas por Considine (2001), apresentadas no capítulo anterior. Sendo assim, os dados foram analisados e relacionados tendo como norte:

Tabela 5: Características principais dos tipos de governança

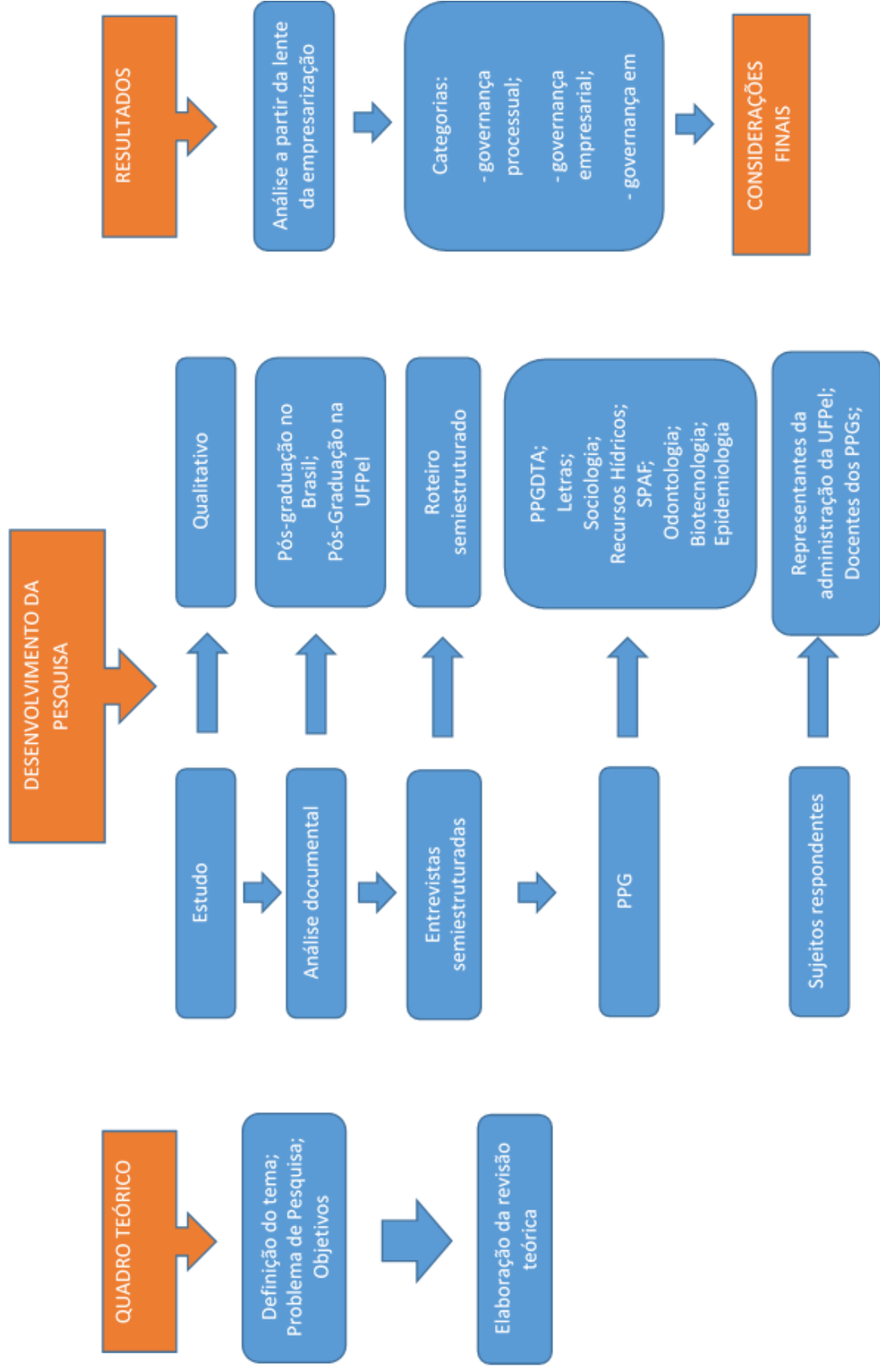
CATEGORIA	CARACTERÍSTICAS
Governança Processual	- formalização; - linhas de autoridade; - normas/regras.
Governança Empresarial	- metas/objetivos; - concorrência; - maximização de resultados financeiros; - busca por resultados “pagáveis” - prioriza grupo de clientes; - influenciado por metas numéricas.
Governança em Redes	- importância de obter ajuda; - trabalho em equipe; - ajudaria outras organizações; - liberdade para decidir sobre os clientes.

Fonte: elaborado pela autora, baseado em dados de Considine (2001)

Tudo isso, cabe ressaltar, foi discutido levando em consideração a ideia de Estado e de seu papel no processo de empresarização, bem como na relação entre a universidade e o desenvolvimento territorial.

3.1 Desenho de pesquisa

Para permitir um melhor entendimento das etapas realizadas neste trabalho, buscou-se representá-las de forma gráfica, conforme a Figura 1 apresentada a seguir:



4 Análise dos Dados

Neste capítulo serão apresentados dados referentes à uma análise macro da pós-graduação brasileira, assim como referentes à pós-graduação na Universidade Federal de Pelotas. Conforme mencionado nos procedimentos metodológicos, a análise ocorrerá em três instantes distintos, mas intimamente relacionados. Primeiramente então, será descrita a organização do campo da pós-graduação brasileira, a partir de documentos oficiais. Posteriormente, ainda referente a uma análise do campo, buscar-se-á contextualizar a Universidade Federal de Pelotas e seus programas de pós-graduação. Por último, a partir dos dados obtidos nas entrevistas, será realizada a análise destes, confrontando-os com a teoria abordada no estudo.

4.1 O campo da pós-graduação brasileira: uma breve retrospectiva

Os primeiros movimentos na direção da construção da pós-graduação brasileira ocorreram por volta dos anos 1930. Naquela época, as universidades, as quais se baseavam no modelo das cátedras¹ conseguiram atrair um número razoável de docentes estrangeiros, que vieram, alguns em missões acadêmicas em colaboração com os governos europeus e, outros, asilados, fugindo da turbulência que a Europa passava pouco antes da Segunda Guerra (BALBACHEVSK, 2005). A pós-graduação passou a se desenvolver em pequenas dimensões, sendo

¹ No modelo em cátedras, um professor catedrático, com auxílio de alguns assistentes por ele nomeados, é responsável pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão ligadas à sua especialidade. No entanto, a partir da reforma de 1968, o Brasil passou a adotar o modelo departamental, inspirado nas universidades norte-americanas, onde um colegiado de professores da mesma especialidade é responsável por tais atividades (pesquisa, ensino e extensão).

encontrada em restritas universidades e, mesmo nessas, apresentando apenas algumas cadeiras que ofertavam treinamento pós-graduado. Além disso, como não havia uma regularização externa, fora do mundo acadêmico, seus títulos eram pouco conhecidos. Diante disso, pode-se dizer que essas primeiras experiências da pós-graduação tiveram pouco impacto na educação superior de modo geral, mas serviram para dar o impulso inicial e permitir que, surgisse efetivamente a pós-graduação no Brasil (BALBACHEVSK, 2005).

Foi na década de 1940, que, pela primeira vez, o termo “pós-graduação” foi formalizado, precisamente, no Artigo 71 do Estatuto da Universidade Brasileira, o qual define os níveis de ensino universitário:

Art. 71. Os cursos universitários serão os seguintes:

- a) cursos de formação;
- b) cursos de aperfeiçoamento;
- c) cursos de especialização;
- d) cursos de extensão;
- e) cursos de pós-graduação;
- f) cursos de doutorado (BRASIL, 1946)

A partir daí, começaram a ser estabelecidos acordos entre o Brasil e os Estados Unidos que resultavam em uma série de convênios entre instituições brasileiras e norte-americanas, por meio de intercâmbios de estudantes, docentes e pesquisadores (SANTOS, 2003). No ano de 1965, enquanto a ditadura se instaurava no país, o Ministério da Educação – MEC regulamentou essas experiências, reconhecendo a pós-graduação como um novo nível de ensino. Naquele ano, através do parecer 977, conhecido também como Parecer Sucupira, aprovado pelo Conselho Federal de Educação – CFE, foram fixadas as principais características da pós-graduação brasileira. Foi através desse parecer que ficou estabelecido o formato básico da pós-graduação brasileira, dividida em dois níveis de formação, o mestrado e o doutorado, estabelecendo uma linha de continuidade entre os dois, ou seja, tornando o mestrado um pré-requisito para a obtenção do título de doutor, exceto em áreas que não possuam mestrado e já ofereçam doutorado (BRASIL, 1965). Sguissard (2006, p. 57) ressalta o pensamento de Hamburger (1980) o qual traz que a criação da pós-graduação no Brasil se deu por duas razões: primeiramente, houve a constatação da grande carência de pessoal altamente qualificado para gerir os grandes projetos de desenvolvimento. Logo, “criar um sistema de ensino superior modernizado, eficiente e eficaz, capaz de preparar os

quadros necessários para suas múltiplas frentes e tarefas, foi uma das principais metas da área educacional dos governos militar-autoritários”. A segunda razão teria sido a necessidade de qualificar o corpo docente, exigido a partir da expansão que ocorria no ensino superior. Logo, segundo o autor, “a pós-graduação se viu patrocinada, em suas origens, por dois setores da tecnocracia governamental: o da área econômica e o da área educacional”.

É importante ressaltar que, no início da pós-graduação no Brasil, foi estabelecida uma duração mínima para conclusão desses dois níveis de ensino, no entanto, não foi fixado um período máximo, conforme o parágrafo retirado do parecer 977:

Os cursos de mestrado e doutorado devem ter a duração mínima de um e dois anos respectivamente. Além do preparo da dissertação ou tese, o candidato deverá estudar certo número de matérias relativas à sua área de concentração e ao domínio conexo, submeter-se a exames parciais e gerais, e provas que verifiquem a capacidade de leitura em línguas estrangeiras. Pelo menos uma para o mestrado e duas para o doutorado (BRASIL, 1965, p. 10).

De acordo com o professor Newton Sucupira, o modelo de pós-graduação a ser implantado era adequado à nova concepção de universidade, proveniente dos países mais desenvolvidos do mundo (MEC/CFE, Parecer nº 977/65). Nesse cenário, é preciso destacar que mesmo o Parecer Sucupira sendo responsável pela criação de um ambiente institucional, uma vez que institucionalizou a pós-graduação no Brasil, o desenvolvimento desta só se concretizou a partir da combinação deste parecer com outros atores e circunstâncias. Segundo Balbachevsk (2005), aproveitou-se, por exemplo, o impulso dado na década de 1950 pelas fundações norte-americanas Ford e Rockefeller, que introduziram a forma de regular a distribuição de bolsas de pós-graduação, partindo de um critério meritocrático.

No entanto, apenas no ano de 1968 foi que efetivamente ocorreu a regulamentação da pós-graduação no Brasil, após a reforma universitária². Nesse ano, no auge do regime militar, o governo estabeleceu uma intensa reforma no

² Nessa reforma, aboliu-se o sistema das cátedras, introduzindo-se nas universidades brasileiras o modelo norte-americano, o qual adotava a organização departamental. Além disso, institucionalizou-se a carreira acadêmica, instituiu a contratação de professores em tempo integral, o ingresso e a progressão docente passou a ser diretamente relacionada à titulação acadêmica e, substituiu-se o sistema tradicional de cursos sequenciais pelo sistema de créditos (BALBACHEVSK, 2005; MARTINS, 2009).

ensino superior. Nesse novo formato, foi preservada a relação entre o professor orientador e o estudante. Além dessa relação, também foram criados conselhos de pós-graduação que foram se fortalecendo com o passar do tempo. Conforme a pós-graduação foi se institucionalizando, o modelo dominante passava a ser aquele em que os estudantes precisavam obter a conclusão de um número mínimo de disciplinas, eram submetidos à uma qualificação junto a uma banca e a defesa pública de uma tese, na qual era exigida a presença de pelo menos um professor externo ao departamento para os casos de mestrado e dois para bancas de doutorado (BALBACHEVSK, 2005; MARTINS, 2009).

Todas essas medidas, ainda que importantes, não foram suficientes para garantir o sucesso da pós-graduação brasileira. Segundo Balbachevsk (2005), o salto de qualidade se deu quando os programas de pós-graduação receberam uma visão privilegiada pelas políticas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico. Nessa época, dentro desse novo ambiente universitário e, levando em consideração as peculiaridades do ensino superior brasileiro, assim como o contexto político, social e econômico enfrentado pelo Brasil, começam a surgir nos meios políticos e acadêmicos uma vasta discussão acerca da necessidade de investimentos em pesquisa e ciência, buscando impulsionar o desenvolvimento do país (PAIXÃO, BARBOSA e NEVES, 2009). Em paralelo a todas essas transformações, no início da década de 1950, mais especificamente em 11 de julho de 1951, foi criada a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual Capes), através do Decreto nº 29.741, com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país" (CAPES, 2018). No decorrer das discussões sobre a necessidade de investimentos em pesquisa e ciência e no processo de reformulação das políticas setoriais, a CAPES ganha novas atribuições e meios orçamentários que possibilitaram a multiplicação de suas ações, passando a intervir na qualificação do corpo docente das universidades brasileiras. Com isso, a CAPES passa a ter um papel de destaque na elaboração da nova política para a pós-graduação, que vem se expandindo rapidamente (CAPES, 2018).

Nessa onda dos planos de desenvolvimento tecnológico e científico, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), principal banco de investimento

do Brasil, designou um fundo de suporte ao desenvolvimento tecnológico, no ano de 1969, denominado de Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O FNDCT apresentou resultados considerados favoráveis e, com isso, criou-se uma pressão para que ocorresse sua institucionalização em uma agência própria e especializada. Logo, em 1971 foi criada a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) que, a partir de então, assumiu a secretaria executiva do FNDCT, fundo esse agora definido como item permanente do orçamento público federal. Ainda na década de 1970, mais precisamente no ano de 1975, surge o atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, através da reforma e transformação do antigo Conselho Nacional de Pesquisa, existente desde 1951 (BALBACHEVSK, 2005).

Além do financiamento direto a pesquisadores e instituições, o CNPq se tornou responsável pela criação e manutenção de vários institutos de pesquisa. Logo no início de sua atuação, foram criados diversos institutos, os quais eram responsáveis pela execução do trabalho de investigação científica e tecnológica, tais como:

- Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). Criado no CNPq em 1952;
- Instituto de Pesquisas da Amazônia (INPA), que incorporou o Museu Emílio Goeldi (MPEG). Criado no CNPq em 1952 e implementado em 1954;
- Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Fundado em 1866, administrado pelo INPA desde 1954, constitui-se unidade autônoma do CNPq em 1983;
- Instituto de Bibliografia e Documentação (IBBD). Criado em 1954, depois transformado em Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) em 1976;
- Instituto de Pesquisas Rodoviárias (IPR). Criado em 1957, posteriormente, em 1972 foi transferido para a jurisdição do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), e atualmente está vinculado ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT);
- Grupo da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (GOCNAE). Criado em 1961, o qual foi transformado, em 1971, em Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), igualmente subordinado ao CNPq;
- Centro de Estudos em Política Científica e Tecnológica (CPCT). Criado em 1984 e extinto em 1990;
- Entre as décadas de setenta e noventa, foram incorporados outros institutos:
 - Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), criado em 1949 foi integrado ao CNPq em 1976;
 - Observatório Nacional (ON), criado em 1827 por D. Pedro I e incorporado ao CNPq em 1976;
 - Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), criado em 1978 e incorporado ao CNPq em 1988;
 - Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), criado em 1980, originário do CBPF;

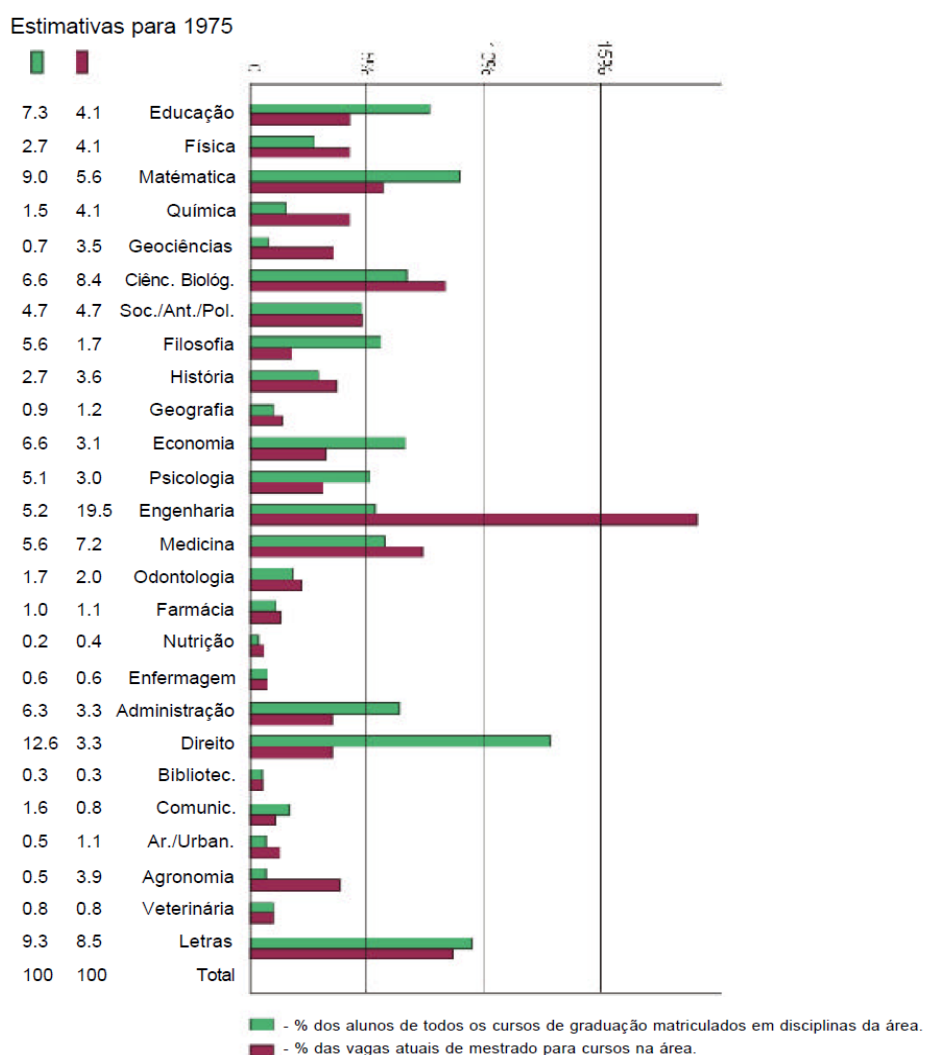
- Museu de Astronomia e Ciência Afins (MAST), criado em 1982 no âmbito do Observatório Nacional, em 1985 tornou-se Unidade de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS). Durante 10 anos (1987-1997), o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) investiram na implantação do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS);
- Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA) antigo Laboratório Astrofísico Brasileiro criado em 1961 e incorporado ao CNPq em 1989;
- Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMA) Projeto Mamirauá criado em 1990 como Estação Ecológica foi incorporado ao CNPq em 1999 como Instituto de Desenvolvimento Sustentável (BRASIL, 2018).

Atualmente, esses centros e institutos não estão mais subordinados ao CNPQ. A partir do Decreto nº 3.567, de 17 de agosto de 2000, posteriormente revogado pelo Decreto nº 4.728, de 9 de Junho de 2003, as unidades de pesquisa acima referidas foram transferidas do CNPq para o então, Ministério de Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2018).

Cabe ressaltar que, tanto a FINEP quanto o CNPQ tendiam a favorecer áreas exatas, como ciências e engenharias, no entanto, o Ministério da Educação - MEC tinha interesse no desenvolvimento mais amplo de áreas de conhecimento, uma vez que seu objetivo era qualificar professores para as universidades (BALBACHEVSK, 2005). A política do MEC, desde o início, tendia a favorecer programas da área de humanas ou áreas afins, uma vez que a grande maioria dos cursos de graduação se concentrava nessas áreas (BALBACHEVSK, 2005). Essa distinção entre os interesses desses dois atores, tornou possível o desenvolvimento de um sistema de pós-graduação, na medida do possível, equilibrado em sua distribuição entre as áreas do conhecimento.

Nos gráficos apresentados a seguir, é possível ter uma visualização geral da situação da pós-graduação brasileira no seu início (1975 a 1979), tanto em relação ao número de vagas ofertadas em programas de mestrado e doutorado, quanto a comparação dessas com os cursos de graduação, titulação de docentes, entre outras informações. No gráfico 1, apresentado abaixo, é realizada uma comparação entre o número de alunos de graduação matriculados em disciplinas de determinadas áreas e, as vagas disponíveis para realização do mestrado nestas mesmas áreas.

Gráfico 1 – Comparação das distribuições percentuais de graduação e mestrado por área



Fonte: I Plano Nacional de Pós-Graduação (2005)

A partir da análise do gráfico 1, é possível perceber que de todas as áreas apresentadas, apenas 31% destas possui mais alunos matriculados na graduação do que vagas no mestrado. Isto é, 69% dos cursos na época, possuíam vagas de mestrado que possibilitavam o ingresso de, praticamente, totalidade de seus discentes de graduação.

Na Figura 2, apresentada a seguir, destaca-se a capacidade nominal de atendimento em cursos de mestrado e doutorado, a partir de uma estimativa para o ano de 1975. A figura permite a visualização do total de vagas por área do conhecimento, além da porcentagem que cada esfera (federal, estadual/municipal e privada) é responsável por administrar.

Figura 2 – Quadro com a Capacidade Nominal de atendimento em cursos de mestrado e doutorado- estimativa para 1975

Mestrado				Áreas	Doutorado			
F	% E/M	P	Total Vagas		Total Vagas	F	% E/M	P
54	22	24	290	1 - Educação	-	-	-	-
52	36	12	290	2 - Física	35	29	42	29
57	29	14	390	Matemática	35	86	14	-
59	34	7	290	Química	60	34	58	8
74	26	-	245	Geociências	35	57	43	-
63	34	3	595	3 - Ciências Biológicas	95	37	63	-
41	53	6	330	4 - Soc./Ant./Política	-	-	-	-
33	33	34	120	Filosofia	-	-	-	-
27	43	30	255	História	-	-	-	-
-	70	30	85	Geografia	-	-	-	-
73	18	9	220	Economia	5	100	-	-
19	21	60	215	Psicologia	-	-	-	-
65	25	10	1.375	5 - Engenharia	50	70	20	10
57	34	9	510	6 - Medicina	80	44	56	-
35	48	17	145	Odontologia	-	-	-	-
63	27	-	80	Farmácia	10	50	50	-
100	-	-	30	Nutrição	-	-	-	-
-	100	-	40	Enfermagem	-	-	-	-
25	36	39	235	7 - Administração	-	-	-	-
19	72	9	235	Direito	25	40	60	-
100	-	-	20	Biblioteconomia	-	-	-	-
91	9	-	55	Comunicação	-	-	-	-
87	13	-	75	Arquitetura/Urbanismo	-	-	-	-
61	39	-	270	8 - Agronomia	35	28	72	-
100	-	-	55	Veterinária	-	-	-	-
38	24	38	600	9 - Letras	20	75	25	-
52%	33%	15%	7.050	Total	485	48%	48%	4%

Fonte: Convênio MEC/UFRGS, Catálogo geral das I.E.S. - 1973, PBCDT - Grupos de trabalhos de pesquisa fundamental e pós-graduação - 1974.

OBS: F = instituições federais; E/M = instituições estaduais e municipais; P = instituições particulares.

Fonte: I Plano Nacional de Pós-Graduação (2005)

Obs: F = instituições federais; E/M = instituições estaduais e municipais; P = instituições particulares.

Ao analisar o a figura 2, torna-se possível perceber que, em 1975, as Instituições federais seriam responsáveis pelo provimento de 52% das vagas ofertadas em programas de mestrado, enquanto as instituições estaduais e municipais se responsabilizavam pelo equivalente a 33% das vagas e, as instituições particulares apenas 15%. Entretanto, quando se trata de programas de

doutorado, as instituições estaduais e municipais se igualam às instituições federais, sendo esses dois tipos de instituições responsáveis por 48% cada, ficando apenas 4% para as instituições particulares, aparentemente devido ao alto custo e ao pequeno retorno proporcionado por esse nível de ensino.

Figura 3 – Quadro com a Capacidade Nominal de atendimento em cursos de mestrado e doutorado- estimativa para 1975 (Distribuição percentual por região)

Mestrado						Áreas	Doutorado					
N	NE	% CO	SE	S	Total Vagas		Total Vagas	N	% NE	CO	SE	S
-	3	12	47	38	290	1 - Educação	-	-	-	-	-	-
-	10	12	71	7	290	2 - Física	35	-	-	-	86	14
-	14	6	74	6	390	Matemática	34	-	-	-	100	-
-	14	10	64	12	290	Química	60	-	-	-	100	-
6	29	4	35	26	245	Geociências	35	14	14	-	58	14
-	12	24	45	8	595	3 - Ciências Biológicas	95	-	-	-	90	10
-	8	25	48	19	330	4 - Soc./Ant./Política	-	-	-	-	-	-
-	8	13	67	22	120	Filosofia	-	-	-	-	-	-
-	10	-	69	21	245	História	-	-	-	-	-	-
-	-	-	100	-	85	Geografia	-	-	-	-	-	-
-	27	23	27	23	220	Economia	5	-	-	-	100	-
-	-	-	72	28	215	Psicologia	-	-	-	-	-	-
-	7	7	76	10	1.375	5 - Engenharia	50	-	-	-	100	-
-	10	6	80	4	510	6 - Medicina	80	-	-	-	100	-
-	7	-	69	24	145	Odontologia	-	-	-	-	-	-
-	-	-	75	25	80	Farmácia	10	-	-	-	100	-
-	67	-	33	-	30	Nutrição	-	-	-	-	-	-
-	-	-	100	-	40	Enfermagem	-	-	-	-	-	-
-	-	13	74	13	235	7 - Administração	-	-	-	-	-	-
-	11	-	83	6	235	Direito	25	-	-	-	100	-
-	-	-	100	-	20	Biblioteconomia	-	-	-	-	-	-
-	-	36	64	-	55	Comunicação	-	-	-	-	-	-
-	4	24	44	28	270	8 - Agronomia	35	-	-	-	100	-
-	-	55	27	18	55	Veterinária	-	-	-	-	-	-
-	-	9	69	22	600	9 - Letras	20	-	-	-	100	-
1%	9%	11%	65%	14%	7.050	Total	485	1%	1%	-	94%	4%

Fonte: I Plano Nacional de Pós-Graduação (2005)

Obs: N = Norte; NE = Nordeste; CO = Centro-Oeste; SE = Sudeste; S = Sul

Na figura 3, o total de vagas oferecidas para programas de mestrado e doutorado é dividido por regiões, o que nos mostra uma grande desigualdade nessa oferta de vagas. Nos programas de mestrado, 65% das vagas ofertadas estão centralizadas na região sudeste, 14% são oferecidas por instituições localizadas na região sul, 11% pela região centro-oeste, 9% estão lotadas na região nordeste,

enquanto, a região norte, conta com apenas 1% das vagas. A desigualdade quando se trata de programas de doutorado é maior, considerando de 94% das vagas oferecidas para esse nível de ensino se encontram na região sudeste. Do restante, 4% encontra-se na região sul, tendo a região norte e nordeste 1% cada. A região centro-oeste não possuía esse nível de ensino.

De forma a complementar os dados apresentados até o momento, as figuras 4 e 5, apresentadas na sequência, trazem a evolução das titulações de mestrado e doutorado, respectivamente, no Brasil entre os anos de 1975 e 1979.

Figura 4 – Quadro com a Titulação de Mestres no Brasil

ÁREAS	1975	1976	1977	1978	1979	Total 1975/1979
1. Educação	150	150	200	250	300	1.050
2. Física, Matemática, Química, Geociências e outras ciências exatas	550	600	700	800	950	3.600
3. Ciências Biológicas	350	400	450	500	600	2.300
4. Sociologia, Antropologia, Ciência Política, História, Geografia, Filosofia, Psicologia, Economia e outras ciências sociais	300	350	450	600	800	2.500
5. Engenharia	250	300	400	500	700	2.150
6. Medicina, Odontologia, Farmácia, Nutrição e outras profissões da saúde	200	250	300	400	500	1.650
7. Administração, Direito, Comunicação, Arquitetura, Urbanismo, Biblioteconomia e outras profissões sociais	150	200	250	350	450	1.400
8. Agronomia, Veterinária, Tecnologia de Alimentos, Engenharia de Florestas, de Pesca e outras profissões agro-industriais	200	200	250	250	300	1.200
9. Letras e Linguística	150	150	200	200	250	950
TOTAL	2.300	2.600	3.200	3.850	4.850	16.800

Fonte: I Plano Nacional de Pós-Graduação (2005)

Figura 5 – Quadro com a Titulação de Doutores no Brasil

ÁREAS	1975	1976	1977	1978	1979	Total 1975/1979
TOTAL	150	200	250	350	450	1.400

Fonte: I Plano Nacional de Pós-Graduação (2005)

A partir das figuras apresentadas acima (Figura 4 e 5) é possível perceber que a pós-graduação vinha se expandindo no país com o passar dos anos. Com a expansão que esta vinha apresentando, era importante contar com um sistema de avaliação dos programas, tanto para garantir a qualidade destes, como para institucionalizar uma forma de distribuir o investimento na área de ciência e tecnologia.

Cabe destacar que, desde 1965, o parecer sucupira conferiu ao Conselho Federal de Educação – CFE a responsabilidade pelo reconhecimento e avaliação dos programas de pós-graduação, no entanto, o conselho não detinha mecanismos adequados e agilidade que possibilitassem acompanhar a rápida expansão da pós-graduação, através do célere surgimento de novos programas, que vinham se multiplicando. A solução para esse impasse ocorreu quando a CAPES, encarregada das bolsas para estudantes de pós-graduação, organizou o primeiro processo de avaliação destes (BALBACHEVSK, 2005). Esse processo de avaliação apresentado pela CAPES foi considerado como a mais importante referência de qualidade para os programas de pós-graduação no Brasil. Nessa época, passou a ser estabelecida então, uma clara ligação entre desempenho e êxito, isto é, quanto melhor a avaliação alcançada pelo programa, maiores eram as chances do programa e seus pesquisadores conseguirem apoio financeiro. Destaca-se que, inicialmente, a proposta desse sistema era avaliar, a partir de um acompanhamento da evolução quantitativa e detectando os níveis de qualidade, deficiências e carências dos programas de pós-graduação (SOUZA; PAULA, 2002). De acordo com as autoras:

Esse sistema apoiou-se na orientação e princípios básicos do I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), no qual se explicitava a preocupação com a regulamentação da expansão do sistema de cursos, a manutenção do padrão de qualidade, a qualificação docente das instituições de ensino superior, a eficiente alocação de recursos públicos e o estabelecimento de um fluxo permanente de informações que permitissem aos órgãos públicos a operacionalização de estratégias e a fixação de prioridades (SOUZA; PAULA, 2002, p. 7).

Em 1982 foi lançado o II PNPG, o qual manteve como objetivo central a formação de recursos humanos qualificados para as atividades docentes e de pesquisa, com o intuito de atender tanto os setores públicos quanto os privados. No entanto, em suas diretrizes, a ênfase foi dada à qualidade da pós-graduação. Com isso, tornou-se necessária a institucionalização e o aperfeiçoamento da avaliação, que já existia, no entanto de forma embrionária (BRASIL, 2011).

Quando o III PNPG (1986 – 1989) foi lançado, os objetivos propostos foram, além da consolidação e melhoria do desempenho dos cursos de pós-graduação, a institucionalização da pesquisa nas universidades e a integração da pós-graduação ao setor produtivo. Foi nesse plano também, que surgiu a ideia da valorização docente a partir da produção científica, tanto para ingresso nas universidades como para sua promoção nestas (BRASIL, 2011).

Com todas essas transformações e em busca pela melhoria da qualidade dos programas de pós-graduação, em 1997, o sistema de avaliação da CAPES foi submetido a uma Comissão Internacional de Avaliação. Após a visita, a comissão concordou que o sistema de avaliação da CAPES funcionava bem, levando ao aumento da qualidade e da quantidade de programas de pós-graduação no Brasil, assim como ao aumento do corpo docente que possuía doutorado (BRASIL,1997). Inicialmente, o sistema se baseava em exames feitos pelos pares, os quais analisavam a quantidade de produção em pesquisa e ensino e, apresentavam um esforço para levar os programas a atingirem os padrões internacionais (BRASIL,1997). Entretanto, a comissão sugeriu que o sistema se mantivesse dessa forma, mas passasse a levar em consideração, buscando um aperfeiçoamento, as recomendações contidas no relatório entregue, como segue:

- A CAPES e outras agências de financiamento devem atuar de forma coordenada com outras fontes de financiamento para assegurar um apoio coerente à pesquisa e aos programas acadêmicos;
- Os comitês de avaliação devem incluir um representante de outra disciplina e, sempre que possível, um representante de outro país, que seja da disciplina;
- Os programas de pós-graduação devem ser avaliados num ciclo de 3 a 5 anos;
- As categorias de classificação usadas no processo de avaliação dos programas precisam ser definidas e esclarecidas pela CAPES em conjunto com cada comitê de área;
- A CAPES precisa simplificar a tarefa de coleta de dados;

- Visitas in loco devem ser obrigatórias para qualquer programa novo a ser avaliado pela CAPES;
- Visitas in loco devem ser obrigatórias para qualquer programa cujo conceito vai baixar para C ou menos. Neste caso, a visita dos representantes do comitê de avaliação tem que ser feita antes da oficialização do novo conceito;
- Todo programa deve receber uma visita dos representantes do comitê de avaliação a cada período de 4 até 7 anos;
- Uma auto avaliação pelo programa deveria fazer parte do processo de avaliação;
- Considerações referentes à infraestrutura, aos fundos para pesquisa e ao suporte técnico devem servir de indicadores importantes para avaliar a viabilidade de um programa novo e o potencial de um programa já estabelecido;
- Os programas devem indicar o tempo médio de titulação e as taxas de desistência e de titulação para cada nova turma admitida no programa.
- No caso de programas que terão diminuído o seu conceito e ficarão com C ou menos, um conceito preliminar deve ser comunicado ao pró-reitor de pós-graduação;
- Devem ser implementados procedimentos que permitam acompanhar as carreiras dos doutores formados em programas com financiamento da CAPES;
- Os programas devem apresentar à CAPES, anualmente, um curto relatório de *follow-up* para indicar que ações foram adotadas em resposta às recomendações contidas no relatório da avaliação (BRASIL, 1997, P. 23-25)

A partir do que foi visto até o momento, pode-se perceber que a formação e evolução da pós-graduação brasileira ocorreu de forma gradativa. Em seu início, é visível a presença de uma forma de organização processual, burocrática, que conforme Considine (2001; 2003) encontra-se em declínio, uma vez que aspectos importantes da ordem burocrática não aparentam mais ter o compromisso dos gestores públicos. Com a expansão da pós-graduação, percebe-se que o objetivo central na organização desse campo foi sendo alterado, saindo dessa organização processual em direção a uma organização empresarial (CONSIDINE, 2001), pautada em uma avaliação dos programas de pós-graduação, vinculação ao setor produtivo, passando a valorizar os docentes desses programas a partir de sua produção científica, ou seja, de seu desempenho.

Em 1996 a CAPES viu a necessidade de criação de um novo PNPG e constituiu uma Comissão Executiva para organizar um seminário que seria o marco inicial para a construção do IV PNPG. Nesse período, várias versões preliminares desse documento foram elaboradas, todas com circulação restrita aos integrantes da Diretoria da Capes, no entanto uma série de circunstâncias impediu que o documento final se concretizasse (BRASIL, 2011). Isso não impediu que, diversas

recomendações que surgiram nessas discussões fossem implantadas pela diretoria da CAPES, como por exemplo: “expansão do sistema, diversificação do modelo de pós-graduação, mudanças no processo de avaliação e inserção internacional da pós-graduação” (BRASIL, 2011, p. 29). A partir disso, inúmeras transformações foram sendo implementadas na pós-graduação brasileira, aparentemente com o intuito de obter uma maior eficiência do modelo utilizado, nos remetendo ao modelo empregado atualmente, discutido da seção a seguir.

Uma nova pós-graduação – transformações que nos trazem ao modelo atual

Uma grande transformação na pós-graduação brasileira se deu em 1998, através da portaria nº 080, da CAPES, quando através dessa, ocorreu o reconhecimento dos mestrados profissionais. Para realizar esse reconhecimento, foi considerada, além de outras questões, a necessidade da formação de profissionais pós graduados que estivessem aptos a elaborar novas técnicas e processos, com desempenho diferenciado dos egressos de mestrados acadêmicos, os quais focam preferencialmente, um aprofundamento de conhecimentos e técnicas de pesquisa (BRASIL, 1998). Segundo o artigo 2º desta portaria, será enquadrado como mestrado profissionalizante, o curso que atenda às seguintes condições:

- a) estrutura curricular clara e consistentemente vinculada a sua especificidade, articulando o ensino com a aplicação profissional, de forma diferenciada e flexível, em termos coerentes com seus objetivos e compatível com um tempo de titulação mínimo de um ano;
- b) quadro docente integrado predominantemente por doutores, com produção intelectual divulgada em veículos reconhecidos e de ampla circulação em sua área de conhecimento, podendo uma parcela desse quadro ser constituída de profissionais de qualificação e experiência inquestionáveis em campo pertinente ao da proposta do curso;
- c) condições de trabalho e carga horária docentes compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial;
- d) exigência de apresentação de trabalho final que demonstre domínio do objeto de estudo, (sob a forma de dissertação, projeto, análise de casos, performance, produção artística, desenvolvimento de instrumentos, equipamentos, protótipos, entre outras, de acordo com a natureza da área e os fins do curso) e capacidade de expressar-se lucidamente sobre ele (BRASIL, 1998, p. 01-02).

No final desse documento, destaca-se que os cursos que se enquadram nessa modalidade, são capazes de se autofinanciar. Isto é, devem explorar esse aspecto para realizar iniciativas de convênios com o intuito de obter patrocínio para suas atividades.

Também em 1998 foi implantada a base de dados Qualis, coroando a ênfase na produção, que remonta à década de 1970. Este refere-se a um “conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação” (BRASIL, 2002b). Essa base de dados foi concebida para atender às necessidades específicas do sistema de avaliação utilizado pela CAPES. Refere-se a um sistema de classificação de periódicos nacionais e internacionais que representam a produção intelectual dos programas de pós-graduação brasileiros de todas as áreas do conhecimento. Basicamente, o Qualis dispõe de uma lista com a classificação de diversos periódicos científicos em estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, onde A1 é considerado o nível mais elevado e C o mais baixo (BRASIL, 2018). Dessa forma, no momento de avaliação da produção docente, o Qualis dos periódicos em que essa produção foi submetida, será analisado e, conseqüentemente, serão consideradas mais relevantes, as produções publicadas em periódicos com estratos mais elevados.

Já no ano de 2001, o Ministério da Educação lança uma resolução (CNE/CES, nº01/2001) que passa a estabelecer as novas normas para o funcionamento dos cursos de pós-graduação no Brasil. Já em seu 1º artigo, a resolução destaca que:

Art. 1º Os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, compreendendo programas de mestrado e doutorado, são sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previstas na legislação.

§ 1º A autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* são concedidos por prazo determinado, dependendo de parecer favorável da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, fundamentado nos resultados da avaliação realizada pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e homologado pelo Ministro de Estado da Educação.

§ 2º A autorização de curso de pós-graduação *stricto sensu* aplica-se tão somente ao projeto aprovado pelo CNE, fundamentado em relatório da CAPES.

§ 3º O reconhecimento e a renovação do reconhecimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* dependem da aprovação do CNE, fundamentada no relatório de avaliação da CAPES.

§ 4º As instituições de ensino superior que nos termos da legislação em vigor, gozem de autonomia para a criação de cursos de pós-graduação

devem formalizar os pedidos de reconhecimento dos novos cursos por elas criados até, no máximo, 12 (doze) meses após o início do funcionamento dos mesmos.

§ 5º É condição indispensável para a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de curso de pós-graduação stricto sensu a comprovação da prévia existência de grupo de pesquisa consolidado na mesma área de conhecimento do curso.

§ 6º Os pedidos de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de curso de pós-graduação stricto sensu devem ser apresentados à CAPES, respeitando-se as normas e procedimentos de avaliação estabelecidos por essa agência para o Sistema Nacional de Pós-Graduação (BRASIL, 2001).

É possível perceber que, mesmo com a forma de governança processual em declínio, essa se mantém presente no interior do Estado. Ainda que não seja o tipo de governança central e, que as normas e regras não sejam o objetivo final, estas permanecem sendo muito utilizadas para impulsionar o tipo empresarial de governança, institucionalizando as metas e objetivos, centrais nesse tipo de governança.

Ainda, com o passar do tempo, é possível perceber um grande avanço na pós-graduação brasileira, em busca de uma padronização e aumento da qualidade. Nesse intuito, em 2002, a Portaria nº 013/CAPES dispõe sobre as notas atribuídas aos programas de pós-graduação nos procedimentos do sistema de avaliação e no funcionamento dos programas de mestrado e doutorado (BRASIL, 2002a). Neste documento, fica estabelecido que após a avaliação realizada pela CAPES, os programas que atingirem nota, igual ou superior a 3 (três): estão aptos a continuar integrando o Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG e serem regularmente avaliados pela CAPES; têm reconhecida a validade nacional dos diplomas, por eles emitidos; e, devem, obrigatoriamente, fornecer à CAPES as informações correspondentes ao programa, nos prazos e condições determinados por esta.

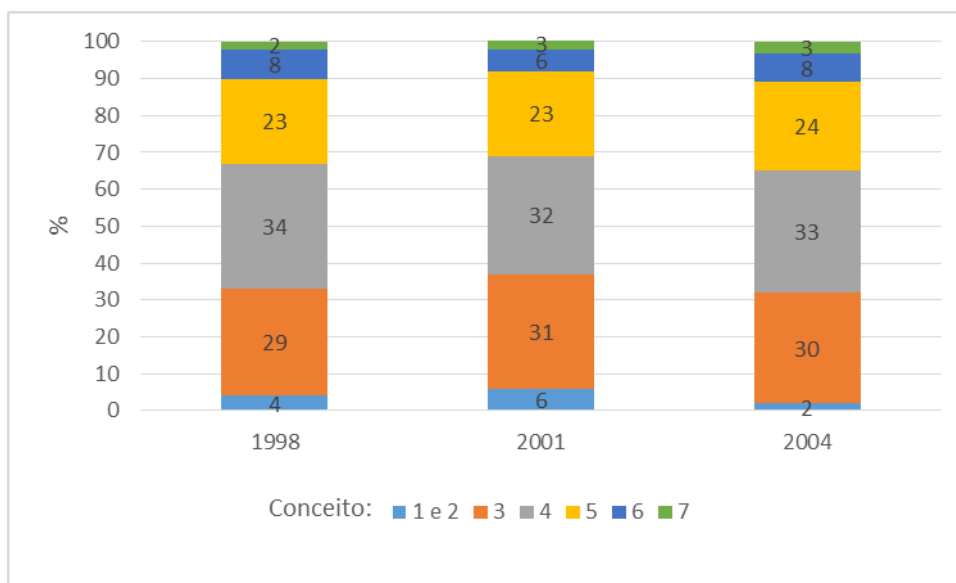
Já o programa que não alcançar o conceito 3, apresentando assim conceito 1 (um) ou 2 (dois):

- a) deixa de integrar o SNPG e de ser regularmente avaliado pela CAPES a partir da data de publicação dos resultados da avaliação homologados pelo MEC;
- b) tem canceladas as autorizações de funcionamento e o reconhecimento dos cursos de mestrado e/ou doutorado por ele oferecidos e, por isso, não pode matricular novos alunos em tais cursos;
- c) tem reconhecida pelo MEC a validade nacional dos diplomas por ele emitidos atribuídos exclusivamente aos alunos matriculados durante o período em que o programa usufruiu de conceito igual ou superior a 3 (três);
- d) deixa de enviar à CAPES as informações por intermédio do Coleta-Capes;

e) informa a CAPES apenas sobre a evolução dos estudos dos alunos dos cursos de mestrado e de doutorado matriculados durante o período de vigência da autorização o reconhecimento do programa, mediante o preenchimento de instrumento de coleta específico, a ser definido por esta Fundação, tendo em vista preservar o direito adquirido pelos referidos alunos a diploma nacionalmente válido (BRASIL, 2002a).

É importante frisar que, inicialmente, no período de 1976 a 1997, os programas de pós-graduação foram avaliados através de conceitos que variavam de A à E. A partir de 1998, a escala de conceitos mudou para o sistema numérico, onde os conceitos: 1 e 2 não obtêm o reconhecimento do MEC; 3 é a nota mínima para ser um programa reconhecido; e, 7 é a nota considerada padrão de excelência. Se fizermos uma análise sobre as avaliações que ocorreram de 1998 a 2004, é possível perceber que a grande maioria dos programas estão alocados no conceito 4, como mostra o gráfico 2, apresentado a seguir:

Gráfico 2 – Distribuição % dos programas de pós-graduação



Fonte: PNPG – 2005 a 2010

No PNPG 2005 – 2010, elaborado em 2004, foi constatado que não havia uma relativa uniformidade no crescimento da pós-graduação brasileira, onde, mesmo contando com dezenas de programas de alto nível, haviam também centenas de programas cujos orçamentos não são suficientes para seus custeios, o

que acabava prejudicando o desenvolvimento do sistema de forma ampla. Com isso, o PNPG tinha como meta, a indução estratégica de programas de Pós-Graduação ou programas prioritários de pesquisa, que deveriam ser operacionalizados a partir do aporte de recursos adicionais.

Esses programas estratégicos seriam aqueles idealizados pelas agências, nos quais, para sua efetivação, deveriam ser ouvidas as universidades, os institutos de pesquisa, o setor empresarial e outros atores concernentes ao desenvolvimento nacional, isto é, seriam programas de interesse das universidades, agências de fomento e setor empresarial. Outra característica que ganhou destaque nesse plano foi a necessidade de ampliação de articulação entre agências (CAPES, CNPQ, FINEP), buscando criar e apoiar os programas estratégicos específicos. Além dessa articulação entre as agências, tornou-se necessária uma maior articulação dessas com os governos Estaduais e, de forma nova até então, a partir desse PNPG (2005-2010), deixou-se clara a necessidade de implantação de novos instrumentos visando uma efetiva parceria com o setor empresarial, o que, segundo Considine (2001), está presente na governança em rede. Essa última se justifica pelo fato de que, com a evolução do mercado de trabalho e a nova política industrial brasileira, as empresas serão impulsionadas a investir em recursos humanos de alto nível, sendo esses formados pelos programas de pós-graduação (BRASIL, 2005).

Com isso então, o PNPG apresenta como objetivos da pós-graduação para os próximos anos: “o fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação; a formação de docentes para todos os níveis de ensino; e, a formação de quadros para mercados não acadêmicos” (BRASIL, 2005). Ainda, uma preocupação que fica clara nesse plano é o atendimento às empresas brasileiras, conforme pode-se ver no trecho abaixo, retirado do PNPG 2005-2010 (BRASIL, 2005, p. 61):

Outra demanda que deve ser atendida é a formação de recursos humanos para as empresas estatais brasileiras. A modernização dessas instituições requer recursos humanos altamente capacitados, formados em serviço e em condições apropriadas. As estatais podem ainda representar um importante apoio no próprio financiamento da pós-graduação nacional.

Ainda nessa época, passa-se a dar notório valor às políticas de cooperação internacional e de formação de recursos humanos no exterior. Por intermédio das universidades deve-se realizar o estímulo à cooperação internacional, de tal forma

que “o intercâmbio entre alunos e professores seja institucionalizado, permitindo inclusive a apresentação de projetos de captação de recursos junto às agências de fomento internacionais” (BRASIL, 2005, p. 62).

Com o intuito de estimular essa cooperação internacional, o PNPG propõe 5 (cinco) modalidades de cooperação:

- Ampliação do atual modelo de parceria institucional, dentro de uma relação de reciprocidade e simetria entre instituições nacionais e estrangeiras. Tais parcerias envolveriam intercâmbio recíproco de alunos e professores em projetos de pesquisa específicos, bolsas-sanduíche para os alunos, estágios de curto prazo para professores e estágios para recém doutores;
- Intensificação dos programas de intercâmbio, visando ao compartilhamento na orientação de doutorandos com pesquisadores atuando no exterior em áreas de interesse estratégico para o país;
- Apoio a estágio de pós-doutoramento para jovens doutores, tendo como base a qualidade do projeto a ser desenvolvido;
- Ampliação do intercâmbio institucional de estudantes de graduação visando a seu futuro ingresso na pós-graduação;
- Estímulo a parcerias e formação de redes de pesquisa na cooperação Sul-Sul, como suporte à formação de recursos humanos em áreas prioritárias e de interesse comum (BRASIL, 2005).

Com todo esse discurso de cooperação internacional se fazendo presente no cenário nacional, em 2011, no novo Plano Nacional de Pós-Graduação, é apresentada como uma diretriz para avaliação dos programas de pós-graduação, a comparação com programas internacionais considerados de referência. Entretanto, esse critério de avaliação será utilizado apenas aos programas conceituados nos níveis de excelência, ou seja, cursos 5, 6 e 7 (BRASIL, 2011). Além dessa diretriz, no PNPG (2011-2020) fica estabelecido também que esses programas que são classificados nos níveis de excelência devem passar a serem avaliados em um intervalo maior de tempo, ficando os demais submetidos à periodicidade trienal. Entretanto, a partir de 2014 a avaliação dos programas, não só os de excelência, passou a ser realizada a cada quatro anos, conforme pode ser visto na evolução (Tabela 6) apresentada abaixo:

Tabela 6: Período de avaliação realizado pela CAPES

Período Coberto	Ano de Publicação
1976	1977
1977	1978
1978	1979
1979	1980
1980	1981
1981	1982
1982	1983
1983	1984
1984 1985	1986
1986 1987	1988
1988 1989	1990
1990 1991	1992
1992 1993	1994
1994 1995	1996
1996 1997	1998
1998 1999 2000	2001
2001 2002 2003	2004
2004 2005 2006	2007
2007 2008 2009	2010
2010 2011 2012	2013
2013 2014 2015 2016	2017

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados extraídos da CAPES

O atual sistema de avaliação da CAPES é constituído de 49 áreas do conhecimento, onde estão integrados os programas de pós-graduação. Essas áreas estão em níveis distintos de adequação à avaliação, além de possuírem características também distintas quanto à produção intelectual de seus pesquisadores. Com o intuito de facilitar o desenvolvimento das atividades de avaliação, as 49 áreas são agrupadas (Tabela 7), por critério de afinidade, em dois níveis:

- Primeiro nível: Colégios
- Segundo nível: Grandes áreas

Tabela 7: Colégios, Áreas e Grandes Áreas da CAPES

COLÉGIO DE CIÊNCIAS DA VIDA	
I. Ciências Agrárias	
1. Ciências Agrárias I	2. Zootecnia / Recursos Pesqueiros
3. Medicina Veterinária	4. Ciência de Alimentos
II. Ciências Biológicas	
5. Ciências Biológicas I	6. Ciências Biológicas II
7. Ciências Biológicas III	8. Biodiversidade
III. Ciências da Saúde	
9. Medicina I	10. Medicina II
11. Medicina III	12. Nutrição
13. Odontologia	14. Farmácia
15. Enfermagem	16. Saúde Coletiva
17. Educação Física	
COLÉGIO DE CIÊNCIAS EXATAS, TECNOLÓGICAS E MULTIDISCIPLINAR	

IV. Ciências Exatas e da Terra	
18. Matemática, Probabilidade e Estatística	19. Ciência da Computação
20. Astronomia/Física	21. Química
22. Geociências	
V. Engenharias	
23. Engenharias I	24. Engenharias II
25. Engenharias III	26. Engenharias IV
VI. Multidisciplinar	
27. Interdisciplinar	28. Ensino
29. Materiais	30. Biotecnologia
31. Ciências Ambientais	
COCOLÉGIO DE HUMANIDADES	
VII. Ciências Sociais Aplicadas	
32. Direito	33. Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo
34. Economia	35. Arquitetura, Urbanismo e Design
36. Planejamento Urbano e Regional / Demografia	37. Comunicação e Informação
38. Serviço Social	
VIII. Linguística, Letras e Artes	
39. Linguística e Literatura	40. Artes
IX. Ciências Humanas	
41. Filosofia	42. Sociologia

43. Antropologia / Arqueologia	44. História
45. Geografia	46. Psicologia
47. Educação	48. Ciência Política e Relações Internacionais
49. Ciências da Religião e Teologia	

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados da CAPES

Os programas de pós-graduação, ao final de cada quadriênio, são submetidos então à uma avaliação geral, que apresenta os seguintes objetivos:

- Certificação da qualidade da pós-graduação Brasileira (referência para a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa);
- Identificação de assimetrias regionais e de áreas estratégicas do conhecimento no SNPG para orientar ações de indução na criação e expansão de programas de pós-graduação no território nacional (CAPES, 2018).

A avaliação é realizada a partir de uma ficha composta por 6 (seis) critérios, sendo eles:

1. Proposta do programa;
2. Corpo docente;
3. Corpo discente, teses e dissertações;
4. Produção intelectual
5. Inserção social

O sexto critério utilizado é a internacionalização ou Inserção Internacional que, embora não se faça presente explicitamente na Ficha de Avaliação, é considerado, nos Documentos de Área, como um item de distinção entre os programas de excelência. Nesse sentido, o sexto critério é utilizado para avaliar os programas que apresentam o objetivo de alavancar sua nota, passando a ser considerado um programa padrão de excelência e, também, para aqueles programas que já possuem esse padrão, isto é, notas 6 ou 7 e buscam mantê-las.

A maioria dos quesitos existentes nesses critérios de avaliação são comuns às 49 áreas de conhecimento, com exceção dos que estão destacados na figura 6, sinalizando as áreas que os utilizam.

Figura 6: Quadro com os critérios utilizados pelas áreas na avaliação.

Critérios Específicos		Áreas que os utilizam
1. Proposta do programa		
1.1	Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	Todas
1.2	Planejamento do Programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	Todas
1.3	Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	Todas
1.4	Definição clara da proposta do Programa como Acadêmico, voltado para o desenvolvimento da pesquisa e formação de pesquisadores e professores para o ensino superior.	Educação
1.4	Infraestrutura para atividade experimental e ambiente para inovação	Astronomia / Física
1.4	Auto Avaliação do Programa	Comunicação e Informação
1.4	Existência de centro de documentação, centros de pesquisa, laboratórios de pesquisa e núcleos de pesquisa com atividades descritas.	História
1.4	Inserção do programa em atividades de inovação, desenvolvimento tecnológico e formação de recursos humanos para o setor produtivo	Materiais
2. Corpo Docente		
2.1	Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	Todas
2.2	Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do Programa.	Todas
2.3	Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre	Todas

	os docentes do Programa.	
2.4	Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs.: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.	Todas
2.5	Participação do docente em eventos alinhados com a sua área de atuação	Administração, Ciências Contábeis e Turismo
2.5	Inserção acadêmica do corpo docente.	Educação; História
2.5	Proporção do corpo docente com importante captação de recursos para pesquisa (agências de fomento, bolsas, financiamentos nacionais e internacionais, convênios, etc.).	Educação Física; Enfermagem; Farmácia; Medicina III; Nutrição; Planejamento Urbano e Regional / Demografia
2.5	Captação de recursos para pesquisa (agências de fomento, bolsas, financiamentos nacionais e internacionais, convênios, etc.).	Geografia
2.5	Captação de recursos e bolsas de apoio à pesquisa em agências de fomento à pesquisa	Medicina I; Medicina II; Odontologia
2.5	Maturidade, inserção acadêmica e liderança do corpo docente.	Psicologia
2.5	Captação de recursos para pesquisa (agências de fomento, bolsas, financiamentos nacionais e internacionais, convênios, etc.).	Saúde Coletiva
2.5	Dimensão do núcleo docente permanente	Biodiversidade
3. Corpo Discente, Teses e Dissertações		
3.1	Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	Todas
3.2	Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do Programa.	Todas
3.3	Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do Programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	Todas
3.4	Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	Todas
3.5	Apresentação pelos discentes e egressos em eventos	Administração, Ciências

	alinhados à Proposta do Programa	Contábeis e Turismo
3.5	Participação de discentes em projetos de pesquisa.	Educação; Ensino
3.5	Envolvimento do corpo discente com o ensino de graduação	Arquitetura, Urbanismo e Design
3.5	Atividades acadêmicas complementares visando à formação diversificada do corpo discente.	Geografia
4. Produção Intelectual		
4.1	Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	Todas
4.2	Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	Todas
4.3	Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	Todas
4.4	Produção não centralizada no mesmo veículo	Educação
4.4	Produção qualificada adicional	Geografia
4.4	Produção Artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	Arquitetura, Urbanismo e Design; Artes / Música; Comunicação e Informação; História; Interdisciplinar.
5. Inserção Social		
5.1	Inserção e impacto regional e (ou) nacional do Programa.	Todas
5.2	Integração e cooperação com outros Programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	Todas
5.3	Visibilidade ou transparência dada pelo Programa a sua atuação.	Todas
5.4	Internacionalização	Ciência da Computação

Fonte: Documentos de área, das 49 áreas (CAPES, 2017) – adaptado pela autora.

No formato em que a pós-graduação está organizada, exceto o primeiro critério (Proposta do Programa) cada um dos demais critérios apresentados acima tem um peso, totalizando 100% na nota. A seguir, discute-se então, de forma breve, os aspectos mais relevantes de cada critério de avaliação, além da internacionalização que não enquadra um critério específico ainda.

- **Proposta do programa**

Esse é o único critério que tem valor zero, não somando pontos à nota. Entretanto, não significa que o mesmo não deva ser avaliado. Neste item, avalia-se se as áreas de concentração do programa estão atualizadas e de acordo com suas linhas de pesquisa, projetos e proposta curricular do programa. Neste item, avalia-se também o planejamento do programa para o desenvolvimento dos demais critérios, como melhorias na produção do conhecimento, na formação dos discentes e sua inserção social, assim como as atividades de internacionalização. Além disso, a infraestrutura para o desenvolvimento das atividades são observadas e, o incentivo a atividades ligadas à inovação, desenvolvimento tecnológico ou à formação de recursos humanos para o setor produtivo são apreciadas. Os demais critérios possuem pesos distintos, conforme a área que correspondam, como pode ser visto a seguir.

- **Corpo docente**

Este quesito pode variar de 15% a 20% da nota do programa, de acordo com a área em que este está inserido. Na última avaliação quadrienal (2013 – 2016), das 49 áreas da CAPES, a maioria (36 áreas) considera que o corpo docente representa 20% da nota, enquanto treze áreas (Educação; Biodiversidade; Enfermagem; Medicina I; Nutrição; Saúde Coletiva; Química; Biotecnologia; Ciências Ambientais; Ensino; Geografia; Psicologia; Linguística e Literatura) atribuem 15% da nota ao quesito.

Aqui, avalia-se o perfil do corpo docente do programa, o número de docentes permanentes e colaboradores, assim como a carga horária dedicada por estes ao programa. Além disso, a distribuição das atividades de pesquisa entre os docentes, a participação destes em atividades de ensino e eventos alinhados à sua atuação e

seu papel como captador de recursos junto a agências de fomento, são considerados e somam pontos na nota final da avaliação (CAPES, 2016).

- **Corpo discente, teses e dissertações**

O terceiro critério de avaliação da CAPES pode variar de 30% a 35%. Das 49 áreas, 31 atribuem 35% da nota ao quesito e 18 atribuem 30%. As áreas que contam com esse percentual menor, são: Ciências Biológicas III; Alimentos; Ciências Agrárias I; Educação Física; Enfermagem; Farmácia; Odontologia; Serviço Social; Ciência da Computação; Matemática, Probabilidade e Estatística; Engenharia II; Biotecnologia; Ciências Ambientais; História; Sociologia; Arquitetura, Urbanismo e Design; Direito; Comunicação e Informação.

Neste quesito, são avaliadas a quantidade de teses e dissertações que foram defendidas no quadriênio, a distribuição das defesas e orientações entre os docentes do programa, a qualidade desses trabalhos e, também, a produção total dos discentes. Outro fator importante na avaliação é a participação de discentes em eventos alinhados ao programa, projetos de pesquisa e o envolvimento desses discentes com o ensino da graduação. Tudo isso é avaliado em paralelo com o tempo de formação dos discentes, principalmente daqueles que recebem bolsas de estudo.

- **Produção Intelectual**

Dos critérios de avaliação, esse é o que vem a receber o maior valor, seguido do Corpo discente, teses e dissertações. Nele, o peso varia de 35% a 40%. No último quadriênio, das 49 áreas, 29 atribuíram o peso mínimo (35%), enquanto 20 áreas atribuíram 40% a esse quesito: Serviço Social; Direito; Comunicação e Informação; Arquitetura, Urbanismo e Design; Sociologia; História; Ciência Política e Relações Internacionais; Antropologia / Arqueologia; Biotecnologia; Engenharia II; Matemática, Probabilidade e Estatística; Ciência da Computação; Odontologia;

Medicina I; Farmácia; Enfermagem; Educação Física; Agrárias I; Alimentos; Ciências Biológicas III.

Este item verifica e avalia a quantidade de publicações qualificadas que os docentes permanentes do programa publicaram no período avaliado. Além dessa avaliação individual, a distribuição de publicações entre os docentes também é considerada, com o intuito de verificar se há uma distribuição equilibrada entre estes. Para saber se a produção é qualificada ou não, é utilizado o Qualis, em suas duas modalidades, como fonte de análise: Qualis periódicos e Qualis livros.

Para isso, considera-se os valores atribuídos nos documentos de área, que definem uma pontuação para cada publicação em um determinado estrato Qualis, conforme apresentado na Tabela 8. Esse valor atribuído às publicações pode variar de acordo com a área em que o PPG está lotado, dessa forma, na tabela apresentada a seguir é informado o intervalo em que essa pontuação pode variar.

Tabela 8: Pontuação para cada estrato

Estrato	Pontos por artigo*
A1	100
A2	80 – 85
B1	60 – 70
B2	40 – 60
B3	25 – 50
B4	15 – 30
B5	05 – 10
C	Produção Tecnológica

Fonte: CAPES, 2016: Documentos de Áreas (adaptado pela autora)

* Pontuação atribuída dentro desse intervalo, de acordo com a área que está sendo avaliada

Nesse sentido, para cada área do conhecimento e de acordo com a nota que o programa possui (da avaliação anterior), é atribuído um número mínimo de pontos que o corpo docente precisa obter para se manter com essa nota ou, aumentá-la.

- **Inserção Social**

Este quesito é o que tem menor impacto na nota atribuída ao programa, equivalendo de 10% a 15%. A maioria das áreas atribui apenas 10% para essa questão, enquanto apenas 12 áreas reservam um percentual maior (15%): Linguística e Literatura; Psicologia; Geografia; Ensino; Biotecnologia; Química; Saúde Coletiva; Nutrição; Medicina II; Enfermagem. A partir do momento em que a inserção social é o quesito que tem menor peso na avaliação da CAPES, percebe-se um certo desprezo dessa agência e, conseqüentemente, dos PPGs perante a comunidade. Logo, o que realmente tem valor nesse modelo de pós-graduação é a produção científica, o alcance internacional dessas produções e, pouco se preocupa com o resultado proporcionado para a comunidade local em que os PPGs estão inseridos.

Esse quesito é avaliado a partir de três características. A primeira, que se refere à inserção e impactos nacionais e regionais, é avaliada por meio das informações sobre os conhecimentos disponibilizados pelos programas através de publicações e conferências. A segunda característica diz respeito à integração e a cooperação com outros programas e centros de pesquisa, buscando alavancar a produção de conhecimento de programas ou regiões mais carentes. A terceira, e última, trata da visibilidade do programa, que é conferida através de consultas à sua página de internet, que deve conter todas as informações necessárias e relevantes sobre o programa, suas linhas de pesquisa e sua coordenação (CAPES, 2016).

Até o último quadriênio, apenas a área da Ciência da Computação inclui neste quesito o assunto Internacionalização, que se efetiva através da atração de professores e alunos (pós-doutorado) estrangeiros, participação dos docentes do programa em corpo editorial de revistas científicas internacionais, projetos e bolsas em outros países e premiações internacionais (CAPES, 2016).

- **Internacionalização**

Diferentemente dos demais quesitos, esse só é aplicado a programas de doutorado que já tenham atingido um excelente desempenho nos demais, obtendo nota 5, passando assim a serem considerados aptos a tornarem-se um diferencial através de suas ações com outros países. Dessa forma, essa característica (internacionalização) é utilizado como um diferencial dos programas, destinado a atribuir notas 6 ou 7 aos programas de pós-graduação, tornando-os padrão de excelência da CAPES.

Segundo a CAPES, a internacionalização pode ser entendida como:

[...] um processo amplo e dinâmico envolvendo ensino, pesquisa e prestação de serviços para a sociedade, além de construir um recurso para tornar a educação superior responsiva aos requisitos e desafios de uma sociedade globalizada. É o estágio mais elevado das relações internacionais entre as universidades. Conceitualmente, podemos dividi-la em dois tipos: a passiva, onde ocorre a mobilidade de docentes e discentes para o exterior; e a ativa, onde o fluxo é inverso (BRASIL, 2017b).

Considerada como um componente estratégico da missão da CAPES, a internacionalização é encorajada de forma ampla, não somente através da mobilidade entre discentes e docentes, mas também a partir da troca de ideias, da integração da dimensão internacional ao ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2017b).

No quadriênio 2013 – 2016, o quesito internacionalização é aferido a partir de três grandes itens: internacionalização da produção científica; internacionalização das interações acadêmico-científicas; e, institucionalização da internacionalização. Cada item apresenta uma série de indicadores que serão considerados durante a avaliação (BRASIL, 2017c):

- **Internacionalização da produção científica**

- ✓ Percentual da produção publicada em periódicos estrangeiros qualificados como A1, A2 ou B1;

- ✓ Percentual de livros (texto original ou organização), ou capítulo de livros, publicados no exterior;
- ✓ Grau de colaboração internacional da produção bibliográfica;
- ✓ Grau de impacto internacional da produção (citações em textos publicados no exterior)

- **Internacionalização das interações acadêmico-científicas;**

- ✓ Participação de docentes em comitês editoriais e em editoria de periódicos estrangeiros;
- ✓ Participação de docentes como membros de bancas examinadores, ministrando cursos ou coorientadores em programas de pós-graduação do exterior;
- ✓ Orientação, coorientação e/ou supervisão de estágio de estrangeiros em programas brasileiros;
- ✓ Supervisão de doutores estrangeiros em estágio pós-doutoral;
- ✓ Realização, por docente ou egresso, de estágio/treinamento, atividades técnico-científicas e/ou pós-doutorado, em instituições estrangeiras;
- ✓ Realização, por discentes, de estágio/treinamento no exterior, sobretudo por meio de bolsas sanduíche;
- ✓ Recebimento de visitantes ou convidados estrangeiros em atividades de pesquisa e/ou ensino na pós-graduação;
- ✓ Participação de docentes do Programa em cargos ou funções em comitês e diretorias de associações, sociedades científicas e programas internacionais, bem como em comissões de assessoria a agências de fomento internacionais;
- ✓ Participação de docentes e discentes em eventos internacionais de referência da área, na condição de convidado, que expresse reconhecimento internacional.

- **Institucionalização da internacionalização**

- ✓ Existência, amplitude, relevância de convênios internacionais;
- ✓ Captação de recursos de agências de fomento científico de âmbito internacional;
- ✓ Projetos de pesquisa em desenvolvimento com centros ou núcleos de pesquisa no exterior;
- ✓ Premiações recebidas pelo programa ou seus docentes, no exterior;
- ✓ Participação em programas institucionais de cooperação em pesquisa e ensino.

Em síntese, desde seu início, a pós-graduação brasileira vem recebendo diversas influências externas. Inicialmente, antes de ser instituída oficialmente, funcionando a partir do sistema de cátedras, característico da Europa e, posteriormente, a partir do Parecer Sucupira, quando foi institucionalizada, adotando o sistema departamental, importado dos Estados Unidos. Nesse sentido, cabe destacar que a emergência da pós-graduação só ocorreu quando a governança processual foi instituída, isto é, as principais normas e regras presentes nesse campo tornaram-se oficiais e possibilitaram a existência de uma pós-graduação padronizada, com algumas ressalvas entre as áreas. Ainda, o processo de constituição da pós-graduação brasileira foi ocorrendo de forma lenta e gradativa, alterando suas características principais conforme a mesma ia se expandindo. Isto é, com a evolução da pós-graduação brasileira, lentamente vai se alterando a compreensão estratégica da pós-graduação como um elemento crucial ao desenvolvimento, tornando essa visão enfraquecida e, em seu lugar emerge, também de forma lenta, um discurso de produção, avaliação e indicadores, características que remontam à forma de governança apresentada por Considine (2001), uma governança empresarial. Segundo o autor, cada sistema altera sua forma de governança filtrando as experiências do passado a partir de ideais recém dominantes da empresa, empreendedorismo e reinvenção institucional. Nesse processo, as opções surgem e um elenco de jogadores influencia como tais questões são decididas (CONSIDINE, 2001). Para que essa forma de governança se consolide e ganhe força no campo, é preciso destacar a importância da

governança processual, pois esta institucionaliza as metas e objetivos da governança empresarial, uma vez que, cumpri-las significa uma melhor avaliação perante a CAPES e, conseqüentemente um maior repasse financeiro.

Ainda, a CAPES vem valorizando cada vez mais a internacionalização do ensino e das pesquisas, adotando esse critério como uma medida de eficiência dos programas, uma vez que, para atingir os níveis de excelência na avaliação desta, os programas precisam atingir determinados níveis de internacionalização. Cabe destacar que, mesmo que não seja utilizado na avaliação de programas com nota inferior ou igual a 5, esse discurso é amplamente difundido no interior desses. Com isso, percebe-se que as transformações iniciadas no século XX contribuem para lapidar a ideia de pós-graduação no Brasil. A ideia da governança empresarial e a ênfase dessa área são visíveis nos percentuais de avaliação da CAPES, onde a produção científica é o critério com maior valor na avaliação dos programas, podendo inclusive descredenciar docentes e, inserção social, que está diretamente ligada à ideia de desenvolvimento, é o critério com menor valor, menos considerado na avaliação. Além disso, fica claro na avaliação também, a preocupação com a internacionalização e a força que esse critério vem alcançando, o que remete à terceira forma de governança apontada por Considine (2001), uma governança em redes. No entanto, essa governança em rede seria altamente empresarizada, visto que o objetivo seria sanar dificuldades dos pesquisadores, dos programas e universidades, considerando um maior aporte de recursos e um maior reconhecimento. Com isso, destaca-se que as formas de governança não ocorrem de forma distinta, como Considine (2001) destaca em seus tipos ideais, elas se confrontam e se complementam no interior do Estado e, conseqüentemente, da pós-graduação. Ou seja, embora a governança empresarial seja a mais utilizada e possua um papel central, a governança processual continua presente nessa esfera com o papel de fazer com que as características da forma empresarial sejam cumpridas no interior dos programas de pós-graduação. Ainda, a governança em redes, sustentada pela governança processual a partir dos critérios de avaliação, leva a governança empresarial para além da organização interna dos programas de pós-graduação, a partir do discurso de internacionalização desses programas e, também, do discurso sobre a necessidade de realizar alianças com o setor produtivo.

Após essa breve apresentação do processo de formação e organização da pós-graduação no Brasil, na próxima seção será abordada a estrutura da pós-graduação na Universidade Federal de Pelotas. Essa análise é realizada com o intuito de visualizar como os programas de pós-graduação internalizam as ideias apresentadas pela CAPES e transferem para o dia-a-dia da pós-graduação, isto é, como essa lógica de pós-graduação é recebida pela UFPel.

A pós-graduação na Universidade Federal de Pelotas

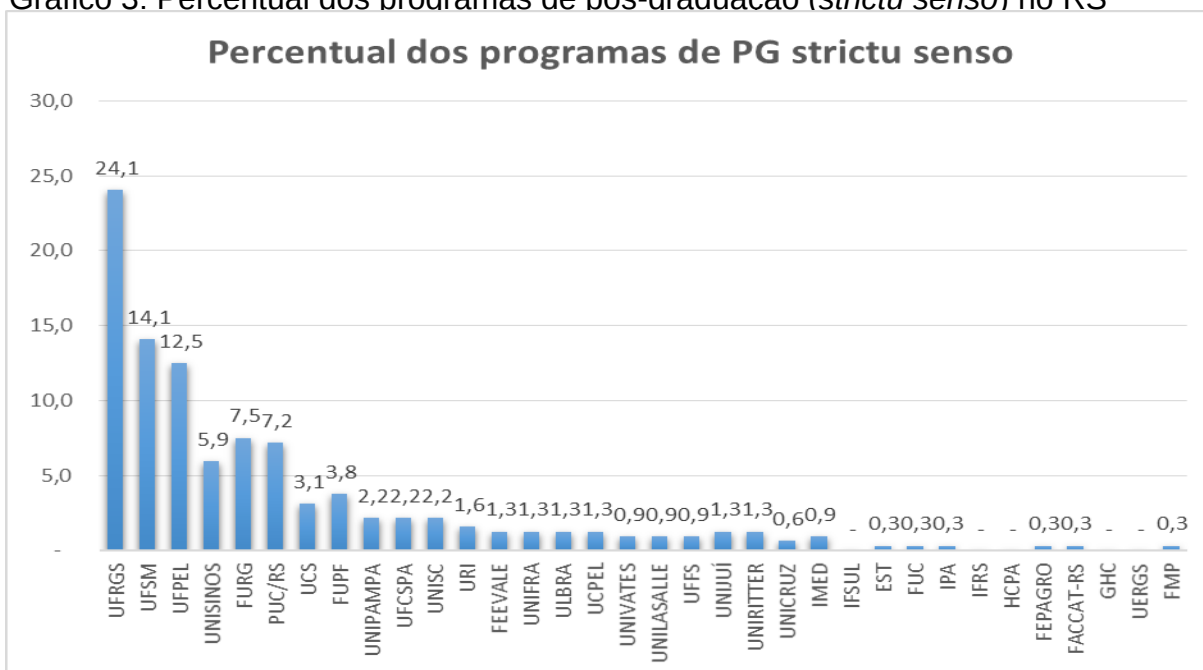
A Universidade Federal de Pelotas – UFPel, hoje com uma trajetória de 49 anos, foi criada pelo decreto-lei nº 750 de 8 de agosto de 1969, através da transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, composta pela Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Faculdade de Veterinária e Faculdade de Ciências Domésticas, além da anexação das Faculdades de Direito e Odontologia e do Instituto de Sociologia e Política, que até então estavam ligados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Esse mesmo decreto-lei determinou que fossem agregadas a UFPel, algumas instituições particulares, como: o Conservatório de Música de Pelotas, a Escola de Belas Artes “Dona Carmen Trápaga Simões”, e a Faculdade de Medicina da Instituição Pró-Ensino Superior no Sul do Estado – IPESSE (BRASIL, 1969a).

No ano de criação da universidade, através do decreto-lei nº 65.881, também foram criados os Institutos de Biologia, de Ciências Humanas, de Química e Geociências, de Física e Matemática e de Artes (BRASIL, 1969b). As demais unidades foram sendo criadas ao longo dos anos, sendo a partir de novas necessidades, surgidas no campo do ensino e pesquisa; ou então pelo desmembramento de cursos no interior de unidades estabelecidas, vindo a constituir-se em novas unidades. No decorrer dessa trajetória de 49 anos, a universidade constituiu 22 unidades acadêmicas, desenvolvendo nessas, atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A universidade assume como missão “promover a formação integral e permanente do profissional, construindo o conhecimento e a cultura, comprometidos com os valores da vida com a construção e o progresso da sociedade” conforme seu regimento (BRASIL, 1969a). Ainda, conforme seu regimento geral, a universidade apresenta como objetivos fundamentais, a educação, o ensino, a pesquisa e a formação profissional e pós-graduação, bem como o desenvolvimento científico, tecnológico, filosófico e artístico, estruturando-se de modo a manter e ampliar a sua natureza orgânica, social e comunitária (BRASIL, 1969a).

Em 1976, a universidade cria seu primeiro programa de pós-graduação, a nível de mestrado, pertencente à Faculdade de Odontologia. Já no ano seguinte, dois novos PPG's (PPG em Zootecnia e PPG em Veterinária) somaram-se à universidade. Assim os programas de pós-graduação foram sendo criados na UFPel, apresentando um crescimento gradativo, até chegar ao total de programas existentes atualmente: 40 programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Com esse número de programas de pós-graduação, a UFPel torna-se responsável por sediar 12,5% dos PPG's do estado do Rio Grande do Sul, ocupando assim a terceira posição entre as universidades do estado, ficando atrás apenas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e da Universidade Federal de Santa Maria, como demonstrado no gráfico 3, a seguir:

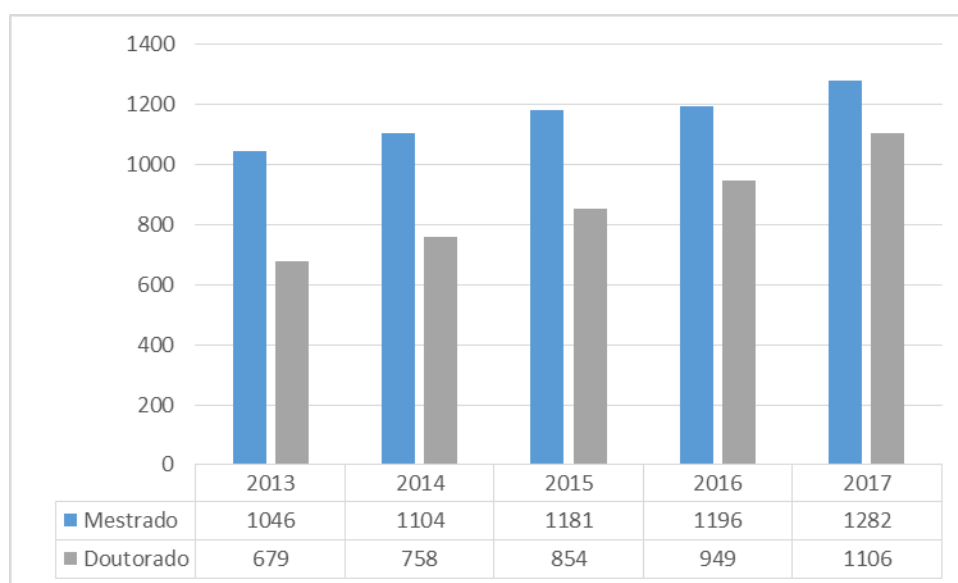
Gráfico 3: Percentual dos programas de pós-graduação (*strictu sensu*) no RS



Fonte: elaborado pela autora

Analisando os dados apresentados até o momento, é possível perceber que a pós-graduação na UFPel, assim como ocorreu no Brasil, com o passar dos anos foi apresentando um crescimento gradativo. Desta forma, conforme os programas de pós-graduação foram sendo criados, novas vagas surgiram e, ocorreu um aumento também nas vagas ofertadas pelos programas que já existiam. Consequentemente, o fluxo de discentes no interior desses programas se tornou maior também, conforme mostrado no gráfico a seguir (Gráfico 4), que apresenta uma análise do momento atual apresentado pelos PPGs da UFPel.

Gráfico 4: Evolução no número de discentes de pós-graduação



Fonte: elaborado pela autora, a partir de dados da Plataforma Sucupira

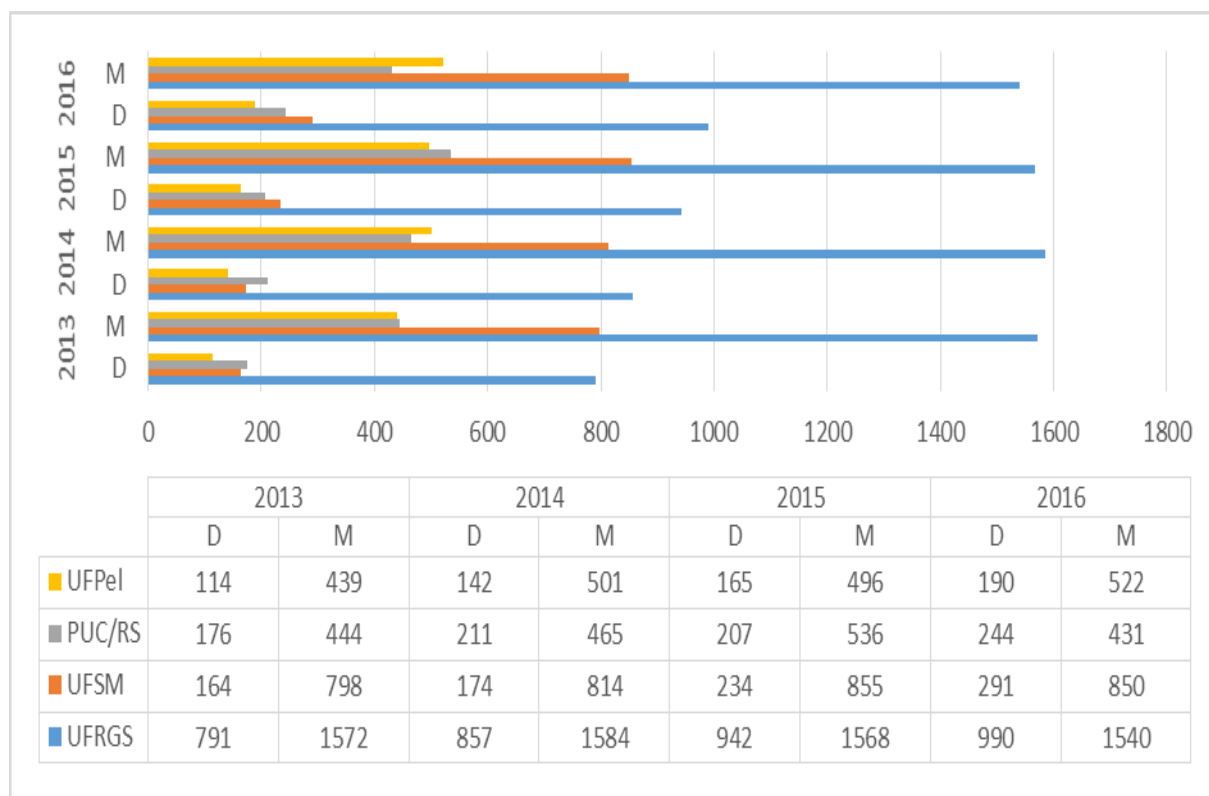
Conforme apresentado no gráfico 4, o número de discentes matriculados em programas de pós-graduação a nível de mestrado, entre os anos de 2013 e 2017, apresentou um aumento equivalente a 22,56%. Já nos programas de doutorado é possível visualizar um crescimento de aproximadamente 63% no número de discentes matriculados.

Em paralelo, o total de mestres titulados pela UFPel também se modificou. Entretanto, a partir dos dados apresentados a seguir, é possível perceber que este indicador apresentou um crescimento no ano de 2014, quando comparado com 2013, se mantendo praticamente estável nos anos seguintes. Quando se analisa o número de doutores que receberam o título por esta instituição, ao contrário do

indicador anterior, percebe-se que este manteve o crescimento no decorrer dos anos, passando de 114 títulos de doutores no ano de 2013, para 142 no ano seguinte, 165 doutores em 2015 e, no ano de 2016, chegando a 190 títulos de doutores emitidos por essa universidade.

É interessante ressaltar que, mesmo a UFPel sendo responsável por sediar 12,5% dos programas de pós-graduação no estado do Rio Grande do Sul, sendo a terceira universidade com mais PPG's no estado, a mesma perde uma posição, para a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC/RS quando se trata de títulos de doutorado, conforme o gráfico 5.

Gráfico 5: Número de mestres e doutores titulados no Rio Grande do Sul 2013-2016



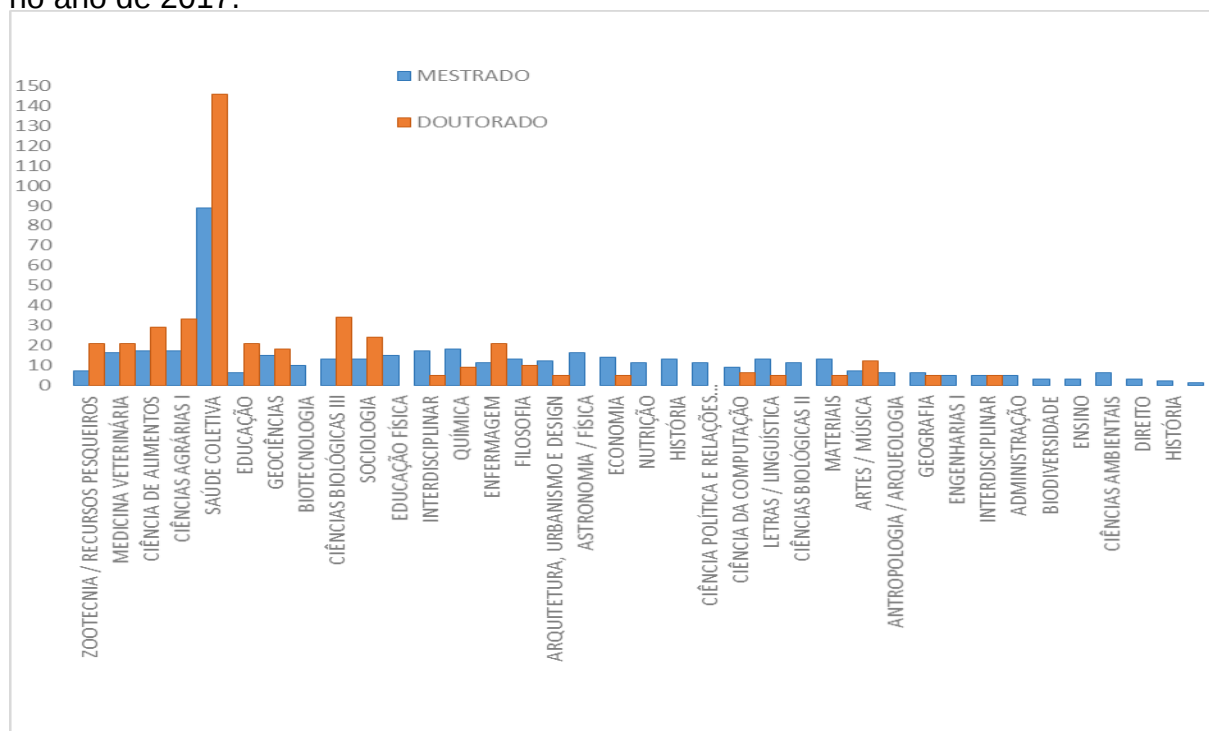
Fonte: elaborado pela autora

Com o intuito de financiar as atividades dos programas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), a CAPES dispõe bolsas de estudo. Assim, disponibiliza três programas responsáveis pela distribuição de bolsas nesses níveis de ensino. O Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) e o Programa de Demanda Social (DS) estão encarregados da distribuição de bolsas para os

programas que estão avaliados entre os conceitos 3 e 5 da CAPES. Nessa modalidade, os recursos são enviados para a universidade e esta, por sua vez, gerencia entre os programas. Já os programas de pós-graduação de excelência, isto é, conceituados entre as notas 6 e 7, recebem os recursos através do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX). O PROEX tem como objetivo, manter o padrão de qualidade desses programas com nota 6 ou 7, atendendo adequadamente suas necessidades e especificidades. Nesta modalidade, o recurso deixa de ser encaminhado à universidade e passa a ser de responsabilidade exclusiva do pesquisador que está à frente da coordenação do PPG, aumentando assim a flexibilidade na utilização desse recurso (CAPES, 2008).

Na UFPel, é possível perceber que a distribuição das bolsas (PROAP, DS e PROEX) dentre os programas de pós-graduação não é algo homogêneo. Conforme pode ser visto no gráfico a seguir (Gráfico 6), a área de Saúde Coletiva contempla uma grande quantia de bolsas, juntamente com Ciências Agrárias, Ciências Biológicas e de Alimentos. As demais áreas, enfrentam a dificuldade de restrição de recursos, dificultando assim o repasse aos discentes.

Gráfico 6: Distribuição de bolsas entre os Programas de Pós-Graduação da UFPel no ano de 2017.

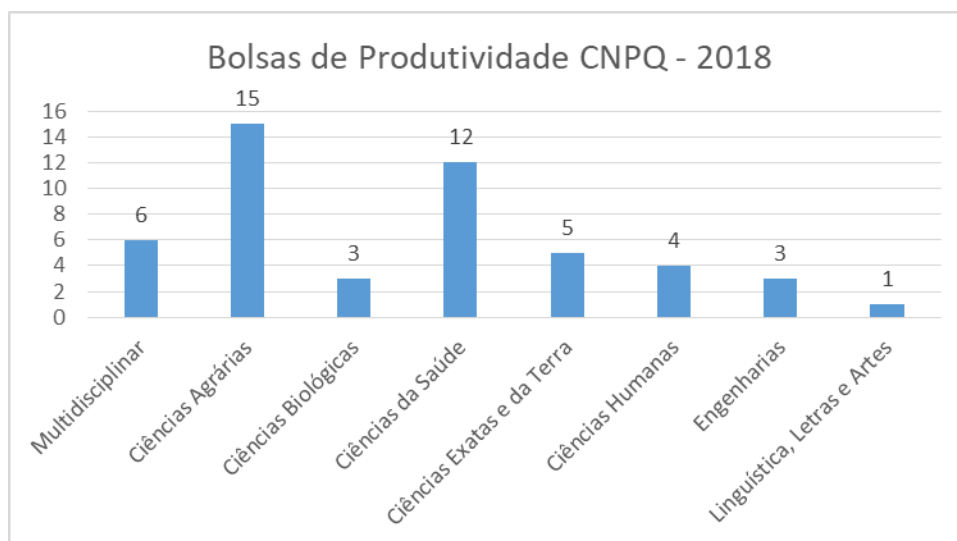


Fonte: elaborado pela autora.

Além da CAPES, os PPG's contam com outros órgãos de fomento para financiar suas atividades. Um exemplo são as Bolsas de Produtividade fornecidas pelo CNPQ. Essa modalidade é destinada a pesquisadores que se destaquem entre seus pares, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos (CNPQ, 2018). A UFPel, atualmente, conta com 151 bolsistas de produtividade, sendo 140 bolsistas de Produtividade em Pesquisa (PQ) e 11 bolsistas de Desenvolvimento Tecnológico. Só neste ano de 2018, 22 novos bolsistas foram contemplados e 24 tiveram suas concessões renovadas, alguns alterando o nível da bolsa, fazendo com que a universidade passasse a atingir 11,27% dos docentes com esse destaque, número esse que em 2017 correspondia a 9,64% (UFPEL, 2017).

A distribuição dessas 22 novas bolsas de produtividade em pesquisa, 24 renovações e as 3 bolsas de DT, pode ser vista no gráfico 7 a seguir:

Gráfico 7: Distribuição das bolsas de produtividade do ano de 2018

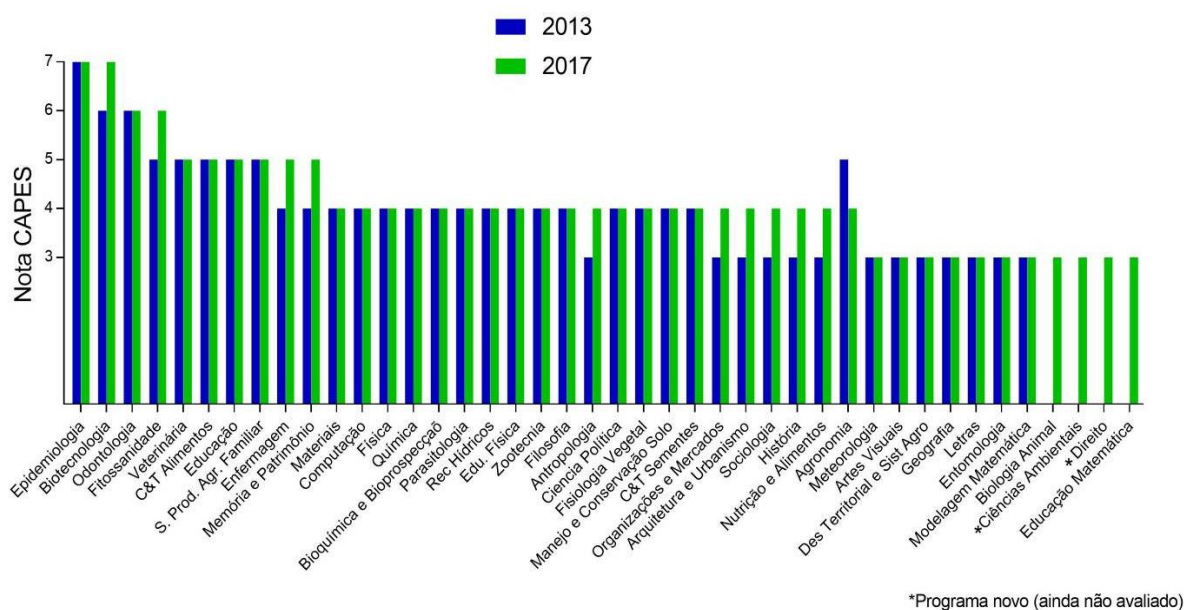


Fonte: elaborado pela autora

A partir dos dados apresentados acima, é possível perceber que as áreas de Ciências Agrárias e Ciências da Saúde são responsáveis por aproximadamente 55% das bolsas de produtividade distribuídas pelo CNPQ. Cabe destacar que, dentro da área de Ciências Humanas, somente o PPG em Educação foi contemplado com essa modalidade de bolsas, estando as 4 bolsas alocadas nesse PPG. Ainda, das 6 bolsas pertencentes à área Multidisciplinar, 4 são de responsabilidade de pesquisadores do PPG em Biotecnologia.

No último quadriênio, a avaliação dos programas de pós-graduação também apresentou um crescimento significativo, onde a nota média dos PPG's da UFPel passou de 3,8 para 4,1. A nota de cada PPG da UFPel, do último quadriênio e do anterior, pode ser visualizada no gráfico 8, apresentado a seguir.

Gráfico 8: Notas CAPES para os PPG's da UFPel



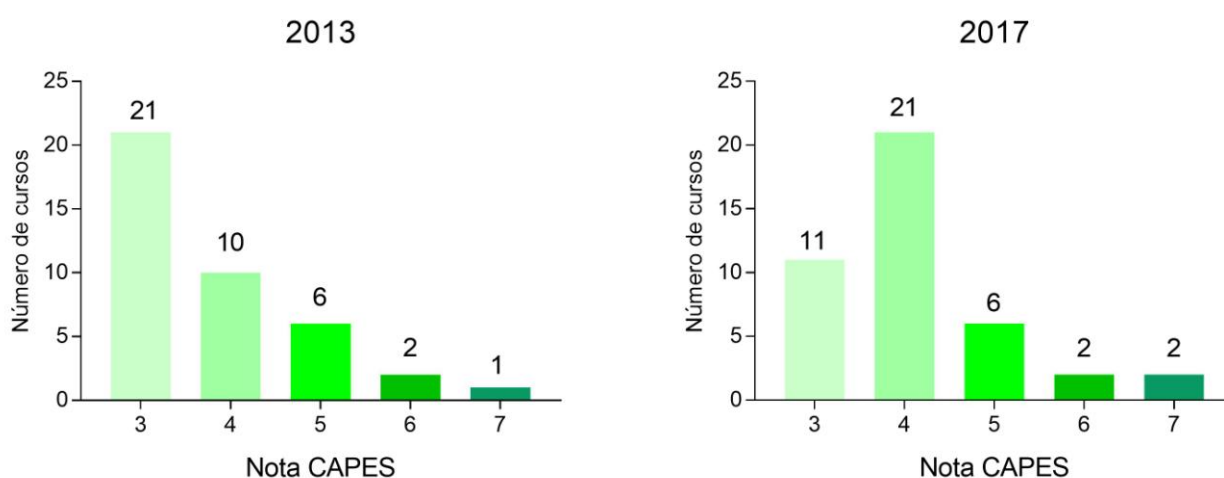
Fonte: UFPel (2017)

No quadriênio 2013-2016, os PPG's foram avaliados e o PPG em Biotecnologia alcançou o conceito 7, juntando-se ao programa de Epidemiologia, que permaneceu com seu conceito de excelência. O PPG em Odontologia, por sua vez, manteve sua nota 6, acompanhado agora do programa de Fitossanidade. “Merece destaque também, a manutenção de cursos com conceito muito bom (nota 5) além do acréscimo de dois novos programas nesta faixa, mostrando qualificação e maturidade” (UFPEL, 2017). Já no conceito 4, além dos programas que

mantiveram esse conceito, oito PPGs que, em 2013 foram avaliados com o conceito 3, ascenderam a esse conceito, abrindo assim a possibilidade de criação do nível de doutorado, para os programas que ainda não possuíam (UFPEL, 2017).

Dessa forma, a seguir (Gráfico 9) é possível visualizar a distribuição quantitativa dos PPGs desta universidade, a partir das notas de avaliação da CAPES, comparando a avaliação anterior com o último quadriênio.

Gráfico 9: Número de cursos por nota de avaliação



Fonte: UFPel, 2017

De acordo com o gráfico apresentado acima (Gráfico 9), é visível o crescimento nos programas de pós-graduação da UFPel em relação à avaliação aplicada pela CAPES. Enquanto no quadriênio anterior grande parte dos programas estava posicionado no conceito 3, no último quadriênio essa situação se alterou, passando, grande parte para o conceito 4. Atualmente, 52,5% dos PPGs são avaliados com nota 4, o que é considerado um grande avanço pela universidade, pois possibilita a criação de programas de doutorado.

Esse crescimento na pós-graduação da UFPel foi uma ação conjunta, que ultrapassa gestões, aplicada na universidade, a partir da iniciativa da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, que, juntamente com pesquisadores mais experientes, passou a desenvolver ações de apoio, como:

[...] consultoria ad hoc para preenchimento do relatório Sucupira/CAPES, oficina de orientação para solicitação de bolsas de produtividade em

pesquisa e orientação para vinculação de docentes aposentados e pesquisadores de agências como professores permanentes nos programas (UFPEL, 2017).

Ou seja, buscando uma melhor avaliação perante a CAPES, além de um maior aporte de recursos a partir de editais, a UFPel, na atual gestão, passou a oferecer consultoria (característica empresarial) para os programas de pós-graduação que assim desejarem. Cabe destacar que, outra ação tomada pela atual gestão da universidade foi a alteração do nome da pró-reitoria responsável pela pós-graduação. Nesse caso, foi incluída a questão da inovação, uma vez que as universidades, por pressão externa inclusive, vêm investindo muito nesse aspecto, promovendo o empreendedorismo e a utilização de patentes em determinadas áreas. Logo, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação passou então a chamar-se de Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

Ainda, além de manter essas ações, a PRPPGI prevê outras iniciativas como a realização de oficinas para o preenchimento do relatório Sucupira/CAPES, seminários internos sobre a avaliação e abertura de edital para professores visitantes. O foco no preenchimento do relatório Sucupira se dá, de acordo com o entrevistado 1, representante da administração da universidade, porque “a nota dos programas de pós-graduação é uma mistura, grosseiramente, entre produção científica e qualidade do relatório”. Sendo assim, no último quadriênio, os relatórios de programas de pós-graduação, essencialmente os que possuíam conceito 3, foram analisados e revisados por pesquisadores mais experientes, com o intuito de que esses programas aumentassem suas notas perante a CAPES.

Sendo assim, a pró-reitoria busca, através de todas essas ações, possibilitar o crescimento dos programas que ainda possuem espaço para isso e, consequentemente, a abertura de programas de doutorado para os cursos que ainda não possuem. Além disso, visa atingir também os programas que já estão consolidados na universidade e estão em busca do patamar de excelência na avaliação, procurando colocar a universidade em posição de crescente destaque nacional e internacional (UFPEL, 2017). Essa escolha de pesquisadores que possuam maior experiência para “auxiliar” os demais, geralmente remete à programas de excelência. Na UFPel a maior parte desses pesquisadores pertence a programas de pós-graduação da área da saúde, que já possuem a lógica

empresarial internalizada em suas atividades, apresentando-se altamente objetivos e produtivistas.

Diante do relatado até o momento, a seguir é realizada a análise primária dos dados, isto é, análise dos programas selecionados para entrevistas, a partir das categorias de análise estipuladas no método, apresentado anteriormente.

4.2 A incorporação da ideia de Empresa pelo Estado

Nesta seção, lembrando o importante papel do Estado na organização da pós-graduação brasileira e, a possível incorporação e disseminação da ideia de Empresa, realizada por esse ator, busca-se analisar a organização da pós-graduação na Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Dessa forma, a presente análise foi realizada através do detalhamento de suas categorias constitutivas, trazidas por Mark Considine, sendo elas, governança processual, empresarial e em redes. Retomando, Considine (2003), diz que a velha ordem burocrática está se enfraquecendo e sujeita à pressão de um poderoso ataque travado contra ela, isto é, os gestores críticos procuram estigmatizar e marginalizar essa forma de organização, principalmente em órgãos públicos, por se tratar de uma maneira de governar fora de moda e não eficiente. Como alternativa a esse sistema, surge então a governança empresarial, que submete as organizações públicas a um alto planejamento e condições orçamentárias, buscando elevar o papel dos gestores como agentes da eficiência. Nessas condições, o serviço público passa a ser composto por uma mistura de vários agentes que agiriam de forma competitiva, buscando lucrar com o aumento da eficiência (CONSIDINE, 2003). Por último, um conjunto de reformas mais recentes, apresentam ideais que emergem teorizando o papel das redes públicas e privadas como formas de parceria estratégica e colaboração entre governo e setor privado (CONSIDINE, 2003).

Sendo assim, primeiramente é realizada uma análise geral sobre a pós-graduação brasileira, a partir da visão dos entrevistados, para, posteriormente analisar as três categorias propostas por Considine. Após, para encerrar essa seção, é realizada uma perspectiva de futuro para a pós-graduação brasileira, também pautada na opinião dos entrevistados nessa pesquisa.

4.2.1 Uma perspectiva geral sobre a pós-graduação brasileira – a visão dos entrevistados

Nesta seção, a análise se dá, efetivamente, a partir das entrevistas realizadas com os representantes da UFPel selecionados *a priori*. Inicialmente, antes de aprofundar as categorias de análise, foi questionado aos entrevistados, como estes veem as transformações ocorridas na Pós-Graduação brasileira, nos últimos 10, 20 anos.

De maneira consensual, todos os entrevistados consideram que houve uma democratização no acesso à universidade pública em geral e, isso obviamente, refletiu na pós-graduação. Dessa forma, o primeiro entrevistado já relata que, na sua época de graduação, de 1997 ao ano 2000, a situação do país era precária, havia pouco investimento, bolsas de iniciação científica era um item raro nas universidades. Na pós-graduação da mesma forma, havia um número reduzido de bolsas, os editais universais ficaram um tempo sem ser lançados e, muitas vezes lançavam mas não pagavam o recurso prometido. Posteriormente, principalmente no governo Lula e Dilma, a ciência e a tecnologia do país receberam muitos incentivos e se expandiram de forma rápida.

Os entrevistados 2; 3 e 4, destacam que especialmente durante o segundo governo Lula, foi possível começar a observar que um dos indicadores que o país possui para analisar o desenvolvimento é o número de doutores por 100.000 habitantes. Realizando essa análise, os mesmos frisam que o Brasil encontrava-se abaixo da média mundial e muito abaixo dos países desenvolvidos, logo, houve um esforço muito grande no Plano Nacional de Pós-Graduação para ampliar o número de doutores recém formados e, efetivamente ocorreu um aumento significativo, o que impacta significativamente no desenvolvimento de uma série de regiões. Os entrevistados 2 e 3 destacam que, inicialmente a pós-graduação era voltada para as regiões centrais e mais desenvolvidas e hoje, após a expansão que esse setor presenciou, percebe-se um processo de interiorização a partir das novas universidades que foram surgindo. No entanto, “ainda se tem uma necessidade de ampliação desse número de doutores” (Entrevistado 2).

Pra te dar uma ideia, o Rio Grande do Sul hoje só perde pro Distrito Federal em número de pesquisadores por 100.000 habitantes. Eu acho que a gente tem 140 e São Paulo tem 80 por 100.000 habitantes, só que isso é muito importante porque te dá um cabedal de possibilidades de desenvolvimento científico e tecnológico pro Estado (ENTREVISTADO 2)

Essa situação, que por um lado é vantajosa e importante para o estado, por outro é preocupante, quando se analisa o financiamento que este disponibiliza por pesquisador. “O financiamento que a FAPERGS investe nos pesquisadores, numa média geral, equivale a R\$1.700,00 por doutor, ou seja, é um investimento muito baixo” (Entrevistado 2). O que, segundo os entrevistados 2 e 3, torna-se uma situação muito complexa, visto que não existe a possibilidade de desenvolvimento de tecnologia e ciência sem financiamento.

Complementando, o entrevistado 5 considera essa distribuição geográfica muito importante para o avanço da pós-graduação brasileira, conforme dito a seguir:

[...] houve uma distribuição geográfica dos PPGs, que há 20 anos atrás estavam concentrados em algumas poucas capitais do país, pouquíssimas universidades com alguns programas de destaque, poucos programas. A UFPel tinha um lá na Agronomia, a UFSM tinha outro, mas enfim eram pouquíssimos PPGs fora das capitais. E, a parte norte, nordeste, centro-oeste, tinham pouquíssimos programas também, então além de ampliar o número de mestres e doutores de uma forma muito expressiva, também houve uma interiorização desses PPGs, facilitando o acesso das pessoas nas suas regiões. Para isso houve uma ampliação também muito grande no número de bolsas, mestrado e doutorado, que permitiu que mais pessoas pudessem acessar e se deslocar eventualmente de uma cidade pra outra pra poder fazer sua formação. Mas eu penso assim, que a ampliação e a qualificação da pós-graduação brasileira, ela se dá em diversas métricas que a gente pode avaliar em vários critérios, ela é fundamentalmente em função da ampliação das universidades públicas, isso foi o fator fundamental. Quer dizer, as universidades públicas também se distribuíram geograficamente e as que já existiam, ampliaram muito seu número de alunos, número de cursos, enfim, isso potencializou o ingresso de novos docentes, e com isso criação de massa crítica para gerar programas de pós-graduação. Então, pra mim, a minha avaliação do avanço da pós-graduação é muito positiva (ENTREVISTADO 5).

Considerando as falas acima mencionadas, em que os entrevistados destacam a possibilidade de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul, e a teoria estudada nessa pesquisa, essas parecem contradizerem-se a partir do momento em que se analisa a lógica empresarial empregada pela CAPES. Desse modo, essa agência ao internalizar e disseminar a lógica para os programas, exercendo uma avaliação fundamentada, geralmente, em metas, na produção científica e na internacionalização do ensino; torna-se mais plausível para os pesquisadores

realizarem pesquisas com temas mais amplos. Ao estudar temas com foco regional, torna-se mais difícil de acessar os grandes circuitos de consagração do campo acadêmico, como a publicação de artigos em periódicos Qualis A1, com alto fator de impacto, periódicos internacionais; assim como dificulta também a seleção desses pesquisadores para bolsas de produtividade, características cobradas pela CAPES no decorrer de sua avaliação. Logo, não seria vantajoso para o pesquisador inserido nessa lógica, pesquisar temas de desenvolvimento regional, que acabam sendo menos valorizados dentro de uma lógica empresarial.

Após a expansão da pós-graduação, a mesma encontra-se em fase de estagnação. Nesse sentido, uma observação que apareceu com frequência nas entrevistas diz respeito às mudanças referentes aos investimentos em ciência e tecnologia - C&T por parte do Estado brasileiro. No atual cenário, marcado por instabilidade política, os investimentos nessa área acabaram diminuindo bruscamente, o que acaba por impactar no desenvolvimento dos programas de pós-graduação (Entrevistados 1, 2 e 3).

Então assim, primeiro a gente precisaria manter o crescimento que teve, pelo menos estabilizar, e não pode ficar caindo, como tá caindo infelizmente. Segundo, a gente continua com o desafio da qualidade. Então a gente cresceu muito mas em termos de qualidade a gente tem muito a crescer. Então se tu pegar uma análise assim, e botar a produção científica brasileira comparada com os outros países, eu acho que hoje o Brasil, acho que a última vez que eu li era 12º lugar em termos de quantidade de produção científica por ano no mundo. Se tu olha os indicadores de qualidade, que aí começa a ponderar pro tamanho da população do país e vê citações, etc., o Brasil já caía, chegava lá em 20 alguma coisa. Então assim, o Brasil tem um grande desafio de transformar a quantidade de pesquisa que é feita em pesquisa de mais qualidade. Só que, sinceramente, isso era o desafio se não tivesse acontecido o que aconteceu nos últimos 2, 3 anos. Já que, nos últimos 2, 3 anos, ciência e tecnologia virou uma coisa secundária e com menos investimento, a grande prioridade da ciência e tecnologia no Brasil, hoje, é a própria sobrevivência, é manter os patamares razoáveis, pra ter as bolsas de mestrado e doutorado, pra ter os editais (ENTREVISTADO 1).

Como possível responsável pela expansão da pós-graduação, o entrevistado 2, complementa dizendo que foi o processo de avaliação continuada proposto pela CAPES, a partir do momento em que se passou a utilizar métricas para avaliar os programas. Dessa forma, para o entrevistado 2, o grande responsável pela melhoria da qualidade da pós-graduação foi a disseminação de uma governança empresarial, apontada por Considine (2001), por parte da CAPES. Continuando, o entrevistado 2

destaca que, “antes o processo de avaliação era muito subjetivo e, quando a avaliação começou a considerar significativamente a questão quantitativa, permitiu que os programas pudessem efetivamente apresentar um produto final”. Nesse sentido, quando se fala em produto, refere-se à produção científica através de publicações e patentes, que hoje, na maioria dos PPGs correspondem a 40% do peso da nota de avaliação. “Isso fez com que o Brasil crescesse muito no cenário internacional em termos de produção científica e obviamente a questão da ciência é mensurada a partir dos produtos que ela gera”, logo, essa mudança foi de extrema importância para a pós-graduação brasileira (Entrevistado 2). Com a mesma perspectiva, o entrevistado 6 complementa essa ideia, argumentando que é possível perceber uma gradual quantificação do desempenho, uma tendência de tornar o desempenho quantificável, “o que em si não é ruim, o problema é transformar isso num ideal”. Assim, considera interessante essa quantificação para avaliar os programas de pós-graduação, “para avaliar a performance desses programas, no sentido de que essa quantificação te possibilita ter acesso a mais informações” (Entrevistado 6). Nesse sentido, o entrevistado 12 salienta que, devido ao fato da avaliação empregada pela CAPES ser uma avaliação comparativa entre os programas de pós-graduação, se o programa idealiza ser bem avaliado por este órgão governamental, é necessário que produza e cresça em um ritmo maior do que os outros, caso contrário ficará sempre no mesmo nível. “Em vista disso, as exigências de produção, de produtividade, são sempre crescentes e tornam-se mais complexas a cada avaliação” (Entrevistado 12).

Entretanto, corroborando o que o entrevistado 1 mencionou, os entrevistados 2, 3, 4 e 9, destacam que isso ocorre devido a estarmos presenciando um quadro de estagnação, pois o Brasil aumentou a produção científica, porém não apresenta um aumento no impacto dessas produções. Isso ocorre porque, na mesma lógica que é implantada uma cobrança, “essa se dá de forma muito quantitativa, fazendo com que ocorra uma grande quantidade de *papers* com pouco impacto” (Entrevistados 3).

Nesse âmbito, o entrevistado 14, representante da atual gestão da UFPel, salienta que é necessário ter paciência, uma vez que a qualidade não acompanha o ritmo produzido pela quantidade, conforme pode ser visto em sua fala:

A gente aumentou 7 vezes a produção científica nos últimos 15 anos, isso é um número imenso, porque a gente passa do vigésimo lugar na produção científica mundial para o décimo terceiro. Mas em contrapartida o nosso

número médio de citações diminuiu, porquê? Por que a qualidade de uma pesquisa ela não acompanha no mesmo ritmo, o aumento no número, o aumento quantitativo, ou seja, a qualidade não chega junto com a quantidade, ela vem *a posteriori*, o impacto não chega junto. Isso é uma avaliação idealizada que se tem e muito perigosa, porque sustenta aquele discurso de que nós estamos avaliando errado a nossa produção científica. Em parte sim, a gente tá avaliando em termos porque não pode ser somente quantitativo, mas por outro lado a gente tem que dar tempo porque a qualidade não acompanha no mesmo ritmo a quantidade, isso vai chegar lá na frente. Quando é que a gente vê o efeito de qualquer medida educacional, não é instantâneo, ela é uma medida política a longo prazo, só que basicamente essa é a divisão de interpretação que nós temos. O pesquisador que tá dentro do programa, ele olha pra assimetria dos recursos e automaticamente transfere isso pra ele mesmo dentro de um programa, sem se dar conta de que no programa ele tá sendo avaliado entre os seus pares, que produzem no mesmo ritmo ou numa mesma taxa que ele. A gente pode entrar no contexto geográfico das assimetrias, que aqueles programas e aquelas instituições mais periféricas elas sofrem muito mais em comparação com aqueles que estão surgindo por exemplo em um centro muito mais consolidado como é o sudeste brasileiro. Então, geograficamente tem fundamento você reclamar por exemplo do isolamento que a gente tem na UFPel, mas em termos de avaliação, é uma avaliação que é pra todos.

Após essas constatações, passou-se então para a análise pontual das categorias definidas *a priori*, buscando identificar características de governança processual, empresarial e de redes.

➤ **Governança processual**

Governança burocrática ou processual, como visto anteriormente, pode ser definida como uma estância típica para qualquer sistema reconhecido de regras e classificações universais (CONSIDINE, 2001). Ainda segundo o autor, dentro do tipo de governança processual, a coordenação é alcançada por um sistema de regras e estatutos, capacitação profissional dos servidores públicos e sua experiência específica com cada sistema local de protocolos e práticas aceitas.

Nesse aspecto, buscou-se investigar como se aplicam essas normas na Universidade Federal de Pelotas e qual o peso que essas possuem na realização das atividades. Assim, quando questionado sobre as normas e regras que regem os programas de pós-graduação, o Entrevistado 5, representante da administração anterior da universidade, diz que no final, todas as normas estão subordinadas ao

Conselho Nacional de Educação – CNE. A CAPES gera suas regras e normas internas, de acordo com a legislação a qual é obrigada a seguir e, por consequência, impõe que os programas sigam também, complementa o entrevistado 5. De modo consensual, todos os entrevistados entendem que as normas e regras são institucionalmente postas, concordando ou não, é preciso se adequar a elas, uma vez que, quanto mais o programa está adequado a estas regras, melhor é seu desempenho na avaliação.

Ainda de acordo com o entrevistado 5, além dessas normas externas, a própria UFPel, dentro do grau de liberdade que possui, cria um conjunto de definições estratégicas que são reproduzidas pelos programas (Entrevistado 5). Nesse sentido, a universidade criou um regimento padrão da pós-graduação *stricto sensu*, além de uma proposta de regimento para os programas, que devem adequá-la a suas peculiaridades, entretanto, sem ferir ao regimento geral desta universidade (Entrevistado 6). Dessa forma, existem algumas atribuições que são normatizadas dentro de cada programa, através de seus regimentos, variando assim, de programa para programa (Entrevistado 5). No regimento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFPel, é possível encontrar normativas que dizem respeito ao ingresso dos discentes ao programa de mestrado ou doutorado; prazos mínimos e máximos para defesa das dissertações e teses; do regime de créditos, entre outras informações consideradas básicas pela instituição. Um exemplo de norma geral para todos os programas é o peso de cada conceito e o mínimo que precisa ser obtido pelo candidato para tornar-se apto à defender seu trabalho, conforme o trecho abaixo, retirado do Regimento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*:

Art. 28 - O aproveitamento do aluno em cada disciplina será expresso pelos seguintes conceitos, correspondendo às respectivas classes:

A: 9,0 a 10,0

B: 7,5 a 8,9

C: 6,0 a 7,4

D: abaixo de 5,9

I: incompleto - atribuído ao aluno que, por motivo de força maior, for impedido de completar as atividades da disciplina no período regular;

S: satisfatório - atribuído no caso das disciplinas Seminários, Exame de Qualificação, Estágio Docência, disciplinas de nivelamento e outras definidas pela Câmara de Pós-Graduação “*stricto sensu*”;

N: não-satisfatório - atribuído no caso das disciplinas Seminários, Exame de Qualificação, Estágio Docência, disciplinas de nivelamento e outras definidas pela Câmara de Pós-Graduação “*stricto sensu*”;

J: cancelamento - atribuído ao aluno que, com autorização do seu orientador e aprovação do Colegiado do Programa, cancelar a matrícula na disciplina;

T: trancamento - atribuído ao aluno que, com autorização do seu orientador e/ou com aprovação do Colegiado do Programa, tiver realizado o trancamento de matrícula;

P: aproveitamento de créditos - atribuído ao aluno que tenha cursado a disciplina em outro Programa de Pós-Graduação "stricto sensu" da UFPel ou outra Instituição cujo aproveitamento tenha sido aprovado pelo Colegiado do Programa.

§ 1º - Será considerado aprovado na disciplina e terá direito a crédito o aluno que obtiver um conceito A, B ou C.

§ 2º - Será reprovado sem direito a crédito o aluno que obtiver o conceito D, ficando obrigado a repetir a disciplina (UFPel, 2005).

Como representante da atual gestão, o entrevistado 3 salienta que o regimento atual dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* está sendo submetido a uma análise rigorosa para que algumas regras, que deixaram de ser relevantes com o passar do tempo, sejam alteradas. Como exemplo, o entrevistado destaca que no regimento geral existe um coeficiente de aproveitamento dos alunos que, na verdade, não se sabe se em algum momento foi uma exigência da CAPES, no entanto:

[...] a UFPel tinha aqui. Você vê o coeficiente de aproveitamento dos alunos e, dependendo daquele coeficiente ele vai ser desligado do programa ou não. Nenhum programa no Brasil faz isso hoje, então o aluno tem um coeficiente de aproveitamento baixo pela regra da Ufpel, mas ele é um bom aluno de pós-graduação, porque ele publica, tem envolvimento com as disciplinas (Entrevistado 3).

Logo, o entrevistado complementa dizendo que essa norma existe hoje e provavelmente seja retirada, assim como outras, deixando as normas da UFPel mais flexíveis, para que assim, os programas possam atender às exigências estabelecidas pela CAPES. Corroborando, o entrevistado 11, responsável por um programa de pós-graduação avaliado pela CAPES com conceito 6, diz que: "é importante que a gente não tenha nada que possa ferir o regimento da UFPel, mas a gente está sempre de olho na forma como o programa vai ser avaliado, aquilo que a CAPES preconiza". Nesse sentido, os entrevistados 2 e 3 ressaltam que, ao assumirem a PRPPGI, sentiram que o regimento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* era uma deficiência que a universidade possuía e precisava ser modificado. Assim, confirmam que ele segue sendo considerado como uma regra da

universidade, entretanto, “está defasado e não atende grande parte das demandas dos cursos” (Entrevistado 3).

Entretanto, como alerta o entrevistado 5, apesar dessa normatização geral, existem algumas atribuições que são normatizadas dentro de cada programa, através de seus regimentos, variando assim, de programa para programa. No regimento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFPel, é possível encontrar normativas que dizem respeito ao ingresso dos discentes ao programa de mestrado ou doutorado; prazos mínimos e máximos para defesa das dissertações e teses; do regime de créditos, entre outras informações consideradas básicas pela instituição. Por exemplo, no PPG em epidemiologia, o primeiro considerado de excelência na universidade, sendo avaliado com conceito 7, o coordenador aclara que, parte das normas refere-se ao que foi descrito anteriormente – normas da UFPel e da CAPES – e, algumas referem-se a coisas pensadas e determinadas pelo próprio programa, que referem-se à visão que o corpo docente possui em relação a forma como as atividades devem ser desenvolvidas, como por exemplo, em relação ao tipo de pesquisa que deve ser desenvolvida:

[...] em termos de visão, por exemplo, a gente entende que o epidemiologista tem que saber fazer pesquisa, então por exemplo, os nossos alunos tem que trabalhar com dados primários, não podem trabalhar com dados secundários, mas isso é uma conceituação nossa, interna, produção tem que ser de qualidade (Entrevistado 13).

O entrevistado 11, do PPG em Odontologia, diz que, no próprio regimento do programa, eles tentam deixar as regras bem claras, buscando detalhar as atividades que devem ser realizadas, como devem ser realizadas, sendo essas especificidades do próprio programa, sem, entretanto, ferir o regimento da universidade e buscando uma melhor avaliação perante a CAPES (Entrevistado 11). Nesse sentido, os regimentos dos PPGs analisados tem essa característica em comum, isto é, todos deixam claro as normas, como prazos para realização das atividades, as atribuições de cada nível (colegiado, coordenador, corpo docente, orientador e discentes) e regras para distribuição de bolsas. No ponto de vista do entrevistado 6, que está à frente de um programa que passou por sua primeira avaliação, estando ainda conceituado como nota 3, o regimento deveria iniciar com umas 4 ou 5 normas básicas e, à medida em que vai passando o tempo e os problemas vão surgindo, novas normas vão sendo incorporadas a esse. Entretanto, o que se faz normalmente

é “pensar o regimento antes dos problemas acontecerem, então a gente imagina coisas que depois, lá na frente, começam a engessar” (Entrevistado 6).

Cabe ressaltar que, os programas de pós-graduação mais novos na universidade, no momento de sua criação, além das normas que a PRPPGI estipula para regimentos da pós-graduação, utilizam como base, em muitos casos, os regimentos de programas já consolidados, como pode ser visto na fala do Entrevistado 8, representante do PPG em Recursos Hídricos, que já na primeira avaliação aumentou sua nota e abriu o nível de doutorado:

A gente segue o regimento à risca. Na época a gente se baseou em outros regimentos da UFPel, em outros programas de referência dentro da própria UFPel, porque a gente tem programas de pós-graduação referências na UFPel, e dentro das normas que a PRPPGI estipula para regimentos de pós-graduação.

Já no PPGDTSA, o entrevistado 6 explica que “a gente percebe os problemas e acaba flexibilizando, por diferentes motivos”. Nesse caso, segundo ele, o regimento é um instrumento que serve para apaziguar conflitos, utilizado essencialmente quando não ocorre um acordo entre as partes envolvidas. Entretanto, mesmo sendo favorável à flexibilização, esclarece que é essencial ter um conjunto de regras mínimas, pois caso contrário, o que deveria ser uma exceção acaba se tornando uma regra:

O problema de flexibilizar é que a atual gestão, tanto quanto as futuras, ficam com problemas, a gente cria um problema. ‘Por que que flexibilizou pra tal e tal e não flexibilizou pra outros?’ O que deveria ser uma exceção se torna uma regra, então como é que você vai gerenciar, cada um é uma regra, cada aluno é uma regra, 15 qualificações, 15 datas diferentes, 15 épocas, então não tem como fazer gestão de pós-graduação se a gente não tem um conjunto de regras mínimas, que regule o comportamento de todos. Isso aqui é um ente coletivo, então não dá para num ente coletivo, cada um fazer do jeito que quer, então se a gente não tem essas regras que disciplinam alguns comportamentos individuais, pelo menos alguns, os principais, não tem como fazer gestão (Entrevistado 6).

Conforme Considine (2001), nesta forma de administrar as organizações públicas, são exigidas esferas de verificação e auditoria, a fim de avaliar o serviço prestado, reduzindo assim a probabilidade de ocorrência de grandes erros. Logo, como característica comum a todos os PPGs entrevistados, as atividades realizadas

no interior destes, sempre são formalizadas, como em qualquer organização burocrática. Todas as atividades precisam passar pelo colegiado onde os representantes julgam se estão de acordo ou não. No caso da impossibilidade de ser realizada uma reunião com os membros do colegiado, o coordenador possui o poder de julgar determinada atividade válida ou não. Assim, a decisão é dada a partir de um *ad referendum* e, posteriormente, é apresentada ao colegiado para aprovação. Normalmente, nos programas que estão iniciando e se estabelecendo, essas regras são mais claras e visíveis, uma vez que, em programas já consolidados, essas parecem estar internalizadas em seus componentes.

No que concerne à avaliação dos integrantes do corpo docente dos programas, o entrevistado 11, responsável pelo PPG em Odontologia, destaca que não existe uma análise imediata realizada pela UFPel afim de avaliar as atividades dos programas de pós-graduação. Entretanto, essa avaliação é realizada, periodicamente, pelo próprio programa, geralmente no início e final de cada quadriênio. Já no PPG em Letras, a avaliação dos docentes ocorre em um período menor que na maioria dos programas, mais precisamente a cada 2 anos. Assim, a cada período desses, ocorre um processo de credenciamento dos docentes, e neste processo é aferido se o professor está produzindo de acordo com as orientações da CAPES. Nesse sentido, os entrevistados destacaram que a CAPES realiza avaliação da produtividade dos programas a partir da média do corpo docente, assim, aquele que produz mais, conseqüentemente, compensa o que não é tão produtivo. “A CAPES dá, inclusive, a possibilidade que você tenha 80% do teu quadro docente permanente que seja produtivo e 20% que não atenda aqueles critérios” (Entrevistado 2), entretanto, o entrevistado 6 diz que, mesmo que na média a pontuação da produção científica do programa esteja boa, caso ocorra uma visita *in loco* da CAPES, eles podem:

[...] estabelecer um ponto de corte e dizer, esses professores tem que deixar o corpo permanente, e vocês tem que ficar com esses daqui, esse aqui que tá como colaborador tem que passar pra permanente, e vocês tem que fazer isso. Se a gente diz pra capes que a gente não faz isso, então eles te reduzem a nota, ou te reduzem o financiamento, te reduzem as bolsas, ou te descredenciam. Então você é obrigado a fazer, pra manter o credenciamento da CAPES, então é quase que mandatário (Entrevistado 6).

Essa questão da visita *in loco* remete à existência de uma autoridade burocrática, presente na governança processual, visto que, esse tipo de organização

exige uma camada de verificação e auditoria, a fim de reduzir a probabilidade de grande erros e, da mesma forma, fazer com que as exigências sejam exercidas (CONSIDINE, 2001).

Além da questão da produção científica, o representante do PPG em Letras relata que, por se tratar de um programa relativamente pequeno, torna-se fácil acompanhar os dados do programa através do portal Sucupira, verificando assim se a distribuição de disciplinas e de orientações está sendo realizada de forma harmônica (Entrevistado 7). No programa de Recursos Hídricos, essa avaliação das atividades ocorre de forma mais velada, principalmente por ser um programa que conta com um corpo docente ainda reduzido. De acordo com o entrevistado 8, nesse PPG, é feita uma análise das características dos programas da área no Brasil e, dessa forma é verificado o que deve ser feito para se enquadrarem na avaliação que desejam. Assim, buscam juntar dados e estatísticas referentes ao próprio programa e a programas da área, apresentando esses dados, posteriormente, ao corpo docente:

[...] a gente sempre vai levando pra reunião e vai mostrando os índices, as pontuações, que nosso programa vem atingindo pra que a gente galgue sempre um avanço no programa. Não que a gente queira virar nota 7 da noite pro dia, não é isso, mas bom, a gente sabe que daqui a 4 anos a gente vai ser avaliado de novo. Então, para gente manter nosso conceito 4 o que a gente precisa? O que os cursos 5 estão fazendo? O que falta para o nosso curso fazer a mesma coisa que o curso 5? (Entrevistado 8).

Além dessa avaliação interna, de acordo com os entrevistados, todo ano os coordenadores dos programas de pós-graduação tem o dever de enviar um relatório das atividades e, no final de quatro anos, o somatório dessas atividades é avaliado em conjunto, gerando assim a avaliação quadrienal da CAPES, que distribui os PPG's em seus conceitos. Conforme apresentado na página de internet da CAPES:

A Avaliação dos Programas de Pós-Graduação compreende a realização do acompanhamento anual e da avaliação trienal³ do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação, SNPG. Os resultados desse processo, expressos pela atribuição de uma nota de escala de "1" a "7" fundamentam a deliberação CNE/MEC [Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação] sobre quais cursos obterão a renovação de "reconhecimento", a vigorar no triênio subsequente (BRASIL, s.d.).

³ A partir do ano de 2014, essa avaliação passou a ser quadrienal.

Com o passar do tempo, mais especificamente a partir do final da década de 1970, segundo Considine (2001) o modelo processual, burocrático, vem sendo considerado inadequado para servir um ambiente mais dinâmico do setor público. Novas circunstâncias passaram a exigir mudanças e decisões mais rápidas, no entanto, as densas camadas de protocolo e procedimentos padrões, apoiados por uma estrutura de carreira, serviam como uma espécie de escudo contra essas pressões externas e, inclusive, internas, vindas de cima. Não obstante, ainda hoje, a forma de organização burocrática, compreendida como uma forma organizacional mais rígida, continua sendo considerada um grande entrave, conforme pode ser percebido na fala do entrevistado 5:

[...] o grande entrave pro avanço da pesquisa e pós-graduação do Brasil é a burocracia. São os marcos regulatórios, burocráticos que obrigam o pesquisador a gastar um tempo grande do seu período de trabalho para lidar com essas coisas que não precisariam estar lidando.

O entrevistado 1 é enfático nesta questão, acrescentando que a burocracia atinge fortemente aqueles que necessitam realizar a importação de algum equipamento para a realização da pesquisa, além da prestação de contas que necessita fazer posteriormente:

[...] o Brasil tem um gravíssimo problema com importação, não pode deixar de falar numa pesquisa que fale sobre isso, os pesquisadores brasileiros são prejudicados na competitividade internacional pelo absurdo de difícil que é importar qualquer equipamento nesse país, é uma vergonha, das maiores que eu enfrentei ao longo da minha carreira. E a outra coisa que o Brasil tem, as prestações de conta de pesquisa no Brasil são completamente burras, engessadas, partem do pressuposto de que todo mundo é sem-vergonha, e isso faz com que a pesquisa no Brasil seja muito quadradinha.

Dos oito programas entrevistados, os dois PPGs que possuem conceito 7 na UFPel, não consideram as normas e regras como entraves para a realização da atividades da pós-graduação. O entrevistado 12 destaca ainda que, existem pessoas que criticam a forma como as regras e normas são impostas pela CAPES, mas, só fazem isso porque não conseguem atingir um desempenho mínimo para cumpri-las. Os demais, consideram a burocracia como um problema para o desenvolvimento das atividades, mas como são as regras do jogo, é necessário adaptar-se para continuar jogando.

De acordo com o entrevistado 5, um dos problemas é que os órgãos de fomento são avaliados e cobrados de forma burocrática e, dessa forma, acabam repassando essas cobranças para os programas de pós-graduação. O entrevistado cita como exemplo o caso da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS, que está subordinada ao Tribunal de Contas do Estado e este, por sua vez, para avaliar a FAPERGS, utiliza os mesmos critérios utilizados para fiscalizar o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, ou seja “considera pesquisa científica como se fossem cargas de brita, ou cargas de areia. Bom, aí tem uma carga a menos. OPA!” (Entrevistado 5).

No decorrer das entrevistas, quando questionados sobre a questão da burocracia existente, um assunto que recebeu destaque entre os entrevistados foi a utilização dos recursos. Segundo esses, os marcos regulatórios da pesquisa no Brasil, que obviamente respingam na pós-graduação, quando analisados de um ponto de vista financeiro, são muito travados, muito complicados, pois é muito difícil utilizar o recurso (Entrevistado 1 e 5). Quando se trata dos recursos oferecidos pela CAPES, essa utilização se dá de duas formas distintas na pós-graduação brasileira, isto é, a CAPES disponibiliza duas modalidades de financiamento para os PPG's: o Programa de Apoio à Pós-Graduação - PROAP e o Programa de Excelência Acadêmica – PROEX (BRASIL, 2008).

No primeiro caso, PROAP, o financiamento é oferecido aos cursos que estão conceituados entre os níveis 3 e 5. O recurso é encaminhado à UFPel e esta, por sua vez, fica responsável por gerenciá-lo. Então, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação conta com um setor financeiro que “basicamente o que faz é gerenciar esses recursos que vêm da CAPES pra financiar os nossos programas” (Entrevistado 5). Os entrevistados que representam a PRPPGI (entrevistados 2, 3, 4 e 14) esclarecem que esse recurso já vem destinado para o programa, então o papel da pró-reitoria é apenas administrá-lo. Quando os programas atingem os níveis de excelência determinados pela CAPES, esses passam a ser financiados pelo PROEX. A partir daí, o recurso não vem mais para a universidade gerenciar, passando então a ser depositado em uma conta criada diretamente para o pesquisador e esse se torna responsável por sua utilização.

No contexto descrito acima, o entrevistado 11 destaca que:

[...] hoje, como o programa tem uma nota 6, a gente usa o recurso da forma como a gente quer. A gente tem um programa que não usa mais o PROAP, usa o PROEX. Então, o Proex é uma conta no nome do pesquisador, do coordenador, que no caso sou eu e eu faço uso da forma como eu quiser. Existe uma separação de capital e de custeio, mas de forma geral isso não tem sido um entrave.

Essa forma de financiamento proporciona uma maior flexibilidade, pois o pesquisador não precisa passar pelos processos licitatórios que a universidade exige, que são processos extremamente burocráticos. É o CPF dele que está envolvido nesse processo, então “se ele errar o uso desse recurso, vai ser dele que vai ser cobrado” (Entrevistado 5).

Já no caso de programas enquadrados até a nota 5, como o caso do PPG em Letras, o Entrevistado 7 destaca que “muitas vezes os pesquisadores inclusive se arrependem de buscar a verba”, uma vez que o trabalho burocrático para justificar a utilização desse recurso é tão grande e, inclusive, muitas vezes “o professor não consegue realizar essa justificativa ou então gasta muito do seu tempo com essa questão burocrática” (Entrevistado 7). De acordo com o entrevistado 1, muitas vezes, no decorrer da pesquisa o pesquisador percebe que será necessário utilizar outra abordagem e, com isso, precisará utilizar o recurso de outra forma. No entanto, de acordo com o entrevistado 1, isso não costuma ser permitido, uma vez que essa alteração não foi prevista no orçamento: “Não, não pode, tu não previu isso na época que tu fez o orçamento; ‘Claro que eu não previ isso, eu não sabia que eu ia chegar nessa conclusão’” (Entrevistado 1).

Outra questão que é muito enfatizada pela CAPES, diz respeito a uma pontuação mínima que os docentes pertencentes aos PPGs devem atingir para se manter nesses. Assim, o PPG em Sociologia, buscando cumprir tais exigências, criou uma resolução que deixa claro todos os índices e pontuações em publicações que os professores permanentes precisam alcançar para não serem descredenciados do programa. Tais critérios tornaram-se mais rígidos com o aumento da nota na última avaliação, na qual o programa passou do conceito 3 para o 4, dando início ao processo de abertura do curso de doutoramento. Entretanto, a entrevistada 9, representante deste PPG, se diz muito crítica a isso e compara essas normas e regras, que os PPGs criam para regulamentar e atender às expectativas da CAPES, à famosa gaiola de ferro de Max Weber. Como exemplo, ressaltava uma regra imposta pela CAPES que trata sobre o vínculo dos professores permanentes

com a universidade em questão. Destaca ainda que, na área de sociologia era muito comum nos programas de pós-graduação, a existência de professores permanentes que pertenciam a outras instituições, muitas vezes de outros estados e, inclusive de outros países. No entanto, com essa necessidade de vínculo com a instituição do programa, isso vem tornando-se inviável. Logo, frisa que:

[...] então nós vamos criar regras mais duras, pra atender as expectativas da CAPES de uma nota 4 de produção, só que no futuro, se nós formos descredenciar professor por falta de produção e esse professor tem que seguir essa regra de vínculo com a UFPel, aí fica complicado, quem nós vamos colocar? E se a gente não tiver um número mínimo de professores o programa também não funciona. Então, a gente tá criando uma regra, pra estimular, pra atender as expectativas da CAPES, mas pode ser que daqui a 4 anos quando a gente vai fazer esse balanço do quadriênio, essa regra vire uma jaula de ferro pra gente, porque nós vamos ter que manter professores não produtivos porque tem agora essa cobrança com o vínculo dos professores permanentes com a UFPel. Não só do vínculo, mas o número de professores com título de doutor na área, então são regras que quando elas passam a se interseccionar, elas viram uma jaula de ferro, nesse sentido (Entrevistado 9).

A governança processual prioriza a existência de normas e regras, com o intuito de que as exigências sejam cumpridas, fazendo com que os PPGs e as universidades se adequem a estas. Como foi possível perceber, as normas que os PPGs criam em seu interior são para atender a demandas dos órgãos governamentais (CAPES, MEC, CNPQ), responsáveis pela avaliação do programa e repasse financeiro. Entretanto, a partir da fala de alguns entrevistados, percebe-se que as exigências e a necessidade de uma formalização acabam dificultando a realização das atividades e prejudicando os programas de pós-graduação, a partir do momento em que é necessário criar regras rígidas no interior desses, que podem no final, prejudicar o próprio PPG, como o caso da Jaula de Ferro de Weber, mencionada pela entrevistada 9.

A universidade então cria um regimento geral para os PPGs, baseado nas normas da CAPES e os PPGs, com certa liberdade, criam seus próprios regimentos, a partir de suas peculiaridades. Esse regimento próprio dos programas não pode ferir às normas estipuladas no geral da UFPel, entretanto, cria-se buscando atingir às exigências desses órgãos superiores. A partir daí, todas as atividades desenvolvidas nos PPGs precisam ser formalizadas e estar de acordo com seu regimento e, as decisões passam por um colegiado composto por determinado

número de professores permanentes, fazendo com que o processo se torne mais lento. Visto que as normas internas são criadas para atender às exigências desses órgãos governamentais pois são estes que avaliam e financiam os programas, estes precisam se organizar e estruturar de acordo com o que está estabelecido. Já a UFPel mantém apenas um conjunto de normas básicas e não avalia diretamente os PPGs nem os docentes pertencentes a estes. O papel da universidade nesse âmbito, torna-se o de auxiliar esses programas a atingir determinado nível na avaliação realizada pela CAPES, identificando problemas e buscando alternativas. Além disso, uma característica dessa categoria, muito frisada pelos entrevistados, refere-se à prestação de contas aos órgãos de fomento. Todos relatam ser muito travada essa prestação de contas, muito difícil, que muitas vezes os pesquisadores perdem um grande período de tempo nesse processo. Considine (2001) traz que, nesse tipo de governança, no qual a coordenação é conseguida por um sistema de regras e estatutos, acaba sendo imprescindível que as organizações públicas exijam camadas de verificação e de auditoria, a fim de reduzir a probabilidade de erros.

➤ **Governança empresarial**

Considine (2001), ao aplicar seu estudo em 4 (quatro) países diferentes, percebe que dois de seus modelos alternativos (governança corporativa e governança de mercado) ao tradicional, isto é, à burocracia, se tratava mais especificamente de um modelo híbrido, no qual centralizava características essenciais desses dois modelos. Essa alternativa híbrida foi chamada pelo autor de Governança Empresarial.

De acordo com o autor, quando adotado esse modelo de governança, as normas processuais deixam de ser centrais nos processos decisórios e passam a ser utilizadas de forma paralela às demais características tidas como centrais ao modelo empresarial (CONSIDINE, 2001). Cabe lembrar que, neste modelo, as metas e objetivos e, em alguns casos, incentivos econômicos, substituem as normas e regras.

Nesse contexto, como mencionado anteriormente, é visível a orientação do Estado, representado aqui pela CAPES, MEC e CNPQ, para o estabelecimento de metas e objetivos. Por exemplo, em 2014, através da Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, foi aprovado o Plano Nacional de Educação – PNE, o qual trazia em anexo uma cartilha contendo as 20 (vinte) principais metas do governo em relação à educação. No âmbito da pós-graduação foram apresentadas as seguintes metas:

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Meta 16: formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (BRASIL, 2014).

Mesmo antes de ser publicado o PNE e suas metas, o PNPG (2011-2020) já trazia algumas metas em relação ao crescimento da pós-graduação brasileira, visando o aumento do número de mestres e doutores no país. Neste sentido, destaca-se no PNPG que, as sociedades com os melhores índices econômicos e sociais são também as que apresentam maior capacidade tecnológica, que deve ser associada a um satisfatório nível de ciência e ao avanço do conhecimento (BRASIL, 2010). Ao considerar esse modelo como ideal e, portanto, o que as sociedades modernas devem se espelhar, os atores responsáveis pela elaboração do PNPG (2011 – 2020) avaliam como essencial a elaboração de um planejamento estratégico, instrumento característico de gestões empresariais, que defina metas tanto quantitativas quanto qualitativas, que busquem alavancar a produção do conhecimento.

Adotando o número de doutores a cada mil habitantes como indicador de capacidade científica e tecnológica, é possível perceber que o Brasil encontra-se em uma posição intermediária e longe de alcançar os índices dos países com melhor desempenho. Isso pode ser visto na tabela (9), apresentada a seguir, que destaca o esse índice em alguns países, considerados centrais no que se refere ao desempenho em pesquisa:

Tabela 9: Número de Doutores por mil habitantes em alguns países em 2008

País	Doutores por mil habitantes*
Suíça	23,0
Alemanha	15,4
EUA	8,4
Canadá	6,5
Austrália	5,9
Brasil	1,4
Argentina	0,2

*considerando a população na faixa etária de 25 a 64 anos

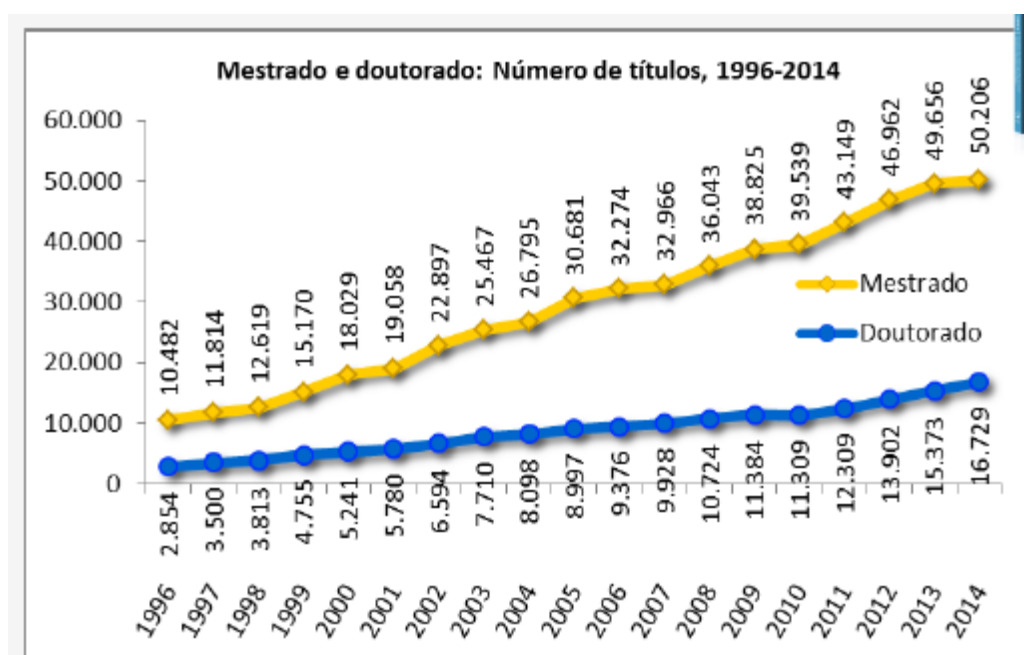
Fonte: VI Plano Nacional de Pós-Graduação (2011 – 2020) – Brasil, 2010.

Embora a formação de mestres e doutores tenha crescido consideravelmente, verifica-se que o número de doutores que atuam diretamente com pesquisa ainda é muito baixo no Brasil, quando comparado com o cenário internacional (BRASIL, 2010). Com isso, os formuladores deste plano para a pós-graduação concluem que o SNPG deverá ser fortemente expandido para que seja possível atender às necessidades do país e atingir metas que sejam compatíveis com as nações avançadas (Tabela 9). Com o objetivo de propiciar um crescimento considerável da pós-graduação, foram estipuladas duas metas, que são:

- Aumento do número de doutores por mil habitantes, na faixa etária de 25 aos 64 anos, dos atuais 1,4 para 2,8 em 2020;
- Titulação anual de 19.000 doutores, 57.000 mestres e 6.000 mestres profissionais em 2020.

No que concerne à segunda meta, quando apresentado o número de títulos de mestrado e doutorado concedidos no Brasil, percebe-se que essa vem sendo uma das prioridades, sendo visível a evolução no decorrer dos anos (Gráfico 10):

Gráfico 10: Número de títulos de mestrado e de doutorado concedidos no Brasil, 1996 - 2014



Fonte: Doutores 2015, Centro de Gestão de Estudos Estratégicos - CGEE

Conforme mencionado anteriormente, essa relação com metas quantitativas está diretamente relacionada à Governança Empresarial (Considine, 2001). Neste modelo, os indivíduos passam a ser avaliados *ex post*, baseados no desempenho individual e incentivos financeiros, através do cumprimento de metas com as quais estes se comprometeram (DARDOT; LAVAL, 2016).

Essa forma de organizar o campo da pós-graduação e avaliar o desempenho dos mesmos a partir do cumprimento de metas acaba sendo interiorizado e reproduzido pelos programas de pós-graduação. Por exemplo, quando questionados sobre trabalhar influenciados por metas, os entrevistados confirmaram e afirmaram também estipular metas para a realização das atividades de acordo com o processo avaliativo da CAPES. Isso se justifica uma vez que esse processo avaliativo é responsável por possibilitar aos programas de pós-graduação o reconhecimento perante o MEC e, por facilitar a aquisição de recursos. Nesse sentido, em relação ao processo avaliativo, o PNPG (2011 – 2020) estipulou que o mesmo deveria ser aprimorado e as seguintes recomendações poderão ser implementadas, com o intuito de assegurar a necessária e primordial excelência do sistema:

- a avaliação dos programas 6 e 7 deverá ser realizada em intervalos de tempo maiores;
- a CAPES deverá adotar sistematicamente, como um dos parâmetros de avaliação, a comparação com programas internacionais considerados de referência para isso, deverá aumentar a participação de avaliadores estrangeiros nos comitês de avaliação;
- a avaliação dos programas de notas 3, 4 e 5 deverá ter intervalo menor que os programas 6 e 7, com monitoramento mais frequente, visando aferir a aproximação ou distanciamento dos indicadores exigidos para a melhoria de conceito;
- a avaliação dos programas deverá incorporar crescentemente parâmetros além daqueles tradicionalmente adotados nas áreas básicas e acadêmicas;
- a avaliação dos programas, assegurados os critérios de excelência poderá utilizar indicadores que contemplem a redução das assimetrias;
- a avaliação das propostas dos programas de mestrado deverá apontar, de forma conclusiva se, de fato, o programa em questão é acadêmico ou profissional, independentemente da formulação original;
- a avaliação das propostas de novos programas de natureza aplicada deverá incorporar parâmetros que incentivem a formação de parcerias com o setor extra-acadêmico, contemplando assim a geração de tecnologia e de recursos humanos qualificados voltados para os setores empresariais, de serviços e das esferas governamentais;
- novos critérios de avaliação, só deverão ser utilizados, se divulgados imediatamente após a conclusão da avaliação anterior (BRASIL, 2010, p. 295).

Assim, essa lógica de metas é reproduzida tanto pela universidade, quanto pelos programas de pós-graduação, uma vez que são avaliados dessa forma. Na gestão da universidade, os envolvidos esclarecem que no início da gestão foram estipuladas metas a serem atingidas, tanto a curto prazo, como metas a longo prazo. Como exemplo, os entrevistados 2, 3, 4 e 14 trazem que:

[...] nesse momento, o que nós tínhamos de objetivo é aumentar a média dos cursos de pós-graduação, e isso realmente aconteceu, nós passamos de 3,8 para 4,11, a nota média desses programas. E agora a meta é para a próxima quadrienal, que vai ser quando a gente tiver saindo da gestão, aumentar mais essa média e aumentar o número de programas de doutorado, que a gente tinha poucos. Aumentar o número de grupos de pesquisa e aumentar a produção científica originária dos programas de pós-graduação, são as metas que a gente tem ao longo dessa gestão.

Da mesma forma, o entrevistado 1, representante da reitoria, afirma que essa lógica é também reproduzida na gestão da universidade, a qual estimula metas a serem cumpridas, no entanto nem sempre de maneira tão formal:

Tem muitas (metas), não sei o quanto que elas estão formalizadas, porque o nosso PDI, que é o Plano de Desenvolvimento Institucional, é muito geral, ele foi feito na UFPel como escolha por um PDI mais generalista, menos especializado. Mas assim, a nossa grande meta é qualificar a avaliação dos programas de pós-graduação, essa é uma, e isso a gente atingiu muito

nessa primeira quadrienal que a gente foi avaliado, a gente subiu a nota de doze programas, só um caiu de nota. Então, é aumentar o conceito dos programas existentes; é aumentar o número de doutorados, diminuir o número de programa conceito 3, fazer com que quase todos cheguem a conceito 4 pra poder aumentar o número de doutorados; é aumentar o número de programas em geral, que isso, especialmente em algumas áreas estratégicas, engenharias é um ponto óbvio. [...] Então assim, é criar mais programas; é criar mais doutorados, ou seja, ter mais programas subindo de 3 para 4 pra poder criar doutorado; é que os programas aumentem de nota na avaliação da CAPES; que os programas formem bons professores e bons pesquisadores, e aí com isso, com a inserção de disciplinas num currículo mais geralzão que possa ter formação docente também por dentro da pós-graduação (ENTREVISTADO 1).

A partir da fala do entrevistado 1, percebe-se que a universidade incorpora e dissemina a ideia presente na governança empresarial apresentada por Considine (2001; 2003), trabalhando essencialmente com metas a serem atingidas. Ainda, a partir do momento em que uma das metas desta universidade é fazer com que os programas de pós-graduação subam seu conceito na avaliação da CAPES, que prioriza a produção científica, o entrevistado parece expressar a essência de uma lógica produtivista que se articula diretamente à ideia de empresa, sendo a eficiência medida a partir do desempenho, da produção. Outra característica importante na fala do entrevistado 1 refere-se à necessidade de criar programas de pós-graduação estratégicos, principalmente na área de engenharia, sendo essa considerada uma área essencial. No entanto, relacionando com o desenvolvimento regional, fica a questão: Programas na área de engenharia seriam suficientes para fomentar o desenvolvimento regional? Ao ter essa área como essencial, o foco da universidade não estaria excessivamente voltado “para fora” e muito pouco para as realidades locais?

Neste cenário, a partir do momento em que os próprios agentes centrais para o desenvolvimento da pós-graduação (MEC, CAPES e CNPQ) e a própria universidade se organizam dessa forma, a lógica que fortalece a utilização de metas para a realização das atividades acaba sendo internalizada nos programas de pós-graduação da universidade, principalmente naqueles considerados de excelência ou que visam esse patamar. No PPG em Recursos Hídricos, é elaborado um plano de gestão (técnica empresarial) a cada dois anos. No plano atual, são destacados 11 (onze) metas que a gestão desse programa busca alcançar, sendo 4 dessas de curto prazo, 4 de médio prazo e 3 de longo prazo. No entanto, não foi possível obter

acesso a esse plano de gestão para visualizar quais critérios essas metas abordavam.

Ainda, no programa de Biotecnologia, o entrevistado 12 destaca que o programa sempre trabalhou com metas,

Quando o programa foi criado, nós iniciamos com doutorado, com nota 4 e a nossa meta era chegar no 5 na avaliação seguinte, nós alcançamos o 5. No triênio 2007-2009 nós migramos de área, nós éramos avaliados na área de Ciências Agrárias e nós passamos para a recém criada na época, a área de Biotecnologia. Na área de Biotecnologia as exigências são muito mais altas e a nossa meta era conseguir manter o 5 na área de Biotecnologia, com muito esforço nós conseguimos manter a nota 5. E é claro, no triênio seguinte nossa meta era alcançar o 6, conseguimos, daí estabelecemos como meta alcançar a nota 7 e conseguimos. Agora nossa meta é apenas manter o 7, o que não é fácil (ENTREVISTADO 12).

Complementando, o entrevistado relata que, os integrantes desse PPG conhecem bem as regras de avaliação da CAPES, logo, procuram trabalhar com o intuito de atingir as metas estabelecidas por essa agência, as metas de excelência, os indicadores de excelência utilizados por esta na avaliação dos PPGs. Sendo assim, essas metas priorizadas pelo programa referem-se principalmente a publicações em revistas de alto impacto, patentes, visto que na área de biotecnologia é um negócio bastante valorizado e, a formação de mestres e doutores. Dessa forma, “temos que ter um fluxo grande de alunos para ter ao final do período de avaliação, um número também grande de alunos formados, mestres e doutores titulados” (ENTREVISTADO 12).

A fala do entrevistado 12, apresentada acima, vai ao encontro do que Sguissardi (2006) relatou em seu trabalho, destacando o pensamento de Spagnolo e Calhau (2002), onde os mesmos frisavam que, a partir do momento em que os indicadores são ponderados, corre-se o risco de que os docentes e coordenadores dos PPGs comecem a trabalhar com base nos indicadores que possuem um peso maior na avaliação realizada pela CAPES (como a produção científica), o que não necessariamente refletiria em uma melhoria da qualidade de seus programas. Ainda, os autores trazem que há universidades, assim como programas de pós-graduação, que parecem ter entendido bem como funciona a avaliação dessa agência, fornecendo à CAPES então o que ela deseja.

Nesse sentido, o quesito considerado como essencial na avaliação da CAPES e priorizado pelos PPG's, refere-se à produção acadêmica. Quando questionado

sobre esse quesito, o entrevistado 5 diz que não é um problema apenas do Brasil mas sim um problema mundial e, referindo-se a um pesquisador dos mais produtivos da universidade, fez a seguinte afirmação:

[...] ele teve um ano, foi 2013 ou 2012, que se eu não me engano ele publicou um artigo em periódico internacional a cada 3 dias, publicou. Então, eu não consigo ler um artigo a cada 3 dias. Mas enfim, sei lá o que aconteceu, mas ele conseguiu, não vou julgar mérito nem nada, até porque ele faz um trabalho muito relevante. Mas assim, esse caso de produtivismo é um problema porque na realidade é uma métrica que os órgãos de fomento nacionais e internacionais estão usando que a CAPES acaba usando na regularização dos seus programas que estimula isso a acontecer (ENTREVISTADO 5).

Ainda, o entrevistado 5 diz que, quando um pesquisador busca recursos através de algum edital dos órgãos de fomento, o primeiro critério avaliado por estes é a produção acadêmica, isto é, a quantidade de artigos publicados em periódicos é o primeiro, e mais importante, item a ser avaliado. Segundo ele, o produtivismo acadêmico é um problema, pois na realidade refere-se a uma métrica utilizada pelos órgãos de fomento nacionais e internacionais, e a CAPES passou a utilizar fortemente na regularização de seus programas, estimulando os pesquisadores a produzir cada vez mais.

Entretanto, ele esclarece que:

“[...] o produtivismo é uma palavra mal entendida. Não é que tu tem que produzir menos, tem que continuar produzindo igual, mas tem que gerar menos artigos ruins, quer dizer, tu tem que esperar pra ter coisas mais sólidas para poder publicar” (Entrevistado 5)

Ainda de acordo com o Entrevistado 5, na lógica empregada pela CAPES hoje, o que vale é a quantidade, isto é, no momento em que o pesquisador possui um trabalho grande, sólido e relevante, acaba sendo mais vantajoso que este seja dividido “em outros pequenos e, assim, possa gerar um número maior de publicações com relevância muito inferior, uma vez que agora eles estão todos separadinhos e alguém vai ter que juntar eles todos” (Entrevistado 5).

Apesar dessas ponderações, o entrevistado 11 destaca que a produção é algo naturalmente colocado nos programas. Segundo ele, os docentes e discentes entendem que a produção de ciência e tecnologia, no Brasil, é realizada dentro da pós-graduação stricto sensu, então é necessário que isso seja encarado de forma

natural. Da mesma forma ocorre nos outros dois programas de excelência. No PPG em Biotecnologia,

“[...] todos sabem que é necessário publicar, é necessário produzir e produzir ciência de qualidade. Produzir se reflete então em artigos científicos de qualidade, todos sabem então que se isso não acontecer eles saem do sistema, então nós temos um grupo bastante produtivo, nós temos 19 do núcleo permanente, no ano que vem todos terão bolsas de produtividade em pesquisa do CNPQ, ou seja, isso é um selo de qualidade né, de que essa equipe é qualificada” (Entrevistado 12).

Do mesmo modo, no programa de pós-graduação em epidemiologia, os integrantes não estão preocupados com a métrica ou com a nota, pois estes devem “buscar a perfeição, o máximo, buscar o melhor resultado possível, mas a gente tem que buscar extrair o máximo que a gente tem, a gente não pode se contentar com menos” (Entrevistado 13). Como isso se dá de forma natural nestes PPGs já consolidados, não é necessário que exista uma cobrança constante em relação a produção, visto que todos entendem que precisam produzir para se manter como um programa de excelência. Entretanto, o entrevistado que representa o PPG em Odontologia acredita que isso esteja relacionado ao amadurecimento do programa, que está com 42 anos. Em casos de programas mais novos “é mais compreensível que algumas metas sejam mais rígidas, mais claras, ‘a gente precisa disso e daquilo senão não vai ser possível dar continuidade no programa’” (Entrevistado 11).

Conforme a conceituação do programa vai diminuindo, a forma como a produção acadêmica é encarada parece alterar-se também, como pode ser visto na fala do entrevistado 10, o qual destaca que a produção acadêmica, da forma como é imposta pela CAPES, é encarada com críticas pelos docentes do programa. Segundo o mesmo, no Sistemas de Produção Agrícola Familiar, a produção científica dentro do programa não é uniforme e tem variado a cada ano, principalmente devido à dificuldade de publicação, visto que hoje em dia grande parte dos periódicos estão cobrando pela publicação. Além disso, destaca que nesse subgrupo, ao qual o SPAF pertence, dentro da área de Ciências Agrárias I da CAPES, os programas não são caracterizados por apresentarem uma significativa produção científica, entretanto, “nós cumprimos a regra, tanto é que conseguimos ser conceito 5” (Entrevistado 10).

Complementando, o representante do PPG em Recursos Hídricos, conceito 4 na última avaliação, relata que não é uma questão de como os docentes encaram

essa meta de produção, uma vez que, “manda quem pode e obedece quem tem juízo”. Ou seja, as metas estão impostas e precisam ser atingidas, não havendo uma flexibilização. Dessa forma, é preciso se ajustar ao sistema e este te cobra produtividade,

[...] a CAPES exige que os docentes tenham um determinado nível de produtividade e a gente tem que buscar atingi-los. Eu não estou dizendo aqui que o sistema é certo, enfim, eu estou dizendo que o sistema te cobra produtividade. Em um relatório do Sucupira, o que mais te cobra é produtividade. Ninguém quer saber quantos artigos em congresso tu apresentou, quantos congressos tu foi, eles querem saber quantos artigos de relevância A1 e A2, B1 e B2... isso que a CAPES quer saber. Agora, se isso é certo ou errado, aí eu não sei, mas a gente tem que se enquadrar como a CAPES pede, né (ENTREVISTADO 8) .

Os representantes dos programas, conceituados como 3 ou 4, concordam com o mencionado acima, ou seja, “se está correto ou não, não da pra dizer, mas é o que o sistema exige hoje, logo, é preciso se encaixar” (Entrevistado 6). Nesse sentido, os entrevistados 6, 7 e 9 frisam a necessidade de seguir as regras do jogo, o que acaba envolvendo, dentre outras coisas, um nível alto de produção, para que a nota do programa suba e conseqüentemente possa oferecer curso de doutoramento (Entrevistados 6, 7 e 9). Ainda, o entrevistado 6 destaca que, embora hoje essa produção seja muito quantitativa, parece que há um movimento em direção a outra forma de pensar por parte da CAPES, o qual parece privilegiar não a quantidade de artigos, mas sim os artigos publicados em bons periódicos.

Dardot e Laval (2016) definem que essa gestão baseada no desempenho faz parte de uma espécie de desfuncionalização do serviço público e pode-se considerar como alguns de seus aspectos:

[...]a flexibilização ou supressão das regras de direito público às quais os funcionários devem sujeitar-se; substituição dos concursos por contratos de direito privado; mobilidade entre serviços e entre setores público e privado; e **demissão de funcionários considerados incompetentes** (DARDOT; LAVAL, 2016, p.305, grifo do autor).

Neste caminho, os programas de pós-graduação, utilizam metas quantitativas para avaliar a renovação ou não renovação do credenciamento do docente como professor permanente do programa. Todos os entrevistados concordam que esse critério é uma exigência da CAPES, logo, é necessário que o sigam. Entretanto, nos programas de excelência, uma vez que a ideia da necessidade de produtividade já

está internalizada nos integrantes, “isso se torna algo mais tranquilo e não é preciso haver uma cobrança. Todos sabem que se não cumprirem as normas, serão descredenciados” (Entrevistado 13). No programa de biotecnologia, inclusive, a produtividade é um dos critérios utilizados para estabelecer se o docente permanente está apto, ou não, a receber novos orientandos. No regimento do programa fica claro que:

[...]o número máximo de alunos que o docente poderá orientar será proporcional a sua produção científica no último triênio. O cálculo da proporcionalidade será feito atribuindo pesos às publicações (A1 x 3; A2 x 2,5; B1 x 2; B2 x 1,5; B3 x 1; B4 x 0,5). O número de artigos, multiplicado pelo peso específico de cada artigo, gerará o índice de produção científica. O número de mestrands x 1, somado ao número de doutorandos x 2, gerará a carga de orientação. A relação publicação científica/carga de orientação deverá ser igual ou superior a 1 para o docente poder receber novos orientandos. Além de obter uma relação publicação/carga de orientação superior a 1, para receber novos orientandos o docente deve ter pelo menos 3 produções científicas (artigo, patente e livro ou capítulo) Qualis B1 ou superior na área de Biotecnologia, no último triênio (UFPEL, 2017)

Já nos programas em que essa lógica não é tão comum entre os docentes, os critérios de credenciamento e descredenciamento parecem passar por uma cobrança maior e ocorre com maior frequência. No SPAF, o entrevistado 10 destaca que o programa utiliza muito os critérios estipulados para o docente manter-se como professor permanente ou colaborador. Segundo este, para manter-se como docente permanente, o professor precisa comprovar atuação como docente na graduação, na pós-graduação, responsabilidade por orientações e publicações.

Nós já tivemos casos de docentes permanentes que perderam essa condição e não retornaram nem como colaborador. Já tivemos um caso de docente que perdeu a condição de permanente, ficou colaborador e hoje retornou a condição de permanente porque atendeu os critérios. O programa tem uma norma, está normatizado no programa e o docente tem que cumprir essa norma (Entrevistado 10).

De todos os programas, apenas o entrevistado do PPG em Recursos Hídricos afirmou não ter critérios para o descredenciamento de docentes ainda, uma vez que se trata de um programa novo e o objetivo de seus integrantes não é descredenciar ninguém nesse momento: “[...] a gente tá aqui pra crescer todo mundo junto, o programa, todos os professores juntos e, conseqüentemente, o centro em que a gente trabalha na universidade” (Entrevistado 8). Segundo o entrevistado, quando

esses critérios forem criados, “serão de acordo com o conceito avaliativo que o programa encontrar-se, e aí sim, os docentes terão que atingir pelo menos o mínimo estabelecido para continuar atuando no PPG”.

Um caso interessante ocorre no PPG em Letras. Segundo o entrevistado 7, nesse PPG os professores têm um critério de descredenciamento de aproximadamente 160 pontos no quadriênio, considerando que o mesmo é avaliado como um programa nota 3. Assim, os docentes “acabam encarando a questão da produção acadêmica de forma ainda amadora, inexperiente”. Entretanto, em 2017, por falta de condições financeiras para mantê-lo, o PPG em Letras, da Universidade Católica de Pelotas, atualmente avaliado pela CAPES com o conceito 5, teria que ser fechado. Assim, vendo a possibilidade de possuir um programa nessa área, com uma nota superior ao existente, a atual administração da UFPel, juntamente com os responsáveis pelo PPG em Letras desta universidade, passaram a negociar com a UCPel e com a CAPES, uma possível mudança de sede administrativa, passando então a pertencer à UFPel. “Então nós temos um mestrado nota 3 na Letras e nós passaremos a ter um doutorado nota 5, então isso é um acréscimo significativo” (Entrevistado 2). Com a vinda desse PPG para a UFPel, o entrevistado do PPG em Letras estima que a pontuação necessária para se manter no programa aumente para aproximadamente uns 500 pontos, o que provavelmente seja um choque para os docentes, que deverão passar a encarar a produção acadêmica de forma mais séria. Ainda assim, de acordo com os resultados apresentados hoje, acredita que alguns professores terão que ser descredenciados a partir dessa mudança (Entrevistado 7).

Outra meta apresentada pela CAPES e institucionalizada nos programas de pós-graduação, refere-se à internacionalização do ensino e da pesquisa. Este quesito, embora seja muito visado pela CAPES e órgãos de fomento, até o presente momento não é considerado um indicador de avaliação decisivo. Então, “a gestão da universidade não pode ser invasiva aos programas e exigir internacionalização, o que ela pode é estimular a internacionalização, e a gente estimula em todos” (Entrevistado 1).

Nos três programas conceituados como de excelência na UFPel, várias são as ações que visam atingir a internacionalização: convênios que permitem a vinda de alunos estrangeiros para o programa e a ida de estudantes para o exterior; cooperações com instituições internacionais; convênios que permitem a vinda de

professores visitantes e a ida de docentes para instituições estrangeiras; e, parcerias de pesquisa, principalmente com agências que permitam captar fomento internacional. Além dessas ações, no PPG em Biotecnologia, 100% das publicações científicas são realizadas em revistas internacionais. Complementando, o entrevistado 11 relata que na área de odontologia a ciência produzida precisa, necessariamente, ter relevância internacional. Isso é necessário porque,

[...]a odontologia nacional tem uma inserção muito grande internacionalmente, então pra gente ter um programa bem avaliado pela CAPES, pra gente ter uma ciência nacional forte, a gente precisa que ela seja de renome ou de relevância internacional (Entrevistado 11).

O entrevistado 11 também frisa que, quando ele fala em relevância internacional, necessariamente significa que a produção científica do programa deve ser realizada no idioma inglês. No início, isso trouxe algumas limitações, visto que não era corriqueiro, entretanto, hoje se tornou algo natural, já está incorporado às atividades do programa. Nessa perspectiva, cabe destacar que essa busca por relevância internacional acaba desconsiderando questões locais, que poderiam alavancar o desenvolvimento do território. Isto é, nas entrevistas existe uma sinalização de que cada vez menos são realizadas pesquisas que visam analisar problemas de uma determinada região, ou até mesmo nacionais, pois esses trabalhos costumam não serem aceitos para publicações internacionais, visto que trata-se de uma análise muito local.

Então, é claro que acaba sendo, eu uso a palavra falha, mas acaba sendo algo a ser considerado, porque muitas vezes um projeto de pesquisa pode ter uma relevância mais local ou etc. Então alguns podem encarar isso como uma dificuldade, 'pô, gostaria de trabalhar em alguma coisa que tivesse uma resposta local.' Isso não é desencorajado pelo programa, trabalhar, por exemplo, com alguma coisa que envolva serviço de saúde em Pelotas é relevante, mas talvez tenha dificuldade de publicar isso em um periódico internacional (ENTREVISTADO 11).

Já no programa de Epidemiologia, embora a internacionalização esteja muito presente, quando se trata de produção científica, o entrevistado 13 destaca que o idioma em que será publicado o artigo dependerá exclusivamente do público que o pesquisador pretende conversar.

Se eu quero conversar com público internacional, eu vou publicar em inglês. Se eu quero conversar com público brasileiro, eu vou publicar em português. Se eu quero conversar com o público latino americano, provavelmente eu vou publicar em espanhol. Tudo depende de quem é o interlocutor do que tu tá fazendo. Isso é importante destacar, não é uma coisa mandatória do programa, 'ah, toda produção deve ser em A, B, C e D'. Não, tudo depende com quem tu quer dialogar naquele teu produto, naquele teu artigo (Entrevistado 13).

A partir do momento em que mudamos a grande área de avaliação da CAPES e saímos dos programas de excelência, essa realidade parece ser alterada. Já no SPAF, conceito 5 pela CAPES, o coordenador considera que a internacionalização é uma exigência para programas 6 e 7. Ele destaca que o programa não tem condições de investir em uma política de internacionalização, no máximo ocorrem ações pontuais de alguns docentes que saem para realizar pós-doutorado no exterior e estabelecem algum tipo de relação enviando algum discente para fazer estágio doutoral nessas universidades. Segundo o entrevistado 10,

[...] o programa hoje tem pernas para ser 5, então assim, nós temos que preservar e qualificar esse 5. Não temos hoje condições de atingir isso e portanto essa característica talvez pro futuro, hoje não. Em termos de proposta da CAPES, eu acho que ela é interessante, porque ela vai encolher fronteiras, mas as próprias políticas de governo hoje dificultam esse processo (Entrevistado 10).

O entrevistado 10 relata que, outra questão que dificulta a internacionalização nesse programa, é que as publicações são, em regra, realizadas em periódicos nacionais. Segundo ele, isso ocorre, principalmente, devido à proposta do programa, que visa qualificar o entendimento na área de agricultura familiar. É muito comum nessa área, a realização de estudos de caso, focado em algum produtor, ou cooperativa de produtores familiares da região, e isso não costuma ser aceito para publicações em periódicos internacionais, por se tratar de um estudo muito local, muito específico. De acordo com o entrevistado 10,

[...] para nós, é essa resposta que nós queremos. Nós temos que dar resposta ao nosso público, o nosso produtor familiar, ou seja, não tem sentido qualificar pessoas se isso não tiver respaldo lá naquele público que é o nosso alvo, que é o agricultor familiar, e desenvolver tecnologias para ele, então isso nos gera algumas dificuldades. [...] essa é uma das razões talvez que esse subgrupo tem dificuldades maiores de publicação do que outros grupos, porque os nossos trabalhos são mais específicos. Não há muito sentido nós fazermos publicações em periódicos muitas vezes de circulação internacional e não dar uma resposta ao nosso público que é a

agricultura familiar. É preferível, na nossa ótica, dar uma resposta a esse público que é o alvo do nosso programa. Claro que temos que atender a CAPES, sabemos disso, e estamos conseguindo fazer as duas coisas dentro de um conceito 5, esperamos não vir pra 4 e não temos muitas ilusões a curto prazo de chegar além disso.

Nos demais programas de pós-graduação que foram analisados, os níveis de internacionalização estão restritos a parcerias de alguns professores com docentes/instituições internacionais e à vinda de docentes e discentes para o programa. Entretanto, uma curiosidade, é que nesses programas, a relação é maior com países da América Latina, devido à posição estratégica em que se encontra a UFPel. Assim, os entrevistados (Entrevistados 8 e 9) destacaram que costumam receber alunos do Uruguai, Argentina, Venezuela, Paraguai, entre outros, que, pelo fato de ter o espanhol como idioma principal, facilita a comunicação.

No programa de Recursos Hídricos, o coordenador frisa que, devido ao tempo de vida do programa, 5 anos, ainda não possuem uma política de internacionalização, entretanto estão caminhando para isso e buscam atingi-la em um futuro próximo. Já na área de Ciências Sociais, no PPG em Sociologia, fora as ações mais pontuais comentadas acima, o entrevistado 9 ressalta que, é importante “também ter essa questão da publicação em inglês, em periódicos internacionais, entretanto a cobrança nessa área não parece ser tão forte como em outras como, ciências sociais aplicadas e exatas”, por exemplo.

[...] ok, isso é importante até pra divulgação do nosso trabalho, mas diferentemente de um trabalho que sai de laboratório, onde são números, são dados, o quanto se perde de conteúdo, ao passar por exemplo, um trabalho pro inglês. Muita coisa se perde por conta de conteúdo, a forma da estrutura, da linguagem, mas é uma área de ciências humanas, então tem essa discussão, mas se caminha eu acho pra essa questão da publicação em inglês, especialmente em inglês (Entrevistado 9).

Além disso, a entrevistada 9 diz que, é preciso lembrar que a Sociologia no Brasil tem uma ligação muito forte com a França e esta, por sua vez, tem um certo problema com o inglês. Complementa relatando que,

[...] os primeiros cursos de sociologia no Brasil são fundados pelos franceses, em São Paulo. Então a forma estrutural como as graduações em ciências sociais são pensadas, elas são pensadas de uma forma que segue muito uma sociologia francesa, diferente de uma sociologia norte americana. Hoje, nas ciências sociais, na sociologia, os Estados Unidos ganham uma certa predominância, mas ainda acho que a gente é muito francófono, na forma como a gente faz pesquisa, na forma como nós

ministramos aulas, e como são estruturados os cursos aqui (Entrevistado 9).

No PPGDTSA, conceito 3, embora ainda não ocorram muitas ações de internacionalização, o entrevistado 6 diz que estão indo nessa direção. “Cada vez mais é estimulado que se publique em outros idiomas, que se tenha projetos de pesquisa com instituições internacionais, é o que se quer” (Entrevistado 6). O entrevistado frisa ainda, que considera essa ação muito interessante, pois “você sai do mundo que você tá, para ter outras visões, você cria parcerias, você cria canais que o conhecimento pode fluir de uma maneira bem mais interessante”. Com essas parcerias internacionais, “você tem contato com outras formas de fazer a mesma coisa que você estava fazendo, você percebe que existem outras formas de fazer e você importa” (Entrevistado 6)

Nessa questão, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação tem buscado realizar uma articulação bem forte com a Coordenação de Relações internacionais da UFPel, para tentar, “dentro dessa lógica que a CAPES está colocando, de deixar de lado a interação sul-sul, achar formas de atender as demandas da CAPES e continuar jogando o jogo de alguma forma”, embora o cenário não seja favorável (Entrevistado 3).

Nesse âmbito, principalmente a partir das metas impostas pelos órgãos governamentais e, atualmente, devido também a uma restrição muito grande no aporte de recursos públicos, uma característica que se torna presente nas universidades, é a concorrência. Segundo Dardot e Laval (2016), concorrência é a palavra-chave dessa nova gestão pública. Para isso, segundo os autores, além de construir mercados que sejam o mais concorrenciais possível, deve-se fazer com que a lógica da concorrência seja internalizada no interior da ação pública. No entanto, segundo Foucault (2008), ao mesmo tempo em que se implanta uma política onde a concorrência possa agir economicamente, é necessário organizar um quadro político, no qual o Estado esteja acima, mantendo a ordem. Isso pode ser percebido quando o entrevistado 12 ressalta que com certeza existe uma concorrência entre as universidades, programas e pesquisadores, entretanto essa concorrência é determinada já na avaliação imposta pela CAPES e, posteriormente, reproduzida por quem faz parte desse campo.

Durante as entrevistas, em um primeiro momento, foi questionado sobre a existência de concorrência entre as universidades. Nesse sentido, o entrevistado 1,

atual representante da reitoria dessa universidade, diz que existe muito essa questão de concorrência entre as universidades, no entanto ela sempre existiu, é algo natural, visto que o mundo científico, o mundo da pós-graduação envolve um caráter mais competitivo. Destaca ainda, um problema na ciência brasileira, que eventualmente “os jogadores são os mesmos árbitros do jogo, tu não tem um grupo de árbitros e um grupo de jogadores” (Entrevistado 1). Assim, o pesquisador que julga os projetos em um edital, também é concorrente em outro, então, de acordo com o entrevistado 1, isso possibilita que eventualmente tenha algum tipo de desvio ético. O entrevistado complementa ainda, que, o cenário atual tem tornado essa questão mais complicada:

O problema agora, numa fase, que está totalmente sem recursos, aí sim, aí é mais grave, aí é um monte de gente brigando por pouco recurso, é mais complicado. Mas se aumentar os recursos resolve o problema da competitividade, não é a competitividade o problema, o problema é a falta de recurso no geral.

Um dos representantes da PRPPGI diz que os editais das agências de fomento, que geralmente são os responsáveis pelo fomento da pós-graduação, apresentam uma restrição orçamentária, não tendo sido ofertados atualmente. A Empresa Brasileira de Inovação e Pesquisa – FINEP, que concede financiamentos a instituições de pesquisa e empresas brasileiras, desde 2014 não lança nenhum edital para universidades. O CNPQ, que era um dos principais financiadores, “não teve edital universal em 2015, 2016 e 2017, logo, não se tem recursos” (Entrevistado 2). Essa situação acaba gerando uma disputa ainda maior entre os pesquisadores, programas e grande áreas, como pode ser visto na fala do entrevistado:

Então agora nós acabamos de ter, o único edital que teve que foi o da FAPERGS, que é uma disputa entre os pesquisadores, entre as áreas, é o que se dá pela demanda da área e dentro da área tem uma disputa muito significativa (Entrevistado 2).

Em relação à FINEP, o entrevistado 14 explica que, nos editais, o PPG e o nível deste, passa a ter um peso maior na avaliação do projeto, ou seja, consideram a qualificação do programa e dos pesquisadores que estão envolvidos na proposta. “Então, programas com nível maior, geralmente, programas com nível maior levam mais recursos do que programas com uma qualificação menor, isso historicamente em termos de FINEP” (Entrevistado 14).

Complementando, o entrevistado 5 salienta que um dos problemas da pós-graduação é a endofagia. Isto é, no sistema vigente, os pesquisadores são avaliados por pares e, no momento em que se tem uma quantidade de recursos bastante ampla, “é natural que os grandes comam mais, os pequenos comam menos, mas todo mundo come. Agora, se tu tem um ambiente onde a comida tá muito rara, é natural que o mais forte coma e o mais fraco morra de fome”.

Essa situação é típica do cenário natural e, conseqüentemente, também ocorre no campo da pós-graduação e da pesquisa, uma vez que, além da redução dos recursos, as pessoas inseridas nesse campo passam a ser avaliadas a partir de seu desempenho, da sua produtividade.

[...] várias políticas que são definidas, são definidas em função das pessoas, dos nossos pares, e são das suas visões de mundo e, é muito difícil. Não to nem fazendo um julgamento aqui muito negativo. Mas é muito difícil a gente ter uma relação de empatia tal, que ache que a sobrevivência do outro é mais importante que a nossa sobrevivência, entende? É muito difícil, então isso acaba acontecendo dentro da pós-graduação, dentro da pesquisa. No cenário onde a gente vivia até pouco tempo, onde tinha uma certa abundância de recurso, era natural, aí tu pensava, ‘pô, vamos pensar nos cursos emergentes, nos que estão crescendo, vamos pensar nos que não tem programas de pós-graduação, vamos pensar nesses caras, vamos fazer editais específicos pra isso’. Basta ter o primeiro corte de recursos, esse tipo de iniciativa é a primeira que é cortada. E aí, vai ter sempre excelentes motivos pra justificar, mas no fundo é isso, os grandes continuam mandando, é quase instintivo esse processo (Entrevistado 5).

No PPG em Biotecnologia, essa questão é encarada de forma diferente, isto é, no ponto de vista do entrevistado 13, o corpo docente do programa não está preocupado com essa questão, segundo o mesmo, “tu tem que tá preocupado contigo, entendesse? Tu não tem que ficar preocupado com A, ‘o A fez isso, eu tenho que bater ele’, não, se não aí a gente começa a perder energia”. Entretanto, o entrevistado 7, do PPG em Letras ressalta que é difícil não haver uma comparação com outros programas, uma vez que a avaliação parece não ser equivalente para todos os programas. Então, o “coordenador fica comparando, ‘poxa vida, a nossa produção foi x, do outro programa foi menos e eles...entende? Nesse sentido’ (Entrevistado 7).

O entrevistado 10 traz uma reflexão interessante nesse sentido, frisando que a CAPES é formada por professores e esses professores compõem o corpo docente dos programas de pós-graduação, logo, são os programas de pós-graduação que fazem a CAPES. Entretanto, os professores que, historicamente, compõe os

comitês são professores de programas com uma certa força no Brasil, que sejam bem avaliados pela CAPES. Com isso, buscam sempre aumentar o grau de dificuldades cobradas nas avaliações, pois se beneficiam disso, ou seja, “quanto mais eu for exigir em termos de publicação internacional, por exemplo, mais eu favoreço aqueles programas que têm isso” (Entrevistado 10).

Ainda, o entrevistado continua sua explanação, ressaltando que a CAPES realiza a separação dos cursos, além dos critérios estabelecidos na avaliação, por recursos. Dessa forma, de 10% a 15% dos programas avaliados pela CAPES, encontram-se entre os conceitos 6 e 7, os demais estão distribuídos nos conceitos que vão de 3 a 5. Com isso, a concorrência deve ocorrer entre os programas 4 e 5, 4 porque autoriza a abertura do programa de doutorado e 5 porque é o melhor conceito possível antes dos cursos de excelência internacional.

Então a grande disputa em termos de valores e o maior percentual está nesses dois grupos. O conceito 3 é o conceito mínimo pra autorizar o mestrado, mas não autoriza o doutorado, então a disputa é 4 e 5. Ela se dá aqui dentro também, dentro dos programas de certa maneira, na disputa pelo melhor aluno, isso é visível, talvez os programas não assumam isso, mas ela existe, todo programa quer o melhor aluno, e a maneira de chamar o aluno é também a questão da disponibilidade de bolsas.

Corroborando, o entrevistado 8 afirma que a pós-graduação, por si só, acaba sendo uma concorrência, a partir do momento em que são estipulados índices quantitativos para avaliar os programas. Ainda, os entrevistados destacam que acaba ocorrendo no interior dos programas, devido à forma como as metas são estabelecidas, uma concorrência interna entre os docentes, o que se enquadra como uma disputa de ego, que no programa de sociologia é chamado de “pavonisse”, em referência ao pavão (Entrevistado 9).

No entanto, com uma visão mais positiva, ou talvez ingênua, o entrevistado 6, do programa em Desenvolvimento Territorial, não percebe a existência de uma concorrência na pós-graduação, segundo este, “os docentes estão fazendo o melhor trabalho possível” e, ao analisar os critérios da CAPES, os vê como estimuladores da cooperação e não de uma competição. No momento, como o curso é novo, essa ideia de cooperação não está muito presente ainda, “mas ao longo do tempo, é preciso construir internamente esse olhar para os números”. Dessa forma, quando algum docente não está produzindo o suficiente, “não é simplesmente tirá-lo fora,

mas sim saber o que está acontecendo e chama-lo para perto, buscando incentivar e trabalhar em conjunto” (Entrevistado 6).

Nesse âmbito, parte-se do pressuposto que o Estado é entendido como um espaço relacional (BOURDIEU, 2014) e os comitês responsáveis por determinar os critérios e as metas a serem atingidas pelos PPG's são compostos por pesquisadores “renomados” nas áreas, geralmente pertencentes a programas de excelência da CAPES. Esses por sua vez possuem a lógica produtivista de forma internalizada, logo, percebe-se que as metas são impostas sem analisar as realidades distintas presentes nas mais diversas áreas. Com isso, essas metas acabam beneficiando áreas consideradas “duras” e as biológicas, se mantendo válidas uma vez que estes pesquisadores dão respaldo e as fortalecem. Ainda, as metas aumentam a cada avaliação quadrienal realizada pela CAPES, fazendo com que a lógica produtivista (principal critério cobrado por esta) seja expandida no interior da pós-graduação, sem considerar a área em que está sendo imposta. Ou seja, todos os programas são avaliados sob os mesmos critérios, não existe uma flexibilização dessa meta, uma vez que quem determina as mesmas, está inserido nessa lógica empresarial e se beneficia destas.

Ainda, percebe-se que, mesmo sendo prejudicados por esse sistema, não ocorre uma reflexão mais profunda e um questionamento sobre essas metas por parte dos demais pesquisadores, uma vez que o discurso que surge é que as regras do jogo estão postas, a eles cabe apenas se encaixar e “jogar” conforme as regras. Segundo os entrevistados, os pesquisadores não podem se colocar contra essas metas, uma vez que isso fará com que os mesmos não sejam bem avaliados pela CAPES, diminuindo os recursos financeiros que o programa recebe e podendo, inclusive, deixar de ser reconhecido pelo MEC.

Outro critério muito discutido e incentivado na avaliação quadrienal e que aparece claramente nas falas dos entrevistados, refere-se à internacionalização do ensino. Nesse cenário, pesquisas que tenham alcance global que permitam a publicação em periódicos internacionais, com alto fator de impacto, tendem a ser priorizadas pelos pesquisadores/programas que almejam uma melhor avaliação. Com isso, a lógica empregada se distancia cada vez mais da comunidade local e torna-se difícil pensar em desenvolvimento territorial nesse processo, uma vez que dentro desse sistema produtivista, não seria “vantajoso” para os docentes estudar questões locais. Além disso, quando se fala em internacionalização no Brasil, todas

as manifestações apresentadas remetem a ideia de importação, de aprender com os outros países, adquirindo o conhecimento local, se inteirando da cultura e das maneiras de realizar as atividades em determinados países, em momento algum surge como possibilidade o país utilizar esse critério de internacionalização para transmitir conhecimento.

Com todas as metas estipuladas para os PPG's e toda a cobrança que vem sendo feita, além da carência de recursos, a competição se tornou algo muito presente no interior das universidades. É possível perceber uma disputa árdua entre universidades, PPG's e até mesmo entre pesquisadores, na busca por prestígio, renome e, principalmente, recursos financeiros. No atual cenário, de corte orçamentário, onde cada vez mais se prioriza a produção exarcebada, a ideia de cooperação entre os pesquisadores e PPG's acaba sendo esquecida e o individualismo prevalece. Segundo Considine (2001), a concorrência liberta os tomadores de decisão no Estado de realizarem algumas escolhas racionais, permitindo que o próprio "mercado" determine os meios para um fim definido.

➤ **Governança em redes**

De acordo com Considine (2001), a Governança em Redes ainda não tem a força que os outros dois modelos (processual e empresarial) possuem frente às organizações. Entretanto, segundo o autor, não é possível descartar esse modelo, pois mesmo que esteja sendo considerado um conceito ainda não desenvolvido da forma ideal e pouco teorizado, a ideia de uma orientação de rede é um conceito muito significativo. Este novo ideal de governança em rede, portanto, é uma forma de organização em que os clientes, fornecedores e produtores estão ligados entre si como co-produtores (CONSIDINE, 2001). No caso da pós-graduação brasileira, tal modelo de governança pode ser identificado a partir do estímulo, por parte do Estado, à integração entre agências de fomento, instituições nacionais e internacionais (internacionalização do ensino), públicas e privadas, aos programas de pós-graduação.

No último Plano Nacional da Pós-Graduação, com vigência do ano de 2011 até 2020, críticas já aparecem no sentido do ensino nas universidades brasileiras

apresentar-se de forma muito compartimentado, especializado, o que vem de encontro ao movimento internacional que defende uma maior interdisciplinaridade e flexibilidade curricular. Mesmo com o avanço da pesquisa e o desenvolvimento da pós-graduação nos últimos anos, as universidades brasileiras ainda encontram-se em posição desfavorável no *ranking* internacional, tendo a Universidade de São Paulo – USP a melhor posição das universidades brasileiras, ocupando a 72º (septuagésima segunda) posição em comparação a universidades internacionais (BRASIL, 2011).

Nesse mesmo plano, é destacada a importância de se modernizar a educação superior, fazendo com que esta atenda às necessidades do setor produtivo. Ou seja, formar pessoas altamente qualificadas para atender às necessidades das empresas. No entanto, segundo este, a estrutura de regulamentação profissional, na qual os interesses corporativos acabam prejudicando o reconhecimento de formações inovadoras e, o fato dos diplomas apresentarem importância maior que a própria competência, acaba dificultando essa modernização da educação superior, incluindo a pós-graduação (BRASIL, 2011). Dessa forma, segundo o PNPG, mesmo que a demanda por profissionais bem formados tenha aumentado no Brasil, o número de mestres e doutores que são contratados por empresas para realizar trabalhos de pesquisa e desenvolvimento, ainda é extremamente reduzido. Buscando alterar essa situação, a formação de redes têm-se tornado frequentes e tendem a se constituir em modelos apropriados para enfrentar os novos desafios (BRASIL, 2011). Dessa forma, “trata-se de privilegiar o trabalho transdisciplinar, em redes não hierárquicas de equipes com diferentes competências e formações, e que trabalham de forma temporária e menos institucionalizada, em ambientes acadêmicos e empresariais” (BRASIL, 2011, p. 192).

Diante desse cenário, no PNPG, são propostos alguns desafios para garantir a articulação entre a academia e o mundo empresarial, dentre os quais, alguns são destacados a seguir:

- (iii) estimular e promover a absorção de mestres e doutores por empresas;
- (v) ampliar substancialmente a pós-graduação brasileira com ênfase nas áreas tecnológicas e engenharias, as quais podem contribuir de maneira estratégica para o desenvolvimento de setores como, por exemplo, energia, telecomunicações, automotivo, petroquímico e químico, farmacêutico,

odontológico e médico-hospitalar, siderúrgico, aeronáutico, eletrodomésticos, agronegócio, alimentos e têxtil, dentre outros;

(vi) estimular, na pós-graduação uma agenda de formação de talentos para apoiar os processos de inovação no parque industrial do país, observando-se as tendências futuras, de maneira a fortalecer as habilidades e competências dinamizadoras da competitividade global;

(vii) apoiar iniciativas nos programas de pós-graduação que contemplem uma melhor integração entre universidades, governo e empresas, por meio da construção de redes de produção de conhecimento, baseadas na interdisciplinaridade, na aplicabilidade e na responsabilidade social do conhecimento, com políticas indutoras para a pesquisa em tecnologias sociais e vinculadas à preocupação com a sustentabilidade (BRASIL, 2011, p. 193).

Segundo Considine (2001), os responsáveis pela gestão do Estado, nessa forma de governança, estão atentos aos meios disponíveis para ganhar a cooperação de outros, apresentam-se interessados na construção de confiança e mais provável que veja o êxito como resultado de uma ação conjunta. Nesse caso, em vez de fixos limites organizacionais e funções, o sistema promove uma nova racionalidade baseada na criação de uma cultura organizacional compartilhada.

Quando essa questão foi levada aos entrevistados, os que representam a gestão da universidade se mostram muito interessados em realizar alianças com o setor produtivo, fortalecer a ligação da universidade com empresas, como pode ser visto na fala do entrevistado 4, que diz que a atual gestão tem trabalhado o máximo possível para tentar aproximar esses setores (acadêmico e produtivo). No entanto, o entrevistado ressalta que, no Brasil, as legislações vigentes ainda não permitem tais aproximações. Apesar dessa ponderação, no ano de 2016, entra em vigor a Lei da Inovação (Lei 13.243) que busca deixar a relação entre os setores públicos e privados de forma mais clara. Ela visa também, a “promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas” (BRASIL, 2016, p.1). Mesmo assim, na visão do entrevistado 4, a maioria das instruções presentes nesse marco legal ainda não estão regulamentadas, o que faz com que não exista ainda uma política de inovação tecnológica que permita às universidades uma relação aberta com as empresas. O entrevistado 4 traz a seguinte pergunta: o que a universidade tem mais próximo dessa relação hoje?

Alguns pesquisadores, até independente de programas de pós-graduação, mas geralmente estão vinculados a programas, acabam desenvolvendo projetos de pesquisa em conjunto com empresas que, não necessariamente abordam recursos, mas investem. Daqui a pouco deslocam um funcionário da empresa pra trabalhar dentro da universidade, que vai acabar fazendo uma pós-graduação ou algo desse tipo, então o investimento de recurso

ainda é muito pequeno pra nós, embora seja talvez uma das coisas mais desejáveis que a gente precisa por que a falta de recurso público pra pesquisa vai fazer com que a gente necessite de recurso privado. Não adianta, isso tá acontecendo no mundo inteiro, não é nem uma questão simplesmente política do país né, é uma questão de **quem tem realmente que investir em pesquisa é quem vai usar essa pesquisa, então ainda é uma necessidade nossa de tentar buscar cada vez mais aproximar as parcerias com as empresas pra tentar fazer com que o recurso também, de empresas**, entre na universidade pra fazer pesquisa. Tá saindo agora um decreto, até a gente tem um rascunho, um decreto que vai regulamentar o marco legal de Ciência e Tecnologia e já deixa as possibilidades bem maiores, então eu vou poder ter, até inclusive professores, mesmo em dedicação exclusiva, trabalhando dentro de empresas até 8h semanais. Tem uma possibilidade maior da gente tá em parceria muito mais próxima, uma vinculação muito mais sadia, sem problema legal. É bem provável que nos próximos anos a gente tenha boa parcela de interação com empresas, é isso que a gente busca (ENTREVISTADO 4, grifos da autora).

A partir da fala do entrevistado 4, é possível visualizar que as universidades estão “submissas” à ideia de empresa, como um elemento central no mundo contemporâneo (SOLÉ, 2004; 2008) e ao *status quo*. Ao dizer que quem precisa investir em ciência é quem realmente vai utilizá-la (as empresas), o entrevistado traz a concepção de que ciência está se tornando apenas parcerias com as empresas. Como as regras estão impostas e, para incentivar essa relação, o aporte de recursos públicos está cada vez menor, quem está inserido nesse campo adota esse discurso de eficiência e da empresa como solução, e acabam se conformando e acreditando que nada podem fazer para alterar a situação. Na verdade, muitos não percebem a situação, uma vez que o discurso da centralidade da empresa já está internalizado. Logo, as pesquisas realizadas no interior das universidades cada vez mais priorizam assuntos de interesse global, que sejam de interesse dos investidores, que tragam recursos financeiros ou, no mínimo, reconhecimento internacional. Com isso, a ideia de estudar problemas locais, que auxiliem no desenvolvimento da região, em grande parte das áreas, está se tornando pouco incentivada. Entretanto, esse argumento tem um grande problema: as empresas estão inseridas nessa realidade local, regional; no momento em que os pesquisadores não constroem conhecimento sobre essa realidade, não buscam uma compreensão aprofundada sobre esta, articulando-a a contextos globais, qual seria a importância de um pesquisador para uma empresa?

O entrevistado 5, corroborando com o que foi explanado acima, relata que existem poucas parcerias entre a universidade e o setor produtivo, muito menos do que deveria ocorrer, em seu ponto de vista. Segundo o mesmo, existem algumas

alianças formadas, algumas parcerias que ocorrem de maneira ainda informal, muitas vezes inclusive de maneira ilegal, mas a administração da universidade sabe que acontece. O entrevistado 5, representante da gestão anterior da UFPel, salienta ainda que,

[...] as parcerias formais mesmo, elas começaram a aparecer justamente dentro da nossa gestão, dentro da CIT, a gente começou a estimular mais os pesquisadores a formalizar essas coisas, até porque com essa loucura que a gente tá vivendo dos órgãos de controle, do MP, o pesquisador tá fazendo tudo certo, com a melhor das intenções e vai acabar até preso, seu patrimônio pessoal em jogo sem nenhuma má vontade, mas por inexperiência e tal. Mas então alguns casos começaram a ser regularizados, isso só aconteceu mais na nossa gestão, mas ainda é muito pouco em termo de pesquisa, tem alguma coisa na Agronomia, alguma coisa na veterinária, alguma outra coisa pingada aqui ou ali (ENTREVISTADO 5).

Neste sentido, o entrevistado 1 concorda com os entrevistados mencionados acima, considerando extremamente viável essa aproximação entre as universidades e o setor produtivo (empresas e outras instituições), no entanto devem ter regras bem definidas antes de estabelecer esse tipo de parceria. Ele ainda destaca que existem várias formas de estabelecer essa parceria, como pode ser visto em sua fala, apresentada a seguir:

Tem empresa que pode sugerir formação de pós-graduação específica pra atender demandas de mercado dela, ou de áreas. A Petrobras pode financiar um programa de pós-graduação pra formar gente pra trabalhar na Petrobras, não tem problema nenhum, pode fazer um mestrado profissional pra qualificar seus trabalhadores. Qual o problema disso? Não tem absolutamente nada. Hoje em dia existem leis melhores pra lidar com a coisa de inovação, de patente, de transferência de tecnologia, que era o medo que se tinha. Então daqui a pouco a empresa vai, aí depois a patente é de quem? É do pesquisador? A universidade não fica com nada? Então hoje em dia já tem modelos, a própria UFPel tem modelo. 'Ah, se tu depositar uma patente e tiver depois lucros vindo daí, x% é da universidade, x% é da unidade de origem, x% é do pesquisador.' Então hoje tem regras. Então assim, eu vejo com bons olhos parcerias com a iniciativa privada desde que respeitadas regras rígidas de gratuidade de universidade, de respeito ao princípio público, etc. Nenhuma restrição (ENTREVISTADO 1).

No entanto, o entrevistado 1 esclarece que essa o tema do “envolvimento da iniciativa privada na vida da universidade é um tema muito mal tratado no Brasil”. Ainda, segundo o entrevistado 1, essa questão tem críticas que partem de dois extremos. Primeiramente então, existe uma visão que acredita que essa aproximação é de interesse apenas das empresas, isto é, “os críticos que

apresentam essa visão, acreditam que a empresa acaba sugando da universidade, a preço barato, tudo que ela precisa”. Um segundo ponto de vista, é de um grupo da universidade que “ideologicamente acredita que a empresa é do mal”, logo, a universidade não pode colaborar com estas. Mas na verdade, de acordo com o entrevistado, existe um imenso meio termo entre esses dois extremos, da empresa que realmente quer tirar vantagem da universidade e da ideologia que impede que exista essa conversa com as empresas (Entrevistado 1). Devido a todas essas dificuldades, a UFPel apresenta algumas experiências de colaborações com empresas, mas essencialmente colaborações pontuais de alguns pesquisadores, isto é, nenhuma parceria formal dos programas no geral.

É possível perceber que, áreas de ciências exatas e programas de excelência da CAPES já possuem uma visão mais aberta para esse tipo de cooperação. No programa de odontologia, por exemplo, existe uma aproximação muito forte com as empresas, principalmente na área de materiais odontológicos desenvolvidos neste PPG, que atua de forma muito próxima à indústria (Entrevistado 11).

Então sim, a gente tem contato com empresas, existem produtos no mercado odontológico nacional que foram desenvolvidos no laboratório do programa, existem patentes nacionais e internacionais registradas por pesquisadores do programa, e também existe uma proximidade sim com o setor produtivo (ENTREVISTADO 11).

Conforme o entrevistado, a maior parte dessas interações ocorreram a partir da captação de fomento conjunto, ou seja, através de editais nacionais que priorizavam exatamente a cooperação entre indústria e academia, nos quais o programa acabou sendo contemplado. Logo,

[...] esses editais previam que o projeto a ser desenvolvido, ele desenvolveria produtos ou técnicas que seriam depois colocadas no mercado. A contra partida da empresa é financeira, mas não necessariamente de recurso pra uso nosso direto, então poderia ser a compra de um equipamento, poderia ser contratar um profissional que iria desenvolver o projeto dentro da empresa. E como existe uma parte de dinheiro público, esse recurso sim poderia ser utilizado em compra de equipamentos, em alguma reforma. Então sim, nesses editais específicos houve sempre um aporte financeiro público e das empresas (ENTREVISTADO 11).

No programa de biotecnologia, existem iniciativas individuais por parte dos docentes, isto é, não é uma aliança feita pela coordenação do programa. No entanto, o programa estimula essas alianças pois a área de biotecnologia estimula, valoriza e até cobra a interação com empresas (Entrevistado 12). Segundo este entrevistado, a cooperação é uma via de mão dupla, visto que, muitas vezes os trabalhos que iniciam por parte dos pesquisadores do programa despertam o interesse de empresas e, em alguns casos, as empresas levam suas demandas até o PPG e estes procuram alinhar seus projetos para então, atender essas demandas. A contrapartida nesse PPG ocorre de diferentes formas, mas, segundo o entrevistado 12, ultimamente tem prevalecido a doação de material, a disponibilização de amostras para os estudos, uma vez que o aporte financeiro ainda é reduzido e, no seu ponto de vista, deveria ser muito maior. O entrevistado ressalta que, espera que em um futuro próximo, se consiga mais recursos financeiros do setor produtivo.

Nos demais programas de pós-graduação analisados essa aproximação com empresas, com o setor produtivo, não ocorre. O entrevistado 6, do PPGDTSA, considera possível a existência dessa cooperação, no entanto traz algumas ressalvas:

[...] a relação da iniciativa privada com a universidade é uma relação de amor e ódio. Na mesma medida que a iniciativa privada deseja integração, ao mesmo tempo ela te esconde muita coisa, ela não abre muita coisa, então ela quer, mas, então é uma relação meio dura. E a iniciativa privada e a transferência de fundos também é problemático, mas eu não vejo óbices de se fazer isso, mas por enquanto nós não temos, não que eu conheça, aqui no programa (ENTREVISTADO 6).

No PPG em Sociologia, essa relação entre universidade e empresa, inclusive, é mal vista por seus integrantes, uma vez que o dinheiro privado acaba sendo um mito na área de ciências sociais, mais especificamente, na sociologia.

Ademais, no decorrer da pesquisa, dentro dessa categoria surgiram outras características de cooperação, além da realizada com o setor produtivo. Principalmente nesse período específico que o país está inserido, de restrição orçamentária, os representantes da PRPPGI estão apostando em soluções que busquem a cooperação entre as universidades, os programas e os próprios docentes integrantes desses. Uma primeira observação que esses representantes fizeram foi que, a UFPel estando localizada entre o Instituto Federal Sul-

Riograndense – IFSul e a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, não seria necessário essas três instituições de ensino superior possuírem os mesmos equipamentos de ponta, utilizados para as pesquisas. Dessa forma,

[...] o que a gente tá tentando ver, são os equipamentos que eles têm lá e os equipamentos que a gente têm aqui, pra não ter replicação, porque as vezes eles têm, por exemplo, um microscópio eletrônico super avançado lá e nós não temos necessidade de comprar um aqui. É mais fácil, mais prático a gente pagar horas pro pesquisador tá utilizando lá do que ter um equipamento desse custo. Então nessa perspectiva de crise, a ideia é otimizar os recursos que a gente tem pra poder melhorarmos a infraestrutura de pesquisa (ENTREVISTADO 2; 3).

Esse tipo de cooperação não ocorre somente nos momentos de crise. Conforme o entrevistado 5, essa iniciativa de alianças entre universidades é muito comum, e, inclusive, alguns órgãos que financiam as pesquisas têm editais que são específicos para esse tipo de cooperação mesmo. No entanto, essas alianças partem muito mais da iniciativa dos pesquisadores, uma vez que não existe claramente uma estratégia institucional para traçar esses objetivos de cooperação. Dessa forma, não é algo institucionalizado nas universidades ainda, mas, devido a iniciativas dos pesquisadores, que eventualmente utilizam as relações de parceria, de colaboração que já haviam sido estabelecidas com outros pesquisadores ao redor do mundo, principalmente do período de realização do doutorado e pós-doutorado destes, acabam ocorrendo e esses passam a captar recurso externo de forma coletiva (Entrevistado 5).

Dentro dos programas estudados, essa parceria entre PPGs, tanto com os da UFPel, quanto com outras instituições, estão começando a ser considerados pelos pesquisadores. Em alguns programas, principalmente os que são conceito 6 e 7, essa ideia já está mais fortalecida, entretanto, mesmo nesses, essa também é uma característica mais pontual dos pesquisadores, não necessariamente do PPG ou da UFPel. No programa de Biotecnologia, segundo o entrevistado 12, os pesquisadores procuram trabalhar em cooperação, que é a melhor forma de se conseguir avançar, através de colaborações, cooperações com outras instituições.

Na semana em que a entrevista foi realizada, o entrevistado estava consolidando mais um projeto com essa característica de cooperação entre instituições, como pode ser visto em sua fala:

[...] nós tivemos um projeto aprovado com uma agência de fomento britânica, com uma cooperação que nós temos com a universidade que eu fiz o doutorado na Inglaterra. Então esse é um exemplo de um benefício que a gente tem, da possibilidade de conseguir recursos e conseguir também realizar projetos de maior vulto, projetos de maior impacto, nós temos cooperação com diversas instituições, tanto a nível estadual, nacional e internacional. Então é fundamental ter essas cooperações com outros programas, com outros pesquisadores, com outras instituições.

No programa de Epidemiologia, existem algumas parcerias formalizadas do PPG com outras instituições. Por exemplo, o entrevistado 13 destaca que o programa participa de várias redes, apresentando colaboração com a Universidade de Bristow e com a University College London, no exterior e, no Brasil as principais cooperações deste programa são feitas com a Universidade de São Paulo – USP e com a Universidade do Maranhão. Entretanto, quando se trata de colaboração entre os PPGS, o mesmo destaca que formalmente não ocorrem essas parcerias, o máximo que ocorre é algum pesquisador de outro PPG ser também docente do PPG em Epidemiologia, mas não apresentam nenhuma colaboração formal. O terceiro programa de excelência da UFPel, o PPG em Odontologia, diz apostar nessa questão, dessa forma apresentam diversos projetos de cooperação acadêmica e científica, com instituições regionais, nacionais e internacionais (Entrevistado 11). No entanto, na maioria das vezes, continuam sendo ações pontuais dos pesquisadores, e, também não ocorrem com outros PPGs da UFPel.

Essa ideia de rede, de alianças internas e externas, se apresenta como algo novo para os demais programas, algo que estão iniciando a fazer. No PPG em Letras, conforme o entrevistado 7, da criação do programa até o último relatório emitido pela CAPES, não ocorreram parcerias de forma efetiva, e, a partir de agora está sendo cobrado e o PPG passou a buscar atitudes que venham a sanar tal deficiência. O entrevistado 10, representante do PPG SPAF, diz que agora, está sendo proposto uma parceria com a UNIPAMPA, a partir de um programa MINTER – Mestrado Interinstitucional, que apresenta dentro da CAPES a função de desenvolver a pós-graduação em outra instituição que não apresenta pós-graduação consolidada.

[...] então tem um grupo dentro do PPG SPAF propondo um MINTER com a UNIPAMPA, pra desenvolver pós-graduação lá na UNIPAMPA na área de Ciências Agrárias I. Então o projeto está aprovado no PPG SPAF e será submetido a CAPES, se for aprovado, isso é mais um ponto favorável ao programa que é albergar um programa MINTER. É uma turma específica, forma uma única turma e o programa se extingue. Os docentes são daqui,

vão ministrar aulas na outra instituição, num programa que tem que ser também aprovado lá, e com coorientação de docentes de lá. O objetivo é formar, ou treinar, docentes de lá para criar depois, futuramente, programas de pós-graduação (ENTREVISTADO 10).

Ainda, nos demais Programas de Pós-Graduação analisados, o que ocorre em termos de rede é: a vinda de professores visitantes para o PPG; a ida de discentes para cursar alguma disciplina em outro PPG ou Universidade; e, eventualmente, a realização de pesquisas em parceria, com mais de um docente do PPG ou com relações destes pesquisadores, estabelecidas anteriormente (Entrevistados 6; 8; 9; 10). Dessa forma, percebe-se que essa característica, embora muito incentivada pela CAPES, ainda não tem muita força dentro dos PPGs da universidade, a ideia ainda não está internalizada em seus componentes, fazendo com que ela ocorra de maneira principiante na maioria das vezes.

Nessa categoria, compreende-se que a governança em redes, embora seja uma discussão mais recente, quando comparada com as demais, está sendo bem enfatizada no interior das universidades e, conseqüentemente dos programas de pós-graduação. Enquanto a governança empresarial dissemina a lógica empresarial nos processos de organização interna dos PPG's, a governança em redes acaba fortalecendo esse processo, extrapolando a lógica empresarial para além dos PPG's, principalmente a partir da internacionalização, critério que passou a ser exigido pela CAPES. Segundo Considine (2001), os defensores desse tipo de governança utilizam termos como "parceria estratégica" e "gestão conjunta", que seria a solução para sanar dificuldades, passando a focar a atenção sobre as reais necessidades dos "clientes". Nesse sentido, no decorrer da categoria tornou-se claro o incentivo que os tomadores de decisão no interior do Estado, principalmente a partir dos órgãos de referência para a pós-graduação (CAPES, MEC e CNPQ), oferecem para parcerias entre os PPG's/universidades e a iniciativa privada, buscando, principalmente, o aporte financeiro para o desenvolvimento de pesquisas. Logo, os pesquisadores passam a estudar e desenvolver métodos/técnicas que atendam aos interesses dessas empresas e, isso ocorre de duas maneiras distintas: a empresa vai até esses programas e apresenta seus interesses e/ou os programas, já tendo uma certa ideia de quais seriam os interesses, desenvolvem pesquisas nessas temáticas e procuram as empresas, buscando uma parceria. Nesse sentido, quem exerceria poder sobre os estudos desenvolvidos? A universidade, que

desenvolveu, dentro de um ambiente público, com recursos humanos públicos, ou as empresas que financiam? Essa questão é muito mais corriqueira em áreas exatas, assim como da saúde, nas quais os programas desenvolvem pesquisas que irão resultar em produtos para o setor produtivo, desenvolvendo então as chamadas patentes. Essa característica (criação de patentes) da universidade vem sendo muito valorizada, transformando essa em uma organização produtora, que busca desenvolver produtos “úteis” e que tragam retorno financeiro.

Ainda, outra característica que vem sendo “cobrada” pela CAPES é a cooperação entre os PPG’s, buscando desenvolver pesquisas em parceria, buscando driblar a falta de recursos e as dificuldades burocráticas. Embora os PPG’s dessa universidade ainda não tenham internalizado essa ideia de cooperação, apresentando apenas algumas ações pontuais de determinados pesquisadores, a universidade já incorporou essa ideia para “sobreviver” perante à perspectiva de crise, vivenciada atualmente, e passou a buscar a otimização dos recursos através da adoção da ideia de equipamentos de uso comum para os PPG’s e, inclusive, para universidades da região. Considine e Lewis (2003), ao analisar essas formas de governança, consideram a governança em rede como uma alternativa ao modelo empresarial, indicando que este modelo considerado central pode ser sujeito a contramedidas importantes. Entretanto, no caso da pós-graduação brasileira e, mais especificamente na UFPel, percebe-se que esta não se apresenta como uma alternativa ao modelo empresarial, mas sim como uma “ferramenta” para ultrapassar os limites internos aos PPG’s, fortalecendo essa lógica para além desses.

➤ **Um futuro para a pós-graduação brasileira**

No final das entrevistas, foi questionado aos entrevistados qual o futuro que eles viam para a pós-graduação brasileira, assim como se os mesmos consideravam difícil realizar pesquisa no Brasil.

Dos 14 entrevistados, 13 se mostram pessimistas em relação ao futuro da pós-graduação brasileira. Estes destacam que, o andamento da pós-graduação brasileira depende, essencialmente, da lógica que o governo enxerga esse campo,

isto é, da concepção e do papel da universidade que o Estado possui. Então, especialmente no segundo governo Lula, a lógica que era empregada era a do Brasil ser um “*player* global” (Entrevistado 2), e ser um *player* global significava também ter uma grande influência nos países vizinhos. Dessa forma, de acordo com o entrevistado 2, havia um processo de internacionalização da pós-graduação, onde buscava-se atrair esses países periféricos, para tornar-se um centro de informação. No entanto, no atual governo, essa lógica foi abandonada, ou no mínimo, muito desconsiderada e passa-se a adotar um lógica diferente, isto é, o objetivo volta a ser “mandar as pessoas pro primeiro mundo, para poder aprender lá e retornar pra cá” (Entrevistado 2). Isto é, retrocede a um pensamento que tira o Brasil desse protagonismo global e joga numa lógica de dependência dos países desenvolvidos. Dessa forma, o Brasil volta a ser incentivado a importar tecnologia ao invés de desenvolver sua própria, porque devido às políticas públicas que são implementadas, não é capaz de desenvolver tecnologia suficiente (Entrevistado 10).

Eu vou te dar um exemplo da atividade econômica europeia e da realidade dos últimos 5 ou 6 anos desses países: os países que quebraram, todos, foram aqueles que não tinham tecnologia desenvolvida e, os países que mais enriqueceram, que na comunidade da economia europeia foi a Alemanha, é o que mais vende tecnologia. O país que não gera tecnologia não enriquece, não divide renda, não evolui, não dá um passo pra frente. Os países compradores de tecnologia dão um passo atrás. O Brasil é um país que compra tecnologia, então nós precisamos desenvolver isso e a maneira de desenvolver é ter massa crítica pra isso (ENTREVISTADO 10).

No atual cenário então, conforme o entrevistado 2, a lógica de governo é uma lógica subserviente, é uma lógica de país periférico, tanto é que o Brasil virou um “nanico em termos globais novamente e acho que isso traduz as políticas públicas que tem”, tendo hoje, uma “política que é toda pensada em cercear processos de desenvolvimento de tudo que for público”, por exemplo, a pesquisa e pós-graduação que, hoje apresenta um papel secundário (Entrevistado 2). A lógica presente no país é, essencialmente, a de importar tecnologia de países desenvolvidos, importar conhecimento e aplicar em nossa realidade, deixando de investir em produção própria. Complementando, o entrevistado 3 ressalta que, essa não é uma visão apenas dos integrantes da PRPPGI, uma vez que, agentes internacionais tem feito manifestações frequentes, nas quais criticam as decisões políticas em relação à política de pesquisa e pós-graduação no Brasil.

Frente a essa situação que a pós-graduação brasileira está enfrentando, os entrevistados apostam na criatividade, na força e na capacidade de resiliência dos pesquisadores, uma vez que, só essas atitudes poderão fazer a pós-graduação resistir à essa crise instaurada no país. Nesse sentido, o entrevistado 3 diz que, quando a atual gestão assumiu a UFPel, em janeiro de 2017, já estava ciente do cenário que iriam enfrentar, no entanto não consideraram que as mudanças fossem ocorrer de forma tão rápida, mas frente ao corte de gastos, o que resta a fazer é buscar soluções criativas e não econômicas. Corroborando, o entrevistado 5 diz que,

[...] a única chaminha de esperança que eu tenho nesse processo é na resistência dos pesquisadores, que eles percebiam que precisam lutar pra manter a pesquisa viva e a pós-graduação viva e que consigam ter um pouco mais de resiliência pra suportar essas dificuldades que estão começando, que estão por vir e aí, talvez, quem sabe, daqui a alguns anos, superar essa crise.

Com isso, as áreas que mais sofrem com a atual situação (falta de investimentos, cobrança cada vez maior, metas demasiadamente elevadas, marcos regulatórios exaustivos), na opinião do entrevistado 5, devem se manter resistentes e desenvolver a criatividade para superar a suposta crise. De forma a acrescentar, o entrevistado 14 frisa que, a médio e curto prazo, o futuro da pós-graduação brasileira será desastroso para todos, no entanto, será muito pior, terá muito mais impacto negativo na área de ciências humanas. Segundo o mesmo, estão retirando os recursos e, retirando os recursos justamente daquelas áreas que, historicamente já eram penalizadas. Dentro da lógica empresarial que presenciamos, a área de ciências humanas acaba sendo vista pelos tomadores de decisão no interior do Estado, como uma área que não traz retorno financeiro, logo, a concepção que se tem é que estas não seriam necessariamente úteis economicamente, logo, deixam de ser prioridade para investimentos.

[...] eu acho que, justamente numa das áreas que a gente tá precisando de bastante conscientização, bastante atendimento, é justamente uma das que tá sendo mais impactada em todos os níveis, da pós-graduação ao ensino fundamental. As áreas duras sofrem pela necessidade de grandes aportes de recursos pra compra de equipamentos porque tem a competitividade com o exterior [...]. Se a gente quer ter independência econômica, se a gente quer ter independência cultural, se a gente quer se posicionar como uma liderança, a gente precisa de investimento em que? Em pesquisa, desenvolvimento e inovação, essa é a dificuldade de enfrentamento (Entrevistado 14).

No ponto de vista do entrevistado 5, o Brasil é um país que valoriza pouquíssimo a educação e, se num momento de crise precisar cortar recurso de algum lugar, o primeiro lugar a cortar será a educação. Ainda, dentro do campo da educação, se for necessário escolher onde fazer o corte, provavelmente a primeira escolha será a pós-graduação e a pesquisa, uma vez que, esse nível de educação é “visto pela maior parte dos nossos políticos, que parece que nem formação básica tem, como uma coisa supérflua, como hobbies” (Entrevistado 5).

O entrevistado 6, representante de um programa conceito 3, pertencente à área de Administração, traz que, com o contingenciamento de recursos que o país enfrente atualmente, vai “haver uma degola de muitos programas de pós-graduação”. Nesse cenário, não serão disponibilizadas bolsas, não terá financiamento de pesquisas, o que torna a situação um tanto quanto anacrônica:

Um dos grandes elementos que é avaliado pela CAPES é o percentual de pesquisas com financiamento externo, e aí você olha o contingenciamento e como é que eles vão cobrar? Então uma perna da nossa avaliação, não tem o que fazer. É anacronismo, então eu vou te avaliar pelos projetos que você tem financiamento externo, aí você olha para as fontes de financiamento e não tem nenhuma, o que você vai fazer? Então os grandes programas de pós-graduação, que tem financiamento externo, ou de empresas, que tem foco empresarial, ou que tem um componente tecnológico, agora eu estou pensando na biotecnologia, tem outros, muito provavelmente esses programas não sofrem tanto, mas outros, como nas áreas sociais, vamos falar de história, sociologia, mesmo o nosso aqui em administração, de onde vão tirar financiamento externo, se secam as fontes oficiais? Então o futuro ele é estranho. Aí a gente olha os últimos resultados assim, porque a pós-graduação na UFPEL cresceu tanto, se faz o balanço, quase todos os cursos subiram de nível aqui dentro da UFPEL, mas porque nós estamos colhendo agora nesse quadriênio 2013-2016 o que se plantou lá atrás, então isso que tá acontecendo hoje, vai ser pra próxima avaliação quadrienal e pra próxima, o futuro não é muito alvissareiro não (ENTREVISTADO 6).

O PPG em Sociologia, que subiu para o conceito 4 na última avaliação quadrienal, está enviando à CAPES a proposta de abertura do programa de doutorado e, como ocorre em todo doutorado, “quando aprovado vem com duas bolsas enxovais e, os docentes desse PPG já sabem que essas serão as duas únicas bolsas disponíveis” (Entrevistado 9). Então, mesmo que estejam entusiasmados em abrir o nível de doutorado no programa, estão apreensivos por não saberem se este irá se sustentar, não pela falta de vontade dos alunos ou

professores, mas pela falta de bolsas e de recursos para manter os alunos por 4 anos.

O entrevistado 6, do PPGDTSA, em sua reflexão, aponta inclusive que talvez seja necessário repensar a orientação do programa:

Nós temos que nos orientar pra formar um perfil acadêmico? Pra formar um pesquisador acadêmico? ou nós temos que começar a pensar um outro perfil profissional? Aí nós cairíamos numa mudança de paradigma dentro do perfil *stricto sensu*, teria que mudar pra um perfil profissional, pra um mestrado profissional, aí é outra coisa.

O entrevistado 1, nesse aspecto de contingenciamento diz que, o Brasil está cometendo equívocos grosseiros, está indo para o caminho errado, cortando investimentos em educação e ciência e tecnologia para sair de uma suposta crise. Em seu ponto de vista, “isso é a maior burrice”. Se o país deseja sair da crise, é necessário cortar investimentos de outras áreas e aumentar em educação e ciência e tecnologia. Logo, não é possível “olhar com bons olhos pro futuro de um país que está cortando recursos em ciência e tecnologia e educação” (Entrevistado 1). Segundo este, a pós-graduação já esteve em uma fase de ascensão e crescimento, mas hoje, na melhor das hipóteses, está em uma fase de estabilidade.

E não sei se essa estabilidade não é simplesmente o sistema vir evoluindo tanto que tu não consegue fazer ele cair direto, ele estabiliza um pouco, mas se continuar com essa falta de investimento, ele vai cair. E aí vai diminuir a quantidade de pós-graduação, vai diminuir a quantidade de mestres e doutores, vai diminuir a qualidade da produção científica, então acho que esse sinal vermelho é bem preocupante (ENTREVISTADO 1).

De forma contrária aos demais entrevistados, o entrevistado 12, do PPG em Biotecnologia, é o único que imagina que a pós-graduação será melhor no futuro. No entanto, acredita que ela será melhor se o Brasil extinguir os Programas de Pós-Graduação. Para explicar, o entrevistado esclarece que o Brasil tem muitos problemas com os programas de pós-graduação, onde, mesmo programas avaliados com conceito 5 e em alguns casos até 6 na CAPES, tem docentes considerados improdutivos. Logo, existem alunos sendo orientados por esses docentes, que passam a reproduzir o que aprendem, tornando-se certamente, também improdutivos.

Dessa forma, o entrevistado destaca que vem participando das reuniões com os coordenadores de área na CAPES, onde o futuro da pós-graduação vem sendo

debatido de forma muito frequente. E, na visão deste, o Brasil “deveria acabar com os programas de pós-graduação, mas não com a pós-graduação, ao contrário, nós temos que fortalecer a pós-graduação” (Entrevistado 12), mas para isso os programas não seriam necessários.

Em outros países não tem programa de pós-graduação. Eu fiz meu doutorado na Inglaterra, na Inglaterra não existem programas de pós-graduação, existe pós-graduação, muito boa, mas sem necessidade de ter programas. Como é que funciona? Ela funciona com base no orientador, o orientador é que seleciona o aluno, o orientador é que orienta o aluno na sua formação, no desenvolvimento do projeto e ao final desse projeto, quando então o aluno tem nível de formação que permite atribuir a ele um título de doutor, ele submete sua tese a uma banca que avalia e, se aprovado, tem o título de doutor, foi assim comigo. Eu cheguei lá no primeiro dia no laboratório e comecei um projeto, depois de quatro anos eu tinha minha tese, 3 artigos publicados, a minha tese elaborada e voltei com o título de doutor embaixo do braço. Não tem programa de pós-graduação e tem pós-graduação muito boa (ENTREVISTADO 12).

Cabe ressaltar que, essa característica de não possuir programas de pós-graduação em outros países, como a Inglaterra, país mencionado pelo entrevistado 12, é específica de determinadas áreas, que possibilitam que se trabalhe dessa forma. Nesse sentido, o entrevistado então considera esse o grande problema da pós-graduação brasileira, ou seja, a heterogeneidade presente na formação dos alunos. Uma vez que, segundo o mesmo, existem alunos sendo muito bem formados em programas que tem conceito 3, pois tem um orientador produtivo, que desenvolve projetos de alta qualidades, dando uma excelente formação àquele aluno, no entanto o programa continua sendo conceito 3 porque “os outros docentes são fracos”. Dessa forma,

[...] se não tivéssemos programas, tivéssemos apenas um sistema de credenciamento de orientadores, o orientador se compromete a orientar alunos de pós-graduação e se compromete a oferecer uma disciplina na sua especialidade. Então os alunos que ele recebe pra serem orientados dele, vão fazer essa disciplina e outras disciplinas de diferentes áreas, que o orientador junto com o aluno, definirão que seja importante pra formação naquela área e tudo funcionaria muito bem. E nós poderíamos tirar do sistema um percentual que hoje eu diria que é de 20 a 30% de orientadores que desorientam e fazem mal ao país, que formam muito mal seus orientandos.

Por fim, ao questionar sobre a dificuldade de realizar pesquisa no Brasil, as respostas não foram consensuais. O entrevistado 1 acredita que até seja difícil

realizar pesquisa no Brasil, mas também tem espaço. Segundo ele, a UFPel, mesmo sendo uma universidade periférica, do sul do Rio Grande do Sul, apresenta grupos que estão fazendo pesquisa de excelente qualidade. “Existem culturas enraizadas na universidade brasileira de negação da produção do conhecimento, que chamam tudo de produtivismo, tudo de meritocracia, que não é verdade” (Entrevistado 1). Atualmente, a falta de recurso é apontada como um dos principais entraves para a realização da pesquisa, no entanto, “caso o professor esteja motivado e esteja dedicando de verdade x horas por semana pra fazer pesquisa, ele consegue fazer pesquisa em várias áreas do Brasil” (Entrevistado 1).

Já o entrevistado 13, do PPG em Epidemiologia, consideram extremamente difícil fazer pesquisa no Brasil, pois além dos cortes orçamentários, é preciso encarar uma grande burocracia no país. O entrevistado utiliza como exemplo a compra de equipamentos para a realização da pesquisa, como pode ser visto em sua fala, apresentada a seguir:

[...] eu não consigo comprar um equipamento no exterior e importar de uma maneira rápida, sem burocracia; o custo de análise é N vezes mais cara aqui do que no exterior; eu não consigo, por exemplo, se eu quero contratar pessoas pra trabalhar na equipe é uma burocracia desgraçada. A própria gestão de recursos da universidade é caótica, é cheia de travas, tudo tem que ser com não sei quantos orçamentos, quando que no exterior não é assim, no exterior ‘ah eu preciso de tal coisa’, tu bota o preço ali, compra, paga e deu, se tu fizer desvio tu vai ser punido, efetivamente punido. Quer dizer, as pessoas não fazem desvio por causa disso. Agora aqui não é como funciona, a gente tem que tudo passar por 300 organismos de regulação, quer dizer, eu vou comprar um computador, eu tenho que ter 3 orçamentos, 3 não sei o que, que é um saco, porque que eu to comprando um computador x e não um Y? Isso não existe lá fora, lá fora tu tem muito mais agilidade. Dependendo da agência de financiamento é um saco, a FAPERGS é a pior que tem, prestar contas pra eles é um inferno, é tudo burocratizado, tu tem que ter quase um apoio pra não dar confusão a prestação de contas, tudo tu tem que explicar, quer dizer, a visão que eu tenho é que os organismos de controle partem do pressuposto de que tu tá fazendo falcaturia, quando deveria ser o contrário, quer dizer, deveriam partir do pressuposto que tu tá fazendo as coisas corretas, tu entregou o produto beleza, os preços estão dentro dos conformes, ótimo, mas não ao contrário (Entrevistado 13).

Em continuidade, o entrevistado 12, do PPG em Biotecnologia, apresenta uma visão mais ponderada. Segundo este, o Brasil apresenta várias situações que favorecem a realização de pesquisas, no entanto tem outras que acabam dificultando. Como exemplo das que dificultam, cita o custo dos equipamentos e insumos que, normalmente, chega a custar de 3 a 4 vezes mais do que no exterior;

e, o tempo que demora para um pesquisador conseguir importar algo, para comprar esses insumos. “O que nos Estados Unidos ou na Inglaterra, que é um país desenvolvido, se consegue em 24 ou 48 horas, aqui demora 60 dias, então isso dificulta a pesquisa aqui no Brasil” (Entrevistado 12). Por outro lado, o Brasil tem vários aspectos que, em seu ponto de vista, facilitam a pesquisa. Por exemplo, considerando a área de Biotecnologia, o país possui material biológico em abundância, facilidade de acesso a esse material utilizado nas pesquisas, então, fazendo uma média, não é muito mais difícil do que fazer pesquisa fora do país, só é preciso de mais paciência, é mais demorado, mas é possível fazer pesquisa de boa qualidade aqui também (Entrevistado 12).

Já o entrevistado 6, da área de Administração, discorda do mencionado até o momento, considerando que não é difícil fazer pesquisa no Brasil, basta ter criatividade. Este pesquisador acredita que a falta de dinheiro não seria uma dificuldade, pois é possível realizar pesquisa com pouco recurso, basta ter vontade. Em sua percepção, é claro que a pesquisa não terá o mesmo alcance, você acaba diminuindo o alcance desta, mas você não deixa de realizá-la, ou seja, ela deixa de ser uma pesquisa mais abrangente e passa a ser mais localizada. E, dessa forma, os pesquisadores devem se proteger enquanto essa conjuntura atual não passa (Entrevistado 6).

A partir do que foi explorado nessa subseção, é possível perceber a concepção do Estado sobre o Brasil, considerando-o um país que necessita importar conhecimento, tecnologia, não necessitando assim, produzir suas próprias fontes. Com isso, o papel da universidade e principalmente da pós-graduação, que em seus primórdios tinham como objetivo a formação de conhecimento crítico de qualidade, buscando o desenvolvimento do país, passa a ser então atender às demandas do setor produtivo, do setor empresarial, alterando esse objetivo para uma lógica produtivista, que renda “visibilidade”, reconhecimento e investimentos. Dentro dessa lógica, a área de ciências humanas historicamente vem sendo prejudicada, visto que essas são consideradas, muitas vezes, áreas que não geram conhecimentos “úteis” ao mercado. Logo, com a atual situação que o país se encontra, de cortes orçamentários, falta de investimentos e incentivo à procura de investimentos no setor privado, essa é uma das áreas que mais será atingida pela suposta crise. Ainda, a partir da ideia produtivista que está cada vez mais fortalecida na pós-graduação, essa área também é penalizada pois, diferentemente das áreas exatas,

em que um teste em laboratório pode ser analisado de diversas óticas e gerar um determinado número de artigos, nas humanas os resultados demoram a surgir e necessitam de mais tempo para serem analisados.

Outro fato importante que pode ser visualizado nessa subseção refere-se ao declínio da produção de conhecimento e a ênfase no ensino profissionalizante. Com isso, reforça-se a ideia de que é preciso produzir conhecimentos úteis para as empresas, formar mão de obra qualificada para esse setor, que tragam um retorno “rápido”. Logo, a partir da fala dos entrevistados, percebe-se a existência de um discurso de aproximação entre a universidade e as empresas, onde estas poderiam, inclusive, destacar quais áreas/cursos estariam necessitando, o que acaba identificando que detém o poder em nossa sociedade.

Dentro dessa lógica, Dardot e Laval (2016) destacam que a concorrência torna-se o princípio da gestão de recursos humanos, fazendo com que essa lógica transpasse também para as relações entre os próprios agentes que compõem o setor público. Dessa forma, os indivíduos passam a ser avaliados *ex post*, baseados no desempenho individual e incentivos financeiros, através do cumprimento de metas com as quais estes se comprometeram (DARDOT; LAVAL, 2016). Essa compreensão se destaca na fala do entrevistado 12, o qual diz ser favorável à extinção dos programas de pós-graduação, ficando o orientador como responsável pela formação do aluno, para assim, eliminar aqueles professores improdutivos. Assim, fortalece uma lógica econômica de todos contra todos, em que aquele que produz mais permanece e os improdutivos são rejeitados. Entretanto, as metas são impostas, as normas estabelecidas e as diferenças entre as áreas não são consideradas. Enquanto algumas tem facilidade em conseguir aporte financeiro de outras fontes (que não do Estado) para realizar suas pesquisas, como a área da saúde por exemplo, outras, por não serem de interesse dessas outras fontes, têm maior dificuldade e, conseqüentemente as metas se tornam algo mais complicado de atingir, visto que sem recursos as pesquisas se tornam menos relevantes e com alcance menor. Por outro lado, essas áreas “sociais”, que não necessitam de laboratórios e equipamentos sofisticados para realizar seus estudos, aparentemente estão conseguindo driblar essa falta de investimentos e incentivos por parte do Estado, a partir da resistência e criatividade de seus pesquisadores.

5 Considerações Finais

O presente estudo organizou-se a partir da tentativa de analisar a forma de organização da pós-graduação na Universidade Federal de Pelotas, considerando a centralidade das relações estabelecidas no âmbito do Estado. Os resultados, ao serem explanados à luz da teoria da empresarização, visam auxiliar na compreensão de como a adoção de certos tipos de governança por parte do Estado, acabam refletindo e fortalecendo o processo de empresarização das instituições de ensino, mais precisamente, na pós-graduação brasileira.

A partir de uma pesquisa predominantemente qualitativa, foram triangulados dados documentais, referente à estruturação da pós-graduação no Brasil e na UFPel, com a percepção dos representantes dos programas de pós-graduação desta universidade, selecionados para análise, através de entrevistas semiestruturadas, considerando sempre, as categorias de análise definidas a priori (governança processual, empresarial e de redes).

Nesse sentido, a partir das três formas de governança propostas por Considine (2001), percebe-se que, no Brasil, o rumo dessas se dá exatamente da mesma forma que o autor propôs. Ou seja, a governança processual, no campo da pós-graduação, foi perdendo força por se tratar de uma forma muito engessada, não compatível com o avanço necessário e a rapidez que essa esfera central em nosso mundo (a empresa) exige. Assim, mesmo que esta continue existindo de forma paralela, dando suporte à outras, não se trata mais da forma principal. Logo, mesmo que não seja a ideia central, ainda é necessário que existam normas e regras para tornar o trabalho mais “padronizado”, fazendo com que a pós-graduação seja, de certa forma, mais uniforme e trabalhe mais em conjunto. Entretanto, essas normas e regras perdem importância na tomada de decisões, a medida em que metas, objetivos e, muitas vezes, incentivos financeiros tornam-se centrais. Nesse sentido, as normas e regras (características da governança processual) exercem um papel

importante nesse novo cenário, isto é, tornam-se essenciais para que as metas sejam cumpridas, a partir do momento em que estas passam a ser formalizadas. Na UFPel não é diferente, as atividades realizadas continuam considerando as normas e regras existentes, especialmente àquelas impostas pela CAPES, órgão este responsável pela realização da avaliação dos programas. No entanto, a grande maioria dos entrevistados consideram essas regras como um entrave para a realização de seu trabalho, geralmente em comparação com países desenvolvidos. Essa característica apareceu, principalmente, em relação à importação de equipamentos, à utilização dos recursos e sua prestação de contas. Em relação às demais atividades, todos os programas analisados mantêm as mesmas formalizadas, públicas e, na medida do possível, buscam se adequar às normas e regras já existentes. Logo, é possível perceber que, a governança processual continua presente nas atividades relacionadas à pós-graduação brasileira, entretanto, atualmente ela serve mais para fortalecer o tipo empresarial, fazendo com que as metas e objetivos impostos sejam cumpridos pelos programas.

Dessa forma, passamos para a segunda forma de governança proposta por Considine (2001), sendo ela, a governança empresarial. Nesse novo contexto que presenciamos, com a centralidade da forma empresa, o Estado passa atuar como um agente da economia, introduzindo e universalizando na sociedade e até dentro de si próprio, a lógica da competição e o modelo da empresa (DARDOT; LAVAL, 2016). No campo da pós-graduação, o Estado, representado por seus três agentes – MEC, CAPES e CNPQ, passa a estimular essa lógica empresarial, principalmente a partir do momento em que altera sua forma de avaliar os programas. O que antes era realizado em períodos mais curtos e de forma muito subjetiva, passou a ser rigorosamente considerado, tornando a avaliação essencialmente quantitativa e focada no desempenho.

Para tornar possível a quantificação da forma de avaliar e conseguir que os resultados sejam maximizados, o Estado passa então a adotar o regime de metas (característica da governança empresarial), fazendo com que dessa forma, os programas acabem internalizando essa característica também. Essas metas podem ser percebidas a partir de várias ações, mas as principais dizem respeito à produção científica e à internacionalização da produção. Para a grande maioria das áreas, a produção científica é um critério que equivale a 40% do total da nota de avaliação, logo, são estipuladas metas quantitativas que o docente deve alcançar para ser

considerado “produtivo” e assim, ter sua permanência/aprovação no programa mantida. Nessa lógica, uma questão muito apontada pelos entrevistados é o fato da quantidade ser mais importante que a qualidade das pesquisas, pois, mesmo que seja uma pesquisa de altíssima qualidade, o pesquisador é impulsionado a dividi-la em vários artigos com o intuito de gerar mais publicações, diminuindo assim consideravelmente sua relevância. Nesse âmbito, Dias Sobrinho (2003, p.36) destaca que, essas alterações na educação superior, incluindo a pós-graduação, “estão sendo produzidas para aumentar a capacidade operacional deste subsistema educacional relativamente às transformações da sociedade e, particularmente, do mercado”. Assim, o modelo de avaliação imposto pela CAPES, acaba sendo utilizado como um forte mecanismo de regulação e controle frente aos programas de pós-graduação, estando este vinculado à possibilidade de punição e premiação, a medidas de financiamento e à produção de *rankings* de instituições (DIAS SOBRINHO, 2003).

Outro elemento que vem sendo muito frisado pela CAPES refere-se à internacionalização do ensino e da pesquisa, que, embora seja utilizado como um critério de avaliação apenas para programas que desejam atingir conceitos de excelência, tem sua ideia disseminada e fortalecida no interior de todos os PPGs. Dessa forma, na maioria dos casos, as pesquisas acabam abordando assuntos internacionais, deixando em segundo plano estudos locais, que fomentem o desenvolvimento da região. Assim, cada vez mais, nossos pesquisadores buscam discutir problemas estrangeiros, tornando-se profissionais nessa questão e, cada vez menos, buscam realizar estudos nacionais, que alavanque o desenvolvimento da região em que se encontra e, até mesmo, do país.

Nesse processo, ou seja, em uma governança empresarial, a imposição de metas, a avaliação de desempenho, a capacitação, a premiação e a cobrança por uma internacionalização cada vez maior, são simplesmente instrumentos que fortalecem uma acirrada competição que “contribui para exaltar e naturalizar cada vez mais a dinâmica empresarial onde antes ela não era central ou sequer existia” (RODRIGUES; SILVA, 2009). Percebe-se então que ao final, apoiados em um discurso de sobrevivência nesse sistema, quem entende melhor às regras do jogo, isto é, as metas impostas pelo Estado, conforma-se e, passa a agir de forma a atingi-las, apresentando um maior desempenho e dessa forma, parecem conseguir

maiores financiamentos para a realização de suas pesquisas, além de serem melhores avaliados pela CAPES. Dessa maneira, cabe ressaltar que de acordo com os resultados obtidos nesse estudo, os programas considerados de excelência na UFPel apresentaram-se mais “empresarizados” que os demais. Esses programas parecem ter internalizada em seu cotidiano, a lógica da produção científica, da internacionalização, da estipulação de metas para a realização do trabalho e da competição, considerando que essas características empresariais, antes não consideradas no campo da educação superior, são as responsáveis pelo avanço e fortalecimento da pós-graduação brasileira. Ainda, lembrando Considine (2001), esse modelo de governança também mobiliza o interesse político dos gestores públicos em usar recursos públicos para criar benefícios privados para empresários. Dessa forma, assuntos que não são de interesse desses grupos, deixam de ter importância no cerne das pesquisas, causando um certo embate com a questão do desenvolvimento territorial.

Poder-se-ia dizer então, a partir do que foi mencionado até agora, que a categoria da governança empresarial é a central nas decisões e na forma do Estado estruturar a pós-graduação brasileira. Essa atitude por parte do Estado, faz com que essa instituição acabe intensificando o processo de empresarização da pós-graduação brasileira, introduzindo e reproduzindo a ideia de empresa no interior dessa, visando aumentar sua eficiência, produtividade e “utilidade” frente a instituições privadas e/ou internacionais. Entretanto, se por um lado a governança empresarial busca uma maior agilidade e flexibilização das atividades a partir da imposição de metas, por outro, essa acaba sendo deturpada pelo peso e fixação nas metas.

Ainda, mesmo que ocorra de forma principiante, a governança de rede não deve ser desconsiderada, visto que se trata de uma forma de governança muito significativa (CONSIDINE, 2001). A partir dos dados apresentados, percebe-se que na UFPel possui algumas relações estabelecidas com outras instituições, principalmente internacionais. Essas relações ocorrem sobretudo a partir dos seus programas de excelência, os quais buscam um melhor desenvolvimento de suas pesquisas e uma possibilidade a mais no aporte de recursos. No entanto, os demais programas não apresentam essa visão ainda ou, dependendo da área em que ocorrem as pesquisas, essa relação torna-se difícil de atingir.

Todos consideram importante, alguns destacam que estão caminhando nessa direção, buscando a cooperação entre instituições e/ou programas e empresas, mas atualmente só existem ações pontuais de alguns docentes. Entretanto, por parte da administração da universidade, essa questão da cooperação vem sendo muito debatida e considerada, principalmente no que diz respeito a recursos. Com o corte de recursos que as universidades estão enfrentando, é necessário que estas busquem outras formas de atraí-los, sendo uma delas, a aliança com empresas privadas. Dessa forma, percebe-se que a ideia de uma governança em redes está ligada a preservação, disseminação e fortalecimento da forma empresa, isto é, vem sendo utilizada como uma maneira de expandir a governança empresarial para além dos PPGs, para além da universidade, buscando aproximar a universidade e as pesquisas realizadas nesta, do setor empresarial. Com isso, a ideia de desenvolvimento do país, a partir da educação superior, está cada vez mais ligada a desenvolvimento econômico, em realizar pesquisas “úteis” para esse setor, gerando produtos “pagáveis”. Nesse caso, estudos de interesse do setor produtivo seriam realizados nas universidades, a partir de investimentos feitos pelas empresas. Nesse cenário do atual modelo de pós-graduação, a área de humanas parece ser esquecida, não sendo valorizada e possuindo uma dificuldade muito maior frente a avaliação da CAPES, uma vez que nessa área os estudos geralmente não são de interesse de empresas e, por serem muitas vezes locais, não são aceitos para publicações internacionais. Logo, esse novo modelo de pós-graduação acaba limitando a atuação dos programas nessa área.

Diante do exposto, o presente estudo buscou realizar uma análise referente às formas de organização da pós-graduação na Universidade Federal de Pelotas, considerando principalmente o papel do Estado no processo de empresarização desse campo. Entretanto, esta pesquisa esteve ainda limitada pelas categorias estabelecidas inicialmente, pelo tipo e número de programas pesquisados e pelo seu caráter. Como forma de continuar o processo de investigação desse tema sugere-se que os seguintes estudos sejam realizados:

- Desenvolver um aprimoramento e aprofundamento teórico acerca da teoria da empresarização;
- Aprofundar a discussão sobre o papel do Estado no processo de empresarização;

- Aprofundar a discussão sobre as formas de governança apresentadas, neste trabalho, por Considine (2001; 2003);
- Verificar a relação entre o processo de empresarização, o papel da universidade e o desenvolvimento territorial;
- Realizar estudos com os demais programas de pós-graduação da UFPel;
- Expandir o estudo para outras universidades;

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Yves-Marie. **L'entreprise est-elle nécessaire?** In: DUPUIS, Jean-Pierre (org.). Sociologie de l'entreprise. Montréal: Gaëtan Morin Editeur, 2006, p. 323-374.

ARAUJO, Ayana Zanúncio. Impacto da política pública de agricultura familiar nas relações dos agricultores: Uma análise fundamentada na teoria da empresarização. 2014. 119 p. **Dissertação** (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre: 2014

ARIENTI, W. L. Do Estado Keynesiano ao Estado Schumpeteriano. **Revista de economia política**, Florianópolis, v. 23, n.4, p. 97-113, out.-dez. 2003.

BALBACHEVSKY, E. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BATISTA, I. M.; SILVEIRA, V. C. P.; ALVES, F. D. As desigualdades regionais no Rio Grande do Sul e o setor agropecuário: uma análise econômica. **I congresso internacional de desenvolvimento rural e agricultura familiar**. São Luiz Batista, 2005.

BOURDIEU, P. **Sobre o estado**: cursos no Collège de France (1989-1992). Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, 573 p.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Avaliação da pós-graduação**. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/avaliacao-da-pos-graduacao>>. Acesso em 15 mar. 2018.

_____. Decreto-Lei nº 750, de 08 de agosto de 1969. **Provê sobre a transformação da Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e dá outras providências**. Brasília, 1969a. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-750-8-agosto-1969-375218-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15/03/2018

_____. Decreto-Lei nº 65.881, de 16 de dezembro de 1969. **Aprova o estatuto da Universidade Federal de Pelotas**. Brasília, 1969b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65881-16-dezembro-1969-407283-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15/03/2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Relatório da Comissão Internacional de Avaliação sobre o processo de avaliação do programa de pós-graduação da CAPES. **Infocapes**, Brasília, v.5, n.2, p.21-26, abr./jun. 1997.

_____. CAPES. Portaria Nº 080, de 16 de dezembro de 1998. **Dispõe sobre o reconhecimento dos mestrados profissionais e dá outras providências**. Brasília, 1998.

Disponível em: <

https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_CAPES_080_1998.pdf>. Acesso em: 01/02/2018.

_____. CNE/CES Nº 1, de 03 de abril de 2001. **Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação**. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/CES0101.pdf>>. Acesso em: 01/02/2018.

_____. CAPES. Portaria nº 013, de 01 de abril de 2002. Dispõe sobre as notas atribuídas aos programas de pós-graduação nos procedimentos do sistema de avaliação e no funcionamento de cursos de mestrado e doutorado. Brasília, 2002a. Disponível em: <<https://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacao-n/Portaria-capes-13-2002.pdf>>. Acesso em: 01/02/2018

_____. CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação**. PNPG 2005/2010. Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF: CAPES, 2005.

_____. CAPES. **Infocapes**. Boletim Informativo, Vol. 10, Nº 2, abril/junho 2002b. Disponível em:
https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Infocapes10_2_2002.pdf.

_____. CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação**. PNPG 2011/2020. Coordenação de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF: CAPES, 2010.

_____. CAPES. **Revista comemorativa CAPES 60 anos**. Brasília, DF: CAPES, 2011.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Portaria nº 251, de 12 de março de 2014. Brasília: MCTI, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/SKHKdb>>.

_____. Lei Nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. **Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei no 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei no 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional no 85, de 26 de fevereiro de 2015**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm>. Acesso em 01/02/2018.

_____. CAPES. Plataforma Sucupira. Dados cadastrais do programa. Página Web. 2017a. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso em: 22/02/2017.

_____. CAPES. **A internacionalização na Universidade Brasileira: Resultados do Questionário Aplicado pela CAPES**. Ed. Diretoria de Relações Internacionais. Brasília, 2017b.

_____. CAPES. **Bolsas no País**. Página Web. 2018. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/bolsas/premios/46-bolsas-no-pais>. Acesso em: 05/05/2018.

_____. CNPQ. Bolsas individuais no país. Página Web. 2018. Disponível em: http://cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/2958271?COMPANY_ID=10132. Acesso em: 22/02/2018.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. Campinas, 1990.

CONSIDINE, M. **Enterprising states: the public management of welfare-to-work**. Cambridge University Press, 2001.

CONSIDINE, M.; LEWIS, J. M. **Bureaucracy, Network, or Enterprise?** Comparing Models of Governance in Australia, Britain, the Netherlands, and New Zealand. *Public Administration Review*, 2003, Vol. 63, No. 2.

CONSIDINE, M. **Theorizing the university as a cultural system: Distinctions, identities, emergencies**. *Educational Theory*, Vol. 56, N. 3, 2006.

CONSIDINE, M; GIGUÈRE, S. **The theory and practice of local governance and economic development**. Palgrave Macmillan, New York, 2008.

CHAVES, V. F. **Educação superior e desenvolvimento: o papel das instituições de ensino superior privadas na concretização dos objetivos fundamentais da República**. In: Horácio Wanderlei Rodrigues; Orides Mezzaroba; Ivan Dias da Motta. (Org.). *Direito, Educação, Ensino e Metodologia Jurídicos*. 1ed. Curitiba: Clássica Editora, 2014, v. 21, p. 70-97.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE SANTANA GONÇALVES, J. C.; SERRA, A. R. C.; COSTA, C. E. S. A empresarização do sagrado: um estudo sobre a estruturação de igrejas protestantes brasileiras. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa-RECADM**, v. 6, n. 2, p. 1-14, 2007.

DIAS SOBRINHO, José . Avaliação da Educação Superior: regulação e emancipação. In: _____; RISTOFF, Dilvo I. (Org.). **Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate**. Florianópolis: Insular, 2003. p. 35-52.

DURIEUX, A. **O processo de empresarização no voleibol catarinense**. 2005. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
GONÇALVES, J. C. S.; FILHO, P. A. de O.; ALCÂNTARA, B. C. de. Do Ócio ao Negócio: a Expansão da Lógica de Mercado no Futebol de Pernambuco. In: IX Colóquio Internacional sobre Poder Local. **Anais**. Salvador: UFBA. 2003.

GONÇALVES, J. C. A; CARVALHO, C. A. Mercantilização do futebol brasileiro: instrumentos, avanços e resistências. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 4, n. 2, p. 01-27, 2006.

GONÇALVES, J. C. S.; SERRA, A. R. C.; COSTA, C. E. S. A empresarização do sagrado: um estudo sobre a estruturação de igrejas protestantes brasileiras. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 6, n. 2, p. 1-14, 2007.

GOULART, S; MENEZES, M. F. F.; GONÇALVES, J. C. S. Composição e Características do Campo Organizacional dos Museus e Teatros da Região Metropolitana da Cidade de Recife. In: II Encontro Nacional de Estudos Organizacionais. **Anais**. Recife: GEO/ANPAD, 2002.

GOULART, S. M. S. **Sobre a interferência da produção científica e tecnológica da universidade no desenvolvimento local**: o caso da Ciência da Computação. 2005. 352 f. Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HOFFMANN, S. R. B; DELLAGNELO, E. Transformação nos objetivos de organizações culturais sem fins lucrativos. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 01-13, 2007.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004. 324p.

LEVINE, D. M.; et al. **Estatística**: teoria e aplicações. 5. ed. Rio de Janeiro: TLC, 2008. 752 p.

MARQUES, E. C. Redes sociais e poder no Estado brasileiro. **XXVIII Encontro da Anpocs**, Minas Gerais: 2004.

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado do Brasil. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 30, p. 15-35, 2009.

NEVES, M. W. **O empresariamento da educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

PAIXÃO, D. B; BARBOSA, J. S; NEVES, K. P. A Formação do Bibliotecário no Brasil: Quem forma o profissional da informação na região Sudeste. UFMG 2009.

Disponível em:

<http://www.ufg.br/this2/.../a_formacao_do_bibliotec_rio_no_brasil.pdf>.

Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico:**

Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RÊGO, José Fernandes do. **Estado e Políticas Públicas:** a reocupação econômica da Amazônia durante o regime militar. São Luís: EDUFMA, UFAC, 2002.

RODRIGUES, M. S. **Os mercadores de emoção:** um estudo sobre a empresarização de clubes de futebol no Brasil e sua configuração estrutural. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico. Programa de Pós-graduação em Administração, 2006.

RODRIGUES, M. S. **O novo ministério da verdade: o discurso de VEJA sobre o campo do Ensino Superior e a consolidação da empresa no Brasil.** 2013. 410 f. Tese (Doutorado em Administração), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

RODRIGUES, M. S.; SILVA, R. de F. Carvalho da. A Instrumentalização da Emoção: Um Estudo Sobre o Processo de Empresarização no Figueirense Futebol Clube e no Sport Club Internacional. In: Encontro de Estudos Organizacionais - EnEO, 2006, Porto Alegre. **Anais do IV EnEO**, 2006a.

_____.; _____. Clientes ou torcedores: a empresarização do futebol no Brasil. **Revista Alcance**, v. 13, n. 2 (Mai-Ago), p. 167-184, 2006b.

_____.; _____. A estrutura empresarial nos clubes de futebol. **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 48, 2009.

_____.; _____. DELLAGNELO, E.H.L. O processo de Empresarização em Organizações Culturais Brasileiras. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. v.8 n.1 jan-mar 2014. Disponível em < <http://www.uff.br/pae/index.php/pca/article/viewFile/286/284>> Acesso em 09 jul. 16.

RODRIGUES, M. S.; SILVA, R. de F. C. da. New Republic, New Practices: a narrative of the process of enterprisation of Higher Education in Brazil. In: **5th LAEMOS Conference - Latin American European Meeting on Organizational Studies**, 2014, Havana. Proceeding of the 5th LAEMOS Conference, 2014.

SANTOS, Cássio Miranda dos. Tradições e contradições na pós-graduação do Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.24, n.83, p.627, 641, ago. 2003.

SERRA, A. R. C. **A empresarização do sagrado: Um estudo sobre a estruturação de igrejas dos protestantismos brasileiros.** 2005. 194 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SGUISSARDI, V. A avaliação defensiva no “modelo CAPES de avaliação” – É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado?. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 49-88, jan/jun. 2006.

SGUISSARDI, V.; SILVA JUNIOR, J.R. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009. 271p.

SILVA, R. C. da; VIEIRA, M. M. F.; DELLAGNELO, E. L.; CARVALHO, C. A. Para Além da Empresa: por outras possibilidades de teorizar sobre organizações. **Working Paper**. Observatório da Realidade Organizacional, 2007.

SOLÉ, A. ¿Qué es una empresa? Construcción de un idealtipo transdisciplinario. **Working Paper**. Paris, 2004.

_____. **L’enterprisation du monde**. In CHAIZE, J.; TORRES, F. Repenser l’entreprise: Saisir ce qui commence, vingt regards sur une idée neuve. Paris: Le Cherche Midi, 2008.

SOUZA, Elaina Pereira de; PAULA, Maria Carlota de Souza. **Qualis**: a base de qualificação dos periódicos científicos utilizada na avaliação CAPES. *Infocapes*, Brasília, v.10, n.2, p.6-24, abr./jun. 2002.

TOMETICH, P; SILVA, R. C. O assalariamento e o poder da Empresa – reflexões sobre o contexto brasileiro. **IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**, Porto Alegre, Outubro de 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UFPEL. **Regimento geral dos cursos de pós-graduação stricto sensu**. Pelotas, 2005. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ppgmet/files/2017/03/regimento_geral_UFPEL_stricto_sensu.pdf. Acesso em: 03/02/2018.

_____. Programas de Pós-Graduação da UFPel avançam na avaliação quadrienal da CAPES. Pelotas, 2017. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/prppgi/2017/09/20/programas-de-pos-graduacao-da-ufpel-avancam-na-avaliacao-quadrienal-da-capes/>. Acesso em: 13/10/2018

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria - notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VEINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2013.

VIEIRA, M. M. F.; DARBILLY, L. V. C.; BARROS, D. F. **O fenômeno da empresarização e a busca por alternativas na produção, comercialização e distribuição da música no Brasil como formas de resistência**. O&S: Salvador, v.19, n.61, p. 333-355 - Abril/Junho – 2012.

Weber, Max, 1864-1920. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva / Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. 586 p.

Apêndices

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA (ADMINISTRAÇÃO)

Identificação

- 1) Curso:
- 2) Ano de Fundação:
- 3) Nome do entrevistado:
- 4) Cargo/função:
- 5) Tipo de vínculo empregatício (FG):
- 6) Tempo como funcionário da universidade:
- 7) Tempo de serviço no cargo/função:
- 8) Formação:

Pergunta inicial:

Como o(a) senhor(a) percebe as transformações na pós-graduação brasileira dos últimos anos (10-20 anos)?

✓ **Governança processual**

Como as regras e normas que estão presentes para a pós-graduação na UFPel foram definidas? Sobre o que essas regras versam e quais são as mais importantes?

A regras e normas impostas à pós-graduação muitas vezes podem ser consideradas como um entrave à realização das atividades? Além dessas, quais os outros entraves que se mostram presentes no dia-a-dia?

✓ **Governança em rede**

São realizadas alianças com empresas privadas? Ao ocorrer essas alianças, existem contrapartidas impostas por essas empresas (metas, objetivos-fim)?

Existe a colaboração entre universidades? Quais os propósitos?

✓ **Governança empresarial (coorporativa e de mercado)**

Quais os propósitos da UFPel em relação à pós-graduação? Quais os objetivos futuros? Metas a serem alcançadas?

Essas metas são internas ou impostas de forma superior (MEC, CAPES, CNPQ)?

Como a produção acadêmica é encarada?

E a internacionalização do ensino?

A baixa produção científica é um critério utilizado para descredenciar professores permanentes dos programas de pós-graduação. Como o sr. Vê essa situação?

Atualmente, existe concorrência entre as universidades / programas de pós-graduação, na obtenção de recursos públicos e privados? Como é realizada essa captação de recursos?

E entre os próprios docentes, existe uma concorrência?

Como a transformação que a pós-graduação vem sofrendo é encarada pela UFPel? A lógica de pesquisa, de publicações com cada vez mais frequência?

Como é avaliada a qualidade do ensino? E da pesquisa?

Perguntas finais:

Como o(a) senhor(a) imagina o futuro da pós-graduação no Brasil?

É difícil fazer pesquisa e produzir conhecimento no Brasil? Por quê?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA (PPGS)

Identificação

- 1) Curso:
- 2) Ano de Fundação:
- 3) Nome do entrevistado:
- 4) Cargo/função:
- 5) Tipo de vínculo empregatício (FG):
- 6) Tempo como funcionário da universidade:
- 7) Tempo de serviço no cargo/função:
- 8) Formação:

Pergunta inicial:

Como o(a) senhor(a) percebe as transformações na pós-graduação brasileira dos últimos anos (10-20 anos)?

✓ Governança processual

Como as regras e normas que estão presentes no programa foram definidas? Sobre o que essas regras versam e quais são as mais importantes?

Os integrantes do programa de pós-graduação estão sujeitos à análise e aprovação de seu trabalho, por parte das autoridades superiores (pró-reitoria e reitoria) e das agências de fomento?

A regras e normas impostas à pós-graduação muitas vezes podem ser consideradas como um entrave à realização das atividades? Além dessas, quais os outros entraves que se mostram presentes no dia-a-dia?

O programa apresenta um regimento bem definido. Qual a importância desse e da legislação apresentada pela CAPES, nas atividades diárias?

As atividades desempenhadas necessitam ser formalizadas? Como se dá o controle das atividades dos professores? E das atividades do programa?

✓ Governança em rede

São realizadas alianças com empresas privadas? Ao ocorrer essas alianças, existem contrapartidas impostas por essas empresas (metas, objetivos-fim)?

Os programas de pós-graduação buscam realizar projetos em conjunto, com o objetivo de obter um resultado mais satisfatórios? E o que seria um resultado satisfatório?

Existe a colaboração entre universidades? Quais os propósitos?

Além disso, existe uma parceria entre os docentes dos programa? Como isso ocorre? Por quê? Desde quando?

✓ **Governança empresarial (coorporativa e de mercado)**

Quais os propósitos da UFPel em relação à pós-graduação? Quais os objetivos futuros?

Esses objetivos são internos impostos de forma superior (MEC, CAPES, CNPQ)?

Como a produção acadêmica é encarada?

E a internacionalização do ensino?

Como os acadêmicos são vistos pelo programa? Sempre foi dessa forma?

No que se refere ao programa de forma geral, existem metas de produção estabelecidas?

Os professores permanentes precisam apresentar regularmente uma produção científica, divulgada em canais científicos reconhecidos. Existe um número mínimo de produção exigido?

A baixa produção científica é um critério utilizado para descredenciar professores permanentes dos programas de pós-graduação. Como o sr. Vê essa situação?

A baixa produção científica é também um critério para descredenciar professores do programa. Como se dá esse descredenciamento? Existe uma pontuação a ser atingida?

Atualmente, existe concorrência entre as universidades / programas de pós-graduação, na obtenção de recursos públicos e privados? Como é realizada essa captação de recursos?

E entre os próprios docentes, existe uma concorrência?

Como a transformação que a pós-graduação vem sofrendo é encarada pela UFPel? A lógica de pesquisa, de publicações com cada vez mais frequência?

Como é avaliada a qualidade do ensino? E da pesquisa?

O que define quão útil é um trabalho?

Perguntas finais:

Como o(a) senhor(a) imagina o futuro da pós-graduação no Brasil?

É difícil fazer pesquisa e produzir conhecimento no Brasil? Por quê?

APÊNCIDE C - RESULTADOS FINAIS DA AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017 - PROGRAMAS ACADÊMICOS UFPEL

ÁREA DE AVALIAÇÃO	NOME PPG	NÍVEL	NOTA
Administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo	Desenvolvimento territorial e sistemas agroindustriais	Mestrado	3
Antropologia / arqueologia	Antropologia	Mestrado/doutorado	4
Arquitetura, urbanismo e design	Arquitetura e urbanismo	Mestrado	4
Artes / música	Artes visuais	Mestrado	3
Astronomia / física	Física	Mestrado/doutorado	4
Biodiversidade	Biologia animal	Mestrado	3
Biotecnologia	Biotecnologia	Mestrado/doutorado	7
Ciência da computação	Computação	Mestrado/doutorado	4
Ciência de alimentos	Ciência e tecnologia de alimentos	Mestrado/doutorado	5
Ciência política e relações internacionais	Ciência política	Mestrado/doutorado	4
Ciências agrárias I	Agronomia	Mestrado/doutorado	4
Ciências agrárias I	Ciência e tecnologia de sementes	Mestrado/doutorado	4
Ciências agrárias I	Fisiologia vegetal	Mestrado/doutorado	4
Ciências agrárias I	Fitossanidade	Mestrado/doutorado	6
Ciências agrárias I	Sistemas de produção agrícola familiar	Mestrado/doutorado	5
Ciências agrárias I	Manejo e conservação do solo e da água	Mestrado/doutorado	4
Ciências agrárias I	Entomologia	Mestrado	3
Ciências biológicas II	Bioquímica e bioprospecção	Mestrado/doutorado	4
Ciências biológicas III	Parasitologia	Mestrado/doutorado	4
Economia	Organizações e mercados	Mestrado	4
Educação	Educação	Mestrado/doutorado	5
Educação física	Educação física	Mestrado/doutorado	4
Enfermagem	Enfermagem	Mestrado/doutorado	5
Engenharias I	Recursos hídricos	Mestrado/doutorado	4
Ensino	Educação matemática	Mestrado	3
Filosofia	Filosofia	Mestrado/doutorado	4
Geociências	Meteorologia	Mestrado	3
Geografia	Geografia	Mestrado	3
História	História	Mestrado	4
Interdisciplinar	Memória social e patrimônio cultural	Mestrado/doutorado	5

Interdisciplinar	Modelagem matemática	Mestrado	3
Letras / linguística	Letras	Mestrado	3
Materiais	Ciência e engenharia de materiais	Mestrado/doutorado	4
Medicina veterinária	Veterinária	Mestrado/doutorado	5
Nutrição	Nutrição e alimentos	Mestrado	4
Odontologia	Odontologia	Mestrado/doutorado	6
Química	Química	Mestrado/doutorado	4
Saúde coletiva	Epidemiologia	Mestrado/doutorado	7
Sociologia	Sociologia	Mestrado	4
Zootecnia / recursos pesqueiros	Zootecnia	Mestrado/doutorado	4